



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 27 TERÇA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2016

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 29ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE MARÇO DE 2016	
1.1 – ATA	6
1.1.1 – ABERTURA	6
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)	6
1.1.2.2 – Oradores	
SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Reflexões acerca das manifestações populares ocorridas ontem em diversas cidades do País	6
SENADOR ROMERO JUCÁ - Comentários sobre a convenção do PMDB ocorrida em 12 do corrente; e outros assuntos	12
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Repercussão das manifestações populares realizadas em 13 de março e defesa da continuidade do mandato da Presidente da República	22
SENADORA GLEISI HOFFMANN, como Líder - Minimização dos impactos das manifestações populares ocorridas ontem sobre o processo de <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff	26
SENADOR ALVARO DIAS - Provocação da classe política pela adoção de medidas, dada a magnitude das manifestações populares recentes	29
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA - Defesa do impedimento da Presidente da República; e outro assunto	31
SENADORA ANA AMÉLIA - Expectativa de que os clamores populares expressos nas recentes manifestações sensibilizem a classe política	34
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder - Posicionamento a favor da interrupção do mandato da Presidente Dilma Rousseff e de uma coalizão para promover o fim da crise no País	39
SENADOR LINDBERGH FARIAS - Denúncia de um suposto acordo de cúpula para promover o <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff e críticas ao programa “Uma Ponte para o Futuro”, apresentado pela fundação Ulysses Guimarães	41
SENADOR HÉLIO JOSÉ - Preocupação com a epidemia do vírus zika; e outro assunto	43
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA, como Líder - Defesa da interrupção do mandato da Presidente Dilma Rousseff como forma de solucionar a grave crise política instalada no País; e outro assunto	46
SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder - Destaque às manifestações ocorridas em 13 do corrente e defesa do combate à corrupção no País	50
SENADOR REGUFFE - Alerta para a necessidade de construir um Estado que sirva ao contribuinte e não à construção e perpetuação de máquinas políticas; e outros assuntos	
SENADOR PAULO PAIM - Destaque ao encerramento do ciclo de visitas de S.Exª aos 27 estados brasileiros; e outros assuntos	55
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Registro do Dia Nacional dos Animais, comemorado em 14 do corrente; e outros assuntos	61
1.1.3 – ENCERRAMENTO	64
1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS	
1.2.1 – EXPEDIENTE	
1.2.1.1 – Abertura de prazos	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 10, 13, 15, 18, 19, 24, 45, 47, 54, 55, 91, 93, 130, 134, 136, 140, 143, 162, 166, 196, 199, 227, 239, 241, 246, 260, 298, 299, 306, 317, 318, 320, 333, 334 e 349/2015 sejam apreciados pelo Plenário (Memorando nº 9/2016-CCT)	65
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 11/2016	66
1.2.1.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 90/2016, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 375/2016 (TC 010.029/2015-0), com informações parciais referentes ao Requerimento nº 378/2015, do Senador Cássio Cunha Lima	66

1.2.1.3 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ - Considerações a respeito do Marco Legal da Primeira Infância; e outro assunto. 66

1.2.1.4 – Pareceres

Nº 169/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2015 68

Nº 170/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2015 73

Nº 171/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 15/2015 78

Nº 172/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2015 83

Nº 173/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19/2015 88

Nº 174/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 24/2015 93

Nº 175/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 45/2015 98

Nº 176/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2015 103

Nº 177/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 54/2015 108

Nº 178/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 55/2015 113

Nº 179/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 91/2015 118

Nº 180/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 93/2015 123

Nº 181/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 130/2015 128

Nº 182/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 134/2015 133

Nº 183/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 136/2015 138

Nº 184/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 140/2015 143

Nº 185/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 143/2015 148

Nº 186/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 162/2015 153

Nº 187/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 166/2015 158

Nº 188/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 196/2015 163

Nº 189/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 199/2015 168

Nº 190/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 227/2015 173

Nº 191/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 239/2015 178

Nº 192/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 241/2015 183

Nº 193/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 246/2015 187

Nº 194/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 260/2015 192

Nº 195/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 298/2015 197

Nº 196/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 299/2015 202

Nº 197/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 306/2015	207
Nº 198/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 317/2015	212
Nº 199/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 318/2015	217
Nº 200/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 320/2015	222
Nº 201/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 333/2015	227
Nº 202/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334/2015	232
Nº 203/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 349/2015	237

1.2.1.5 – Projeto de Resolução

Nº 11/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, que <i>acrescenta o § 4º ao art. 108 do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer o prazo máximo de trinta minutos, além do horário agendado, para início de reunião de comissão.</i>	242
---	-----

1.2.1.6 – Requerimentos

Nº 184/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à Srª Lilian Guedes.....	244
Nº 185/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações ao Sr. Moacir Andrade.	246
Nº 186/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à Srª Ediene Santos Lousado...	248

1.2.1.7 – Término de prazos

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 199/2013.....	250
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 344/2013; 253/2014; e 8, 30, 572 e 644/2015.....	250

1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.2.2.1 – Término de prazo

Término do prazo, em 12 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 687/2015. <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria</i>	250
---	-----

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	251
3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	254
4 – LIDERANÇAS	255
5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	258
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	277
7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	287
8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	335

CONGRESSO NACIONAL

9 – COMISSÕES MISTAS	359
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	374

29ª Sessão, Não Deliberativa , em 14 de março de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Raimundo Lira.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 19 horas e 30 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a Mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide item 1.2 do sumário)**

Há oradores inscritos.

Primeiro orador inscrito de hoje, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado, pelas redes sociais e também aqui na Casa, no Senado Federal, ontem nós tivemos no Brasil a maior manifestação, segundo o Instituto Datafolha, desde as Diretas Já. Aliás, o instituto diz que foi até maior do que a manifestação das Diretas Já. Segundo eles contabilizaram, houve em torno de 500 mil pessoas só na Avenida Paulista, e, em todas as capitais deste País, as pessoas foram para as ruas para se manifestar.

E a indagação que vem... Eu sei que as pessoas nos partidos estão tentando entender esse fenômeno, e todos os partidos, desde aquela manifestação de junho de 2013, já não conseguiam saber o que estava acontecendo. Foram pegos meio de surpresa, os acontecimentos foram sendo atropelados, e esta Casa e também a Casa coirmã foram pegas de surpresa. O certo é que alguns projetos que estavam indo por certo rumo, de repente, tomaram outro, atropelados pelas ruas. Essa foi a história.

De lá para cá, houve outras manifestações, e o que se sente é que o Governo passou a tratá-las como se fossem manifestações estimuladas por partidos de oposição. Tanto que apelidaram os manifestantes de “cozinhas”, meio que desdenhando, ora chamando esses manifestantes de reacionários, ora tratando com desdém essas pessoas.

Desta vez, não. Conversava agora há pouco com a Senadora Ana Amélia, dizendo que achei sensata a posição do Governo de respeitar e falar respeitosamente das manifestações, porque, definitivamente, está muito claro, a não ser que não se queira ver, que essa foi uma manifestação do povo brasileiro, da Nação brasileira, que foi às ruas demonstrar seu descontentamento – e eu dizia, já na outra, que não era o descontentamento com um, mas com todos, com toda a classe política.

Essa foi uma manifestação em que as pessoas foram à rua protestar, por exemplo, contra o PIB brasileiro de -3,8%. Protestar pelo fato de nós sermos o único país dos BRICS que estamos nessa posição. Até a Rússia, que está em tremenda dificuldade, teve uma queda só de 1%. Mas a Índia cresceu 7,5%, a China, 6,3%, e nós estamos aqui.

As pessoas, na verdade, foram às ruas para protestar, por exemplo, contra o fechamento de 100 mil lojas no Brasil e com o desemprego, com o fechamento de mais de 400 mil vagas nesse setor.

As pessoas foram protestar, por exemplo, contra o fechamento de mais de 70 empresas do setor sucroalcooleiro, mais de 70 usinas.

Foram protestar contra os mais de 400 mil imóveis fechados só em São Paulo.

Foram protestar contra as mais de mil agências de automóveis fechadas.

Foi contra isso que as pessoas foram protestar.

Agora, não há que se dizer... Eu vi várias pessoas, em que pese a nota do Governo, ligadas ao Partido dos Trabalhadores, dizendo que essa manifestação é uma manifestação golpista. E lamento muito que o novo Líder do Governo aqui no Senado, ontem, no exterior, deu uma declaração numa entrevista dizendo que há

um golpe em curso e que era uma manifestação golpista. Não é verdade! Não há golpe. A população não está querendo dar golpe. A população está querendo menos corrupção, um rumo para a economia.

Nós víamos nas faixas de ontem os mais variados tons de protestos, e dava para tirar dali o que as pessoas estão querendo. Elas estão querendo que o Brasil tome um rumo. Nós sentimos que não tem golpe, em que pese existirem alguns, pelo meio das manifestações, pedindo até a volta da ditadura. No meio de 7 milhões de pessoas que foram para as ruas protestar, há todo tipo de manifestação, mas o que se via ontem era uma manifestação linda, uma coisa de encher os olhos de qualquer democrata, a democracia em ebulição, o povo nas ruas, ordeiro, sem nenhum incidente, uma coisa realmente de deixar qualquer brasileiro muito feliz com o comportamento do seu povo.

Agora, o que se pergunta é: por que este Governo conseguiu entrar para a história como o governo que conseguiu a maior manifestação? Nunca, na história do Brasil, um governo tinha conseguido uma unanimidade dessas. Essa é uma pergunta que tem que ser feita. Esta, com certeza, tem que ser a reflexão que o Governo tem de fazer: por que se chegou a isso? O Partido dos Trabalhadores tem que fazer esta reflexão: por que se chegou a esse ponto?

E não tem mais como dizer que é o PSDB, ou qualquer outro partido, ou o PPS, ou a oposição que insuflaram essas pessoas a irem para a rua. É verdade, até as convidamos. A oposição convidou as pessoas para irem para a rua, mas quem se meteu a subir em palanque não teve boa acolhida pelas pessoas, porque elas foram para a rua para fazer valer a sua vontade. Ali só cabia povo. Até mesmo pessoas de boa representatividade, pessoas que têm uma grande imagem no País, quando foram falar em um dos palanques, foram vaiadas. É o povo na sua essência nas ruas.

E o Governo do PT conseguiu entrar para a História como aquele que conseguiu juntar a Nação brasileira contra si mesmo.

Não dá para dizer, como vi um dos Líderes do Partido dos Trabalhadores, que aquela foi uma manifestação dos derrotados. Não! Pode até ter sido, mas não dos derrotados da eleição passada; foi uma manifestação dos derrotados e dos que estão sendo derrotados por essa economia que está arrebentando com o povo brasileiro. Não vi nenhum revanchismo político ali. As pessoas não estavam protestando, não estavam gritando "Aécio", "Marina" ou qualquer outro nome; as pessoas estavam querendo mudança, estavam com aquele sentimento de pedir por mudança.

Agora, por que as pessoas foram às ruas? Essa é a grande pergunta. Eu tenho dito aqui: elas foram às ruas por causa da expectativa frustrada, por causa do produto que compraram e não receberam; e esse produto foi muito bem vendido; foi vendido pelos dois melhores marqueteiros deste País: primeiro, pelo Duda Mendonça; segundo, pelo João Santana. Eles pintaram uma realidade. E se há algo que o Presidente Lula sabe fazer é vender o seu produto. Mesmo agora, em dificuldade, ele consegue, com a sua retórica, arrastar multidões com o seu discurso. E ele vendeu isto para o Brasil: vendeu o eldorado. As pessoas se acostumaram com aquela ideia de que a coisa ia bem, e, de repente, não foi bem aquilo que aconteceu. Foi vendida a realidade de que se poderia acabar com a corrupção e melhorar a vida da gente.

Eu tenho dito aqui: eu não tenho vocação para apedrejador. Não tenho vocação para apontar o dedo, mas o que o ex-Presidente Lula fez, durante a vida inteira, foi dividir este País num discurso de "nós" e "eles", do pobre contra o rico, do negro contra o branco, do pobre contra as elites. E as pessoas acreditavam que ele tinha uma péssima relação com as elites mesmo, mas não era verdade! Não era verdade! Em público, ele, o PT sempre enxotou as elites, mas ficou comprovado que, no privado, chamou-as para a alcova. Essa foi a grande realidade.

E aqui faço justiça a alguns petistas. Não é por estar na frente dele, mas eis aqui, na Presidência da Casa neste momento, um petista que nunca saiu do programa do PT. Mesmo agora, no ajuste fiscal, quando o Governo precisava aprovar algumas emendas, o Senador Paulo Paim subiu naquela tribuna ali e disse: "Eu não posso ir contra a minha história. Eu não vou contra o que eu sempre preguei." Manteve a coerência. E não tenho dúvida de que, se ele passasse em qualquer manifestação daquela de domingo, não seria vaiado. Aliás, seria até muito bem recebido. Sabem por quê? Por causa do respeito, por causa da coerência. Respeito que ele tem, inclusive, pelos adversários. Ele faz o bom debate aqui, sem desrespeitar ninguém.

Agora, eu tenho que pontuar isto aqui, porque todas essas mazelas têm sido... Eu não sei quem planeja isso lá no Planalto, mas acontece uma coisa aqui e tentam jogar para cima da oposição. Essa oposição é tão pequena que ela, além da tribuna, não tem muito o que fazer. Se ela pudesse arrastar aquelas multidões que foram para as ruas no domingo e mais os que estão mobilizados na internet, com certeza estaria no poder há muito tempo, porque o poder de levar essa força espontânea que foi para as ruas nenhum partido no Brasil tem, até porque os partidos estão todos enfraquecidos.

Então, é uma reflexão para o Partido dos Trabalhadores e para o Governo fazerem: será que, ao marcar, por exemplo, uma manifestação de apoio, uma manifestação de desagravo, não está acirrando mais ainda o

povo? Porque aquilo ali não são “coxinhas”, aquilo ali não é PSDB, aquilo ali não é oposição. Aquilo é o povo brasileiro! Então, não seria, talvez, o fato de o Governo, em vez de contrapor, dobrar-se, chamar e dizer: “Onde estou errando?” Será que não é o fato de engrossar o coro também com essa multidão?

Faz-me lembrar de uma passagem bíblica. Certa vez, havia os discípulos e mais não sei quem, em uma manifestação, e falaram para um dos romanos que comandava o povo de Israel na época: “Há umas pessoas protestando aí, dizendo que são representantes do Deus vivo.” Aí o comandante romano disse: “Faça o seguinte: se eles estão dizendo que estão em nome de Deus, não mexa com eles, porque, se não forem representantes de Deus, isso aí vai se acabar rapidinho; e, se for, nós vamos brigar contra Deus?”

Então, talvez seja a reflexão para o PT fazer: se isso for uma coisa de coxinha, se isso aí for um bando de reacionários, isso vai acabar logo. Mas e se for o povo? E se for o Brasil? E se não for só essa gentinha que está pensando que é?

Essa é a grande reflexão que se deve fazer, porque, na verdade, essas pessoas estavam ali dando recados: “Eu não sou situação nem oposição; eu sou contra a corrupção”. Eu vi em uma placa: “Não sou oposição nem situação; eu sou contra a corrupção”. Eles estavam passando recados os mais variados. Uns contra a corrupção, mas todos num grande sentido, e talvez no mesmo rumo que o Governo quer e que nós todos queremos. Todas aquelas pessoas estavam lutando ali por um Brasil melhor, pessoas com seus filhos, pessoas empurrando cadeira de rodas foram para as ruas espontaneamente.

Partido nenhum – repito – tem aquela força. Eram pessoas nas estações de metrô, nos ônibus, à pé, de bicicleta. Parecia o hino do Grêmio, Senadora Ana Amélia: até à pé nós iremos. Essa foi a característica da manifestação, algo maravilhoso de se ver.

Pelo menos desta vez eu senti que o Governo mandou uma nota respeitosa. Mas sabemos que é uma nota gestada por marqueteiros, uma nota de quem se assusta com a manifestação, uma nota de quem se assusta, mas de quem não se convence. Essa é a grande preocupação, porque, mesmo diante disso, parece que há uma venda nos olhos do Governo.

Eu não tenho dúvida de que todos os discursos hoje serão no sentido de justificar isso ou aquilo, de dizer que fulano ou beltrano foi vaiado. Mas a saída não é essa. A saída não é essa. A saída é buscarmos um grande entendimento. E eu não sei se isso é mais possível com a Presidente Dilma. Eu não sei se é. Penso que já temos que pensar num governo de coalizão, numa outra saída, porque nós já tivemos n oportunidades. As pessoas já deram n oportunidades.

Da última vez, os números foram menores, e vieram comemorar aqui que perderam só de seis a um. Houve n oportunidades para mudar de rumo. Mas não, continuam na mesma direção e com os mesmos argumentos. E não adianta negar o óbvio, porque o que nós temos aqui é uma grande quebra de confiança.

Ontem ouvi alguém dizendo: “Olha, mas o partido do fulano também roubou”. E aí vinham os cartazes: “Eu não tenho bandidos de estimação”. São recados duros, como se dissessem: “Olha, para mim, tudo bem, vocês podem prender quem for; eu não tenho bandidos de estimação; eu quero é um outro Brasil”.

O recado das ruas, ontem, foi duro. Ninguém capitalizou com a manifestação. Agora, todos têm que prestar atenção no recado. Todos têm que prestar atenção ao que eles estavam dizendo. Quando vejo que os heróis brasileiros passam a ser a Polícia Federal, os juízes e os promotores, é sinal vermelho e sonoro, para toda a classe política. É preocupante o recado que veio das ruas ontem. Preocupou-me se esta Casa e a Casa coirmã não entenderem esse recado.

Penso que chegou a hora de o ex-Presidente, que é uma liderança grande ainda neste País, sair do confronto e começar a ouvir a voz rouca das ruas.

Ontem, diversas fazendas, no Rio Grande do Sul, foram invadidas. No meu Estado, uma grande empresa, na semana passada, foi invadida e houve quebradeira. Uma empresa de televisão, em Goiás, foi invadida. E, pasmem! A Presidente Dilma foi para os meios de comunicação dizer que era um absurdo ter sido pichada a sede da ONU. Precisamos separar, urgentemente, governo de partido, porque as ações da Presidente não podem ser, em que pese o emocional estar presente, neste momento, as de usar os instrumentos do Estado para tentar salvar o Partido dos Trabalhadores. É preciso separar!

Chegamos a sugerir aqui que a Dilma fosse o Itamar dela mesma, que fizesse uma coalizão aqui e deixasse o PT para lá, que deixasse o PT resolver seus problemas e fizesse aqui uma grande coalizão. Não, não teve conversa. E não há. Sentimos que não há essa vontade de começar.

Então, temo dizer que chegou ao fim. É como se fosse nos jogos de computador: *game over*. Findou-se! Acabou! Precisamos, neste momento, construir uma saída e pensar. É o Temer que vai assumir? Que seja o Temer, mas precisamos começar diferente, começar de outra forma que não seja a dualidade: brasileiros contra brasileiros.

Cedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

(*Soa a campanha.*)

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Penso, Senador Medeiros, que democracia é isto: dentro de um clima amistoso e respeitoso, principalmente, debatermos ideias e opiniões diferenciadas. Entretanto, acho que agora estamos diante de um fato que vai muito além das ideias. Estou aqui prestando muita atenção ao pronunciamento de V. Exª e me preparando para falar, na sequência, sobre o mesmo assunto. E me preparando por quê? Porque concordo com V. Exª quando diz que o momento é delicado. Então, as palavras, mais do que nunca, têm que ser medidas, e muito bem medidas. Mas vejo V. Exª, da tribuna, repetir o que nós ouvimos o dia inteiro ontem pelos meios de comunicação, que foi um verdadeiro Big Brother ao vivo. Ou seja, ouvi muito ontem e estou ouvindo V. Exª dizer hoje que a Presidente não teve capacidade de dirigir o País, não foi capaz de unir a Nação, não está sendo capaz de enfrentar a crise econômica e que, portanto, tem que sair. Quem fica em seu lugar? O Vice-Presidente? Teremos um parlamentarismo? Mas não ouvi – e olhe que prestei atenção, Senador –, em momento nenhum, V. Exª apontar as verdadeiras razões, se é que elas existem, e tanto não existem que não estão apontadas em lugar nenhum, capazes de tirar uma Presidente eleita democrática e livremente pela população brasileira. Antes de qualquer coisa, Senador, temos uma Constituição a zelar, um Estado de direito que temos de prezar. Falar que um Presidente tem que sair porque está sendo incapaz, na minha opinião, nada mais é do que expressar uma tendência a golpe. V. Exª poderia usar uma parte do seu pronunciamento para citar os crimes cometidos pela Presidente Dilma. As representações tiveram o primeiro aditivo, o segundo aditivo, a terceira mudança, a quarta mudança, Senador Paim, todas as representações que tramitam na Câmara, e, afinal de contas, as questões apontadas, se fossem aplicadas, atingiriam os governadores de todos os Estados brasileiros, uma prova cabal de que não há razão jurídica legal para afastar a Presidente. Então, Senador, quero dizer que me preocupa muito, mas me preocupa muito alguns, mesmo sabendo que estão descumprindo a Lei Maior do País, já apontarem a saída. Na última vez que isso aconteceu no País, passamos 21 anos sob ditadura militar. Concordo com V. Exª, nós precisamos dialogar e encontrar juntos a saída, mas, em momento nenhum, vejo que a saída passa pelo rompimento com o Estado democrático de direito. Preocupa-me o fato de que isso parece que vem crescendo muito, não no seio da população, mas em alguns meios importantes deste País. Obrigada, Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu que agradeço o aparte, Senadora Vanessa Grazziotin.

Na verdade, todo *impeachment*, em todo lugar, precisa de um tripé: base legal, apoio político e apoio das ruas. O da Presidente Dilma já está até sobejando, porque, no Brasil, digo que precisamos de quatro: da base legal, do apoio político, das ruas e da Globo. A Presidente Dilma já conseguiu isso também.

Com relação à base legal para o *impeachment* – é óbvio que V. Exª tem toda razão em defender, porque é da Base e tem sido um dos baluartes na defesa da Presidente nesta tribuna, não era de se esperar outra defesa –, temos que ter o seguinte entendimento: ou fechamos o Tribunal de Contas da União ou temos que começar a prestar atenção nas suas decisões.

Por unanimidade, o Tribunal de Contas da União chegou à conclusão de que houve crime de responsabilidade. E não dá para dizer que essa decisão foi derrotada em três folhas no relatório do Senador Acir Gurgacz.

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª sabe que não costumo pedir vários apartes na sequência, mas V. Exª sabia que, quando a Comissão Mista de Orçamento foi debater o assunto, lá estavam o Advogado-Geral da União e o Relator da matéria, Ministro do Tribunal de Contas, que se retirou, não ficou para o debate? O Tribunal de Contas é um órgão de assessoramento do Parlamento brasileiro, que é quem efetivamente julga. Pois então, nobre Senador, a Presidente da Comissão é a Senadora Rose de Freitas, que abriu a sessão com a presença dos dois para apresentar a sua defesa.

A Sra Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu estava lá, Senadora Vanessa. Fez um discurso político e se retirou,...

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois então. E se retirou.

A Sra Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... deixando o assessor para debater com os Parlamentares, o que foi um desrespeito imenso.

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço desculpas e acho que a Senadora pode seguir.

A Sra Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Também peço desculpas, mas é que a discussão aqui...

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quem vota não são eles, somos nós, Senador.

A Sra Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Exatamente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Senador Lindbergh, esse quase potiguar, que muito me honra com o aparte.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Medeiros. Primeiro, nós temos que entender de forma mais ampla o que aconteceu no dia de ontem. Sem dúvida, foram grandes manifestações. Agora, eu acho, Senador Medeiros, que ficou claro ali o repúdio ao sistema político como um todo. Nós sabemos que houve um ataque a nós, ao Governo da Presidenta Dilma, mas como justificar o Senador Aécio Neves e o Governador Geraldo Alckmin serem vaiados nessa manifestação? Nós temos que ir mais a fundo na análise do processo. Quanto à questão jurídica, V. Exª falou da decisão do TCU. V. Exª sabe que a decisão do TCU é sobre 2014, sobre pedaladas em 2014. O que está no pedido do *impeachment* é 2015. O Tribunal de Contas da União nem examinou ainda. Então, a base é muito frágil. Concretamente, a base do pedido do *impeachment* não se sustenta. É muito claro o art. 86 da Constituição, que diz o seguinte: «O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções». Na vigência de seu mandato. O Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, quando acolheu, disse: «Olha, 2014 não pode entrar». Então, nós estamos tratando de pedaladas de 2015. O TCU nem analisou, o Congresso não analisou, e V. Exªs querem sustentar o afastamento da Presidente com essas bases frágeis. É por isso que dizemos que é golpe, porque tem que ser respeitada a nossa Constituição. Infelizmente, V. Exªs não estão levando isso à frente. Por fim, há uma contradição. Eu vejo crescer, aqui no Parlamento, o movimento pelo *impeachment*, mas vejo que é por muita gente que quer justamente abafar as investigações e interromper a Lava Jato. Nós sabemos da relação de proximidade, sim, do Vice-Presidente Michel Temer com o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha. Temer assumir a Presidência é esse grupo assumir a Presidência da República. É esse PMDB. E vale dizer: para mim, o programa Uma Ponte para o Futuro é o programa do golpe – vou falar sobre isso mais tarde –, um programa extremamente antipovo, com retirada de direitos. Eu quero chamar a atenção do povo brasileiro para o que significa a tentativa de afastar a Presidenta Dilma e assumir Michel Temer e o PMDB, com esse programa antipovo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Cedo um aparte ao Senador Ataídes.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador José Medeiros, cheguei aqui para fazer o meu registro e comecei a ouvir V. Exª. Quero parabenizá-lo pelo seu discurso, como sempre muito proativo, com muitas informações. E aqui, agora, percebo um aparte dos Senadores, das Senadoras e do Senador Lindbergh, em que tentam rebater tudo que V. Exª colocou nesta tribuna até então. Senador Medeiros, entendo perfeitamente os Senadores e as Senadoras que ainda estão aqui neste Parlamento a defender a abelha rainha chamada Lula, são verdadeiros zangões. São verdadeiros zangões! Não sei como, Senador Medeiros, alguém ainda tem a coragem e a petulância de falar em golpe; que a oposição está montando um golpe! Golpe é o que esse punhado de ladrão fez com o País! Roubou o País! Destruiu a nossa economia; destruiu a moral do nosso povo; fez com que o nosso povo perdesse a esperança! Isso, sim, é golpe. Isso, sim, é golpe! Seis milhões de brasileiros, ontem, de crianças a senhores e senhoras de 80 anos de idade, com cara pintada, deixaram seus lares e foram às ruas. Será que isso é golpe, Senador Medeiros, Presidente Paim? Será que esses seis milhões de brasileiros que estiveram, ontem, nas ruas foram para dar golpe? Não. Não. Foram pedir, pelo amor de Deus, que alguém faça alguma coisa neste País! Que alguém salve esta Nação! Foi isso que eles foram fazer. E esses seis milhões que foram às ruas ontem foram exatamente para tirar esse bando de ladrões do poder e colocá-lo nas ruas ou na cadeia. Então, alguém ter coragem, como o Senador Lindbergh, que, nessas últimas semanas, tem culpado a oposição, tem instigado a oposição, de vir aqui hoje, e, no seu aparte, referir-se ao Senador Aécio Neves e ao Alckmin... É a única coisa que eles podem pegar. O Senador Lindbergh está desequilibrado...

(Soa a campanha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu já disse: ele está desequilibrado; ele está dando os últimos suspiros, porque sabe que, se a abelha rainha for presa...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Desequilibrado é V. Exª.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Desequilibrado.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Desequilibrado é V. Exª.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se a abelha rainha for presa, ele também vai. Ele também vai! Não sei como ainda não foi. E está aqui batendo de frente com a oposição. Ele, pelo menos, teria de respeitar. Nas duas semanas passadas, Senador Lindbergh, permaneci aqui calado, ouvindo V. Exª falar barbaridades ali na frente – eu estou com a palavra, me permita –, vendo V. Exª falar barbaridades. Eu concordo que V. Exª tem de proteger a abelha rainha. Eu não discordo de V. Exª, mas peço que V. Exª respeite a oposição, respeite as pessoas, principalmente o Senador Aécio, por quem V. Exª tinha muita admiração há poucos dias. O Governador Alckmin, que é um cidadão...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... belíssima história. Então, só para encerrar, Senador Medeiros, quero parabenizá-lo mais uma vez e dizer o seguinte: V. Exª não se intimida, sei disso. V. Exª, aqui, nesta Casa, foi um acontecimento extraordinário. Então, vamos ouvir os zangões. Vamos ouvir os zangões, mas não vamos baixar a cabeça, porque nós estamos corretos, nós estamos com a verdade. E a verdade é soberana. A honestidade é soberana e vai vencer. Muito obrigado.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Ataídes, V. Exª é desqualificado demais para eu debater com V. Exª nesses termos aqui. Quero dizer que simplesmente vou ignorar o posicionamento do senhor.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não ignore, não, venha para o debate. Venha para o debate qualificado.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª é fraco, desequilibrado, desqualificado. Não vou polemizar com V. Exª. Vou esperar aqui, para debater com Aloysio e com outros.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu sou empresário e acabei de chegar à política.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª é um trambiqueiro, isso sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Olha, o debate não...

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agora, V. Exª era um cara-pintada, que hoje passou a ser um cara lavada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para avisar, pessoal, o debate paralelo não ajuda.

Senador Ataídes...

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – E eu tenho qualificação. Eu tenho história. Sou um empresário bem-sucedido e dou milhões de empregos, companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para finalizar, Sr. Presidente – e agradeço a sua paciência –, eu falava sobre o TCU e concedi o aparte à Senadora Vanessa Grazziotin.

Mas, sobre a base legal, Senadora Vanessa, não tenho dúvida de que ela sobeja, porque eu falava do TCU, mas há toda essa parte da Petrobras, que não temos como negar, porque não dá para dizer simplesmente: “Olha, a Presidente Dilma é honesta, por isso seu Governo não cometeu crime”. Aí se tem de diferenciar o CPF do CNPJ. São duas coisas distintas.

O grande beneficiário de tudo o que a Operação Lava Jato está apurando é o Governo da Presidente Dilma e, em tese, em última instância, ela, que é a Presidente da República.

Então, tudo isso que aconteceu está sobejamente provado, foi para a sua campanha. Está aí o João Santana, que era o seu marqueteiro; tem a delação do Senador Delcídio; já está carreando para os autos a do Marcelo Odebrecht e a de tantos outros. Então, essa base legal, Senadora Vanessa Grazziotin, com certeza, já está sobejando. E não temos como dizer que esse dinheiro todo foi para enriquecer esse ou aquele do Partido dos Trabalhadores. Não tenho dúvida de que o Vaccari fazia aquelas arrecadações não para ele; era para o Partido e para o projeto do Partido.

Lembro-me quando o Luiz Antonio Pagot estava saindo do DNIT e, mesmo depois, na CPI, deu uma entrevista; ele disse que era procurado pelo Vaccari justamente para ver a relação de empresas que prestavam serviço ao governo para que essas empresas fossem visitadas. Agora, nós estamos sabendo, pois todos esses empreiteiros estão vindo dizer, que, na verdade, era um achaque, uma espécie de extorsão.

Então, a base legal tem de sobra; a base das ruas e a base política também. Agora falta o quarto tripé, que, no caso do Brasil, é um adendo que sempre tem de ter em mente; precisa ter o apoio da Globo, que agora está tendo também.

Agora, o que pedimos e esperamos é que este debate possa ser democrático, que seja uma discussão jurídica e política e não uma discussão usando o exército de Stédile, usando essas pessoas que nem sempre têm uma avaliação mais apurada, para fazer quebraadeira e causar distúrbio no Brasil. Espero que o PT possa sair – sabemos e o próprio PT, com certeza, sabe que o ciclo terminou – pela porta da frente e não pela parte...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ...de trás da história deste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador José Medeiros, que fez a sua reflexão sobre o dia de ontem, com os devidos apartes dos Senadores e Senadoras.

Agora, para uma comunicação inadiável, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos da Rádio Senado, TV Senado, das redes sociais, enfim, todos aqueles que nos acompanham e nos dão o prazer da sua companhia nas ações aqui, do Senado Federal, eu tenho alguns assuntos para falar aqui, hoje.

Quero começar registrando a convenção do PMDB, realizada no sábado, que, por 96% dos votos, elegeu um novo diretório e uma nova executiva. Essa executiva trouxe, novamente, ao comando da Presidência, o Vice-Presidente e Presidente do PMDB, Michel Temer. Tive a honra, Senador Paulo Paim, de ser escolhido o 1º Vice-Presidente do PMDB.

Com uma executiva que representa todos os Estados da Federação, o PMDB deu uma demonstração, um passo de unidade extremamente importante. Junto com esse passo de unidade, nós iniciamos um debate interno, e muitas moções foram apresentadas na convenção para que houvesse um rompimento e um afastamento imediato do Governo. Mas nós entendíamos – e entendemos – que, para que a posição do PMDB fosse uníssona e consistente, Senador Aloysio, seria importante aprofundar esse debate, esperar as manifestações de domingo e, mais do que isso, ouvir todas as razões, os argumentos e os contra-argumentos, porque nós vemos, hoje, numa quadra tão grave da política nacional, que é importante que a ação dos partidos tenha consistência, que os partidos falem, ou que os políticos falem e as coisas aconteçam. E o novo comando do PMDB tem esse posicionamento. Nós vamos avançar com firmeza, tomando posições e decisões que serão cobradas, explicitadas e definidas para todos os membros do Partido.

Aqui eu quero, registrando a experiência, a dimensão e o discurso equilibrado do Presidente Michel Temer, lamentar a intervenção do Senador Lindbergh – não quero polemizar com o Senador Lindbergh, que é uma pessoa muito querida. As afirmações de que Michel e o PMDB são golpistas, de que querem tirar, de que representam a mesma coisa que está acontecendo aí, de que têm ligações com A ou com B do PMDB da Câmara eu credito, de certa forma, a um pouco de atordoamento dos membros do Governo e do próprio PT pelo resultado das manifestações, que foram acachapantes, alarmantes, decisivas, explícitas na vontade da grande maioria do povo brasileiro, tendo uma cobertura que nunca se viu pela imprensa nacional.

Então, quero aqui registrar, primeiro, o meu respeito às manifestações da população. Dei uma entrevista hoje à *Folha de S.Paulo*, e a entrevista não saiu com todas as questões que eu coloquei. Fui perguntado, Senador Aloysio, sobre o que eu achava, porque, em tese, alguns políticos de oposição teriam sido, de certa forma, mal recebidos ou teriam recebido algum tipo de manifestação que não a manifestação inclusiva e de apoio. E eu disse à imprensa – pena que não colocou todas as minhas frases –, primeiro, que as ações da oposição foram muito importantes na mobilização do evento; depois, que entendia que os membros da oposição, ou do Governo, ou de outros partidos, que estavam nessa manifestação estavam lá como cidadãos, porque essa não era uma manifestação partidária, mas uma manifestação de todas as matizes. E, de todas as matizes, há quem concorde com A, há quem discorde de B, há quem queira criar um constrangimento. Qualquer ponto nessa linha, para mim, é um ponto fora da curva. A curva da leitura nacional é a curva da indignação, da raiva, que pode ser explicitada contra qualquer um, de qualquer jeito, e nós políticos temos que ter a humildade de reconhecer isso. Essa movimentação de rua ontem não foi convocada ou de apoio a qualquer partido, mas foi catalizada contra o Governo e contra o PT, infelizmente, quer os membros do PT aceitem, quer não.

Então, eu queria aqui fazer essa ponderação com muito equilíbrio. Respeito todos os membros do PT, o Senador Lindbergh, mas não aceito a menção, como foi feita, ao Presidente Michel Temer e aos membros do PMDB, principalmente a essa nova direção, que está agindo com muita responsabilidade, respeitando o posicionamento de membros do PMDB também que defendem a permanência no Governo. Isso vai ser debatido internamente, e, depois que nós tomarmos uma posição, essa posição vai valer para todos os membros. Aqueles que não concordarem, em tese, poderão tomar outro tipo de encaminhamento.

Queria fazer esse esclarecimento para que, exatamente, não parem dúvidas, primeiro, sobre o compromisso democrático do PMDB; segundo, sobre o compromisso constitucional e de respeito às leis do PMDB; terceiro, sobre o nosso respeito e o nosso cumprimento daquilo que o Congresso Nacional definir, que o Supremo Tribunal definir, porque nós estamos sob o império das leis e da democracia, e o direito de um acaba quando começa o direito do outro.

Então, nós vamos, como PMDB, agir desta forma: com muita sensatez, com muito equilíbrio e com muito respeito a todos os partidos e a todos os envolvidos nessa questão.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Permite-me um aparte, Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Pois não, Senadora Gleisi Hoffmann.

Senador Aloysio também.

A Sra Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu estava aqui...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senador Lindbergh também, até para dar a possibilidade de ele se desculpar quanto à menção injusta que fez ao Presidente Michel Temer.

Pois não, Senadora.

A Sra Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar a eleição do PMDB, parabenizar o encontro que V. Ex^{as} realizaram no final de semana. V. Ex^a coloca uma questão aqui, e eu fico me perguntando qual seria o posicionamento mais correto do PMDB. V. Ex^a não se coloca nem como Governo, nem como oposição. Diz que o PMDB vai ter uma postura de tentar ter saídas para o País. Mas o PMDB é Governo! V. Ex^{as} estão participando do Governo da Presidenta Dilma. Aliás, o Presidente do PMDB, Michel Temer, é Vice-Presidente da República! São sete os ministérios que o Partido tem no Governo. Então, não dá para ter uma posição distanciada, como se olhasse de outro lado, e isso fosse uma responsabilidade única e exclusiva do PT. Para o bem e para o mal, o PMDB está junto nessa caminhada, construiu o Governo que temos aqui. Então, acho importante que essa percepção e essa atuação do PMDB sejam colocadas como Governo, porque a resposta que temos de dar à sociedade como Governo inclui o PMDB. Senão, fica uma posição muito tranquila – uma parte se diz Governo, uma parte fica no meio-campo e outra parte vai para a oposição. Tudo bem que os partidos têm suas diferenças e seus interesses, mas acho que deve haver uma postura de Governo neste momento. Se nós queremos realmente dar à população brasileira, dar à sociedade brasileira uma calma, um equilíbrio para que possamos sair desta situação em que nos encontramos, de crise política, precisamos muito do PMDB assumindo seu papel institucional e o papel ao lado do Governo, porque Governo é.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senadora Gleisi, V. Ex^a coloca uma questão, e acho que é importante que explicitemos e coloquemos o posicionamento do PMDB a esse respeito.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Primeiro: o PMDB faz parte de uma coligação, o PMDB entrou com o Vice-Presidente Michel Temer numa chapa, o PMDB ocupa posições no Governo – algumas delas estratégicas, em setores definidos.

Aqui vai uma reflexão que eu tenho feito há muito tempo. V. Ex^a sabe que eu explicito a minha posição antes da eleição. Eu não votei na Presidenta Dilma, não votei no Vice-Presidente Michel Temer e explicito a minha posição. Eu sou economista. Infelizmente, eu previ – gostaria de ter estado errado – essa crise econômica toda, anunciei isso aos quatro ventos durante muito tempo. Então, eu, pessoalmente, me encontro muito resguardado para falar o que estou falando aqui.

Vou falar do PMDB. O PMDB tem procurado ajudar o Governo. O PMDB tem, por exemplo, nesta Casa, o Presidente Renan Calheiros, que tem procurado, de todas as formas, criar uma Agenda Brasil, criar movimentos construtivos. O PMDB tem aprovado aqui matérias importantes para construir alternativas econômicas.

Eu mesmo fui Relator do texto do Senador José Serra sobre a questão do pré-sal, e nós construímos uma alternativa boa para o País, boa para o Governo, boa para a Petrobras, que terminou não sendo entendida pelo próprio PT.

Então, o que nós temos que ver é o seguinte: da eleição para cá, esse processo de entendimento, de parceria foi se desconstruindo, ele foi se esfacelando. E vou dar um exemplo aqui: há alguns meses, foi dito que haveria, de certa forma, um reengajamento do PMDB e que o Vice-Presidente Michel Temer iria coordenar a questão política do Governo, tentar construir alianças, rever posições. Isso, depois de alguns meses, deu em água e deu em afastamento do Vice-Presidente Michel Temer dessas atividades.

Então, vou dizer com muita tranquilidade, o PMDB participa do Governo, o PMDB ajuda setorialmente, mas, desculpe-me, o PMDB não tem nenhuma ingerência sobre a política econômica do Governo, que é algo que está destruindo o País. O PMDB não tem nenhuma ingerência sobre a condução política do Governo, que desagregou a base do Governo.

O que nós temos hoje? Nós temos hoje um momento de extrema dificuldade, de relevância. A política é dinâmica. Existem hoje setores que defendem o PMDB dentro do Governo, existem setores majoritários que defendem a saída do PMDB do Governo. Nas moções que foram apresentadas na convenção, todas eram de afastamento. Se o PMDB fosse oportunista, se o PMDB fosse precipitado, se quisesse fazer jogo de mídia, teria votado no sábado o afastamento e o rompimento. Nós não fizemos isso, porque nós agimos com consequência. E nós queremos fazer esse debate com profundidade, porque entendemos que o momento é grave.

Não é simples fazer um *impeachment* de um Presidente da República, não é simples. É construir uma base com uma conflagração dessa, de desemprego, de desestruturação, de inflação, de queda da economia brutal como está ocorrendo há três anos.

Então, nós temos um quadro que, sinceramente, foge da política, ele impacta na vida das pessoas. Todos os dias, milhares de pessoas estão perdendo o emprego, e isso foi o que fez com que as pessoas fossem para as ruas. Não é trocar o partido A pelo partido B, não é eu gostar mais de fulano ou de sicrano, não é! Essa é uma leitura simplista de quem estiver lendo isto, e aqueles políticos que não entenderem esta mensagem estarão fora do processo político brasileiro. Eu quero dizer isso com muita tranquilidade.

Então, aqui não há nenhum tipo de anúncio de rompimento, até porque não cabe a mim. Eu volto a dizer: essa será uma decisão coletiva, discutida. Nós temos aí 30 dias para discutir – em até 30 dias –, internamente, todo esse funcionamento, mas não podemos tapar o sol com a peneira.

O que ocorreu ontem no País foi uma demonstração de que o Brasil quer algum tipo de solução. Se os políticos não tiverem a competência de construir essa solução, essa solução virá independentemente da política...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... porque a política tem que representar a população. Na hora em que a população não se sente representada, como há hoje uma crise de representatividade, na verdade, buscam-se outros caminhos.

Eu quero dizer aqui, com muita tranquilidade de quem acredita na democracia: nós temos que construir uma solução pela política com maturidade, porque, fora da política e da democracia, é a aventura, é o salto no escuro, é o pulo no abismo. O Brasil já fez isso antes e se deu mal.

Então, nós temos que ter a maturidade política de sentar e de construir uma saída que tenha o respeito do povo brasileiro, que seja consentâneo com a alma, com o coração e a consciência daquelas pessoas que estão lá fora cobrando da classe política, dos governos estaduais, municipais, federal uma qualidade de vida melhor, uma condição diferente da condição que vive hoje.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, essa é a minha leitura.

Eu dou um aparte ao Senador Aloysio Nunes, que havia pedido. Depois, eu farei aqui, rapidamente, mais três registros, Senador Paulo Paim.

Peço desculpas a V. Ex^a, estou excedendo o tempo, mas, como é um momento importante de se colocar... O Senador Lindbergh também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma segunda-feira, é um dia de debates, e é mais do que justo que abramos o espaço para que o debate continue.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Democrata.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Jucá, eu quero, também, como a Senadora Gleisi, cumprimentá-lo e cumprimentar a nova direção do PMDB eleita neste sábado. Eleita e que tem, à sua frente, o Vice-Presidente da República, Michel Temer, e um grupo de políticos de grande qualidade, entre os quais V. Ex^a como o 1º Vice-Presidente. Eu entendi e acho que todos nós entendemos o recado que veio dessa convenção: o PMDB não deu sinal vermelho para a Presidente Dilma, tampouco deu sinal verde, fez acender o sinal amarelo. O sinal amarelo, que significa cautela, porque logo mais vem o vermelho. Um partido que dá um prazo de 30 dias, dentro do qual nenhum membro da sua agremiação poderá aceitar um cargo na Presidência da República, no Executivo Federal, é um partido que está analisando, com muita seriedade e com muita responsabilidade, a possibilidade de romper com o Governo e de favorecer, pelo *impeachment*, a saída política e constitucional do impasse que nós estamos vivendo. O PMDB se deu um tempo de reflexão e um tempo para a construção da sua unidade interna, prudentemente, responsavelmente. Foi assim, aliás, quando o PMDB acolheu, como Vice-Presidente da chapa de Tancredo, o Senador José Sarney. Lembro-me do debate interno que houve no PMDB, do tempo de maturação. Antes ainda, quando o PMDB estava no dilema de insistir na eleição direta, ou promover a transição via colégio eleitoral. Foram momentos graves que exigiram momento de construção da unidade partidária. O PMDB é o centro de gravidade da política do Brasil, essa que é a realidade dos fatos, agora e há muito tempo, e continuará sendo, se conduzir com a sabedoria, o equilíbrio, que a sua tradição lhe confere. Eu penso, meu caro Senador Jucá, que não há mais condições – e nenhum de nós acredita em algo diferente – de a Presidente Dilma governar o nosso País até o final do seu mandato. É impossível. É impossível por déficit de liderança, de talento, de ideias e de sustentação política. Até mesmo o seu próprio Partido lhe vira as costas e se agarra à esperança de que o líder político incontestado dessa agremiação, o ex-Presidente Lula, venha a salvá-lo de um desastre eleitoral, de uma catástrofe eleitoral, em 2018, que já se anuncia. Então, Sr. Senador, vamos, neste período, discutir a sério, abertamente, um programa de transição com os partidos que hoje fazem oposição à Presidente Dilma e partidos que hoje dão sustentação à Presidente, ainda dão sustentação, com o PMDB à frente, para que nós possamos ter, ao votarmos o *impeachment*, também

as condições da governabilidade assegurada, porque, como diz V. Ex^a – e V. Ex^a tem toda a razão –, não basta trocar Dilma por Michel Temer: é preciso que a solução que tenha Michel Temer na cabeça do Governo venha respaldada por um programa de transição sólido, apoiado pelas principais forças do Congresso Nacional, que garantam a viabilidade, a sua aprovação e a sua implementação. Um programa que aponte para a recuperação da confiança no Brasil, a condução da política econômica, das reformas indispensáveis para que o Brasil possa, pelo menos no médio prazo, vislumbrar o fim da sangria fiscal de que nosso País hoje é vítima e também mudanças na forma de fazer política, nas regras de eleição, para que o Congresso Nacional tenha maior representatividade do que tem hoje. É um período, esse período a partir da instalação da comissão do *impeachment*, mais do que suficiente para que nós nos entendamos mais do que suficientemente, porque a urgência foi demonstrada ontem pela extraordinária manifestação da cidadania nas ruas deste País. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço ao Senador Aloysio.

Concedo um aparte ao Senador Lindbergh e, logo após, à Senadora Vanessa.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Romero, V. Ex^a sabe – às vezes, temos posições divergentes – do respeito que tenho, aqui nos debates, por V. Ex^a. Quando nós falamos de golpe, Senador Romero Jucá, é porque o *impeachment* não é um processo só político: tem que ser político e jurídico, tem que estar resguardado pela nossa Constituição. E o fato é que não há base concreta para o *impeachment*. Pedaladas fiscais? Esse é o argumento para se afastar uma Presidente da República? Pedaladas que, vale lembrar, todos os governos praticaram. O governo Lula, o governo Fernando Henrique Cardoso. Está demonstrado que aquilo não é crime de responsabilidade. Então, concretamente, faltam bases jurídicas, não pode haver um acordo passando por cima da Constituição. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é em relação ao programa, porque nós vamos ter um período de luta política no País e nós queremos chamar a atenção para o programa do PMDB e do Michel Temer. Vocês começam dizendo o seguinte: fim de todas as indexações a salários e benefícios previdenciários. Isso significa sabe o quê? Fim da política de valorização do salário mínimo. Fim da política que liga o salário mínimo à Previdência. Hoje, 70% dos trabalhadores que recebem da Previdência recebem um salário mínimo. V. Ex^{as} querem acabar com essa desvinculação. Falo mais: colocar o negociado na frente do legislado. O Senador Paulo Paim é um grande resistente a isso. Isso é rasgar a CLT. Orçamento base zero. Os senhores propõem a desvinculação de todas as receitas com educação e saúde. Isso aqui é um programa antipovo. Banco Central independente. Não falam nada sobre juros, sobre Banco Central, essa política monetária que existe aí. Então, vejam bem: esse é o programa, Senador Aloysio. É um programa antipovo. Nós vamos, sim, nesse debate político, chamar atenção, porque o povo que foi para as ruas não está entendendo ainda bem o que é tirar Dilma e colocar Michel Temer e sua turma no poder. Não vejo... Havia ali um sentimento... Quando eu falei da vaia ao Senador Aécio e ao Governador Geraldo Alckmin, é porque acho que temos que analisar o que aconteceu ontem em profundidade. Aqui estamos indo para uma situação parecida à da Argentina na década de 90, quando disseram: “que se vão todos.” O que o povo quer é tirar a Presidente, todos os Governadores, os Senadores, os Deputados. É isso que estamos vendo. E vejo gente se aproveitando desse movimento das ruas para tentar construir aqui em Brasília um acordo de cúpulas, das cúpulas partidárias. Estão querendo fazer um acordo, oferecendo aqui esse programa, que, sem sombra de dúvidas, vai aprofundar a crise econômica e penalizar os mais pobres, os trabalhadores no Brasil.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Senador Lindbergh, não vamos ter tempo aqui para discutir a questão da economia, o modelo da economia do PT, o modelo de intervenção do PT, que levou à insegurança jurídica, à falta de credibilidade do Governo e, mais do que isso, à falta de previsibilidade para os agentes econômicos, que fez com que travasse a economia. Não vamos discutir isso.

Só quero dizer que o documento que V. Ex^a tem é um documento inicial que tem fundamentos e pano de fundo para o que vai ser discutido e apresentado como programa do PMDB. Posso garantir a V. Ex^a que, nesse pano de fundo, por exemplo, no documento Uma Ponte para o Futuro, eu coloquei algumas ideias e outros economistas colocaram algumas ideias. Naquele documento, existem ideias que são até conflitantes ou são complementares. Eu concordo com algumas delas e discordo de algumas delas.

Agora, eu quero dizer a V. Ex^a que pode ter certeza de que o programa que o PMDB vai construir a partir desse novo comando será um programa visando o bem-estar da população brasileira, o fortalecimento da economia, o fortalecimento da geração de empregos e a modernidade da gestão.

E eu quero aqui só dar dois exemplos que o Senador Paulo Paim pode testemunhar. Primeiro, eu aqui ajudei a discutir e aprovar, contra o Governo – e eu era Líder do Governo –, a questão do fator 85/95 e a questão do fator previdenciário, na busca da idade mínima sobre a qual nós conversamos com as centrais sindicais. Eu participei desse debate e ajudei a aprovar aqui, contra o Governo. E era Líder do Governo. Então, as minhas posições são muito claras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse fato, só para não deixar ficar no ar, foi verdade. E aprovamos o fim do fator. Está lá na Câmara. Mas aqui nós aprovamos. E V. Exª ainda disse: “aqui eu garanto; lá na Câmara eu não garanto”. Foi franco.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Segunda questão: V. Exª falou sobre legislação trabalhista e sobre a questão de acomodação, que é diferente do que está se discutindo na Câmara, de flexibilização de algumas questões, da retirada de direitos, como décimo terceiro, como férias, como tudo o mais. Não é isso que está se discutindo.

Quero dizer que essa flexibilização que V. Exª está condenando aqui nós votamos aqui e aprovamos quando eu relatei a Lei da Doméstica, porque, na lei do trabalho doméstico, havia uma regra da CLT permanente que dizia que o prazo para almoço é de duas horas. E nós colocamos na lei, acertado com as centrais sindicais e com todos os segmentos, que, a critério do entendimento entre patrão e empregado, em vez de duas horas para almoço, porque não teria sentido o empregado almoçar e ficar duas horas parado para voltar a trabalhar, a critério do entendimento, poder-se-ia ter 30 minutos só de paralisação para o almoço e voltar a trabalhar, para que a empregada ou o empregado doméstico saia mais cedo e não pegue o ônibus cheio no transporte de volta para casa. Isso foi aprovado e isso está valendo.

E quero aqui dizer uma coisa: a lei que nós aprovamos de emprego doméstico, Senador Paulo Paim, está fazendo com que muita gente saia de outros empregos e volte para o trabalho doméstico, porque hoje é mais negócio, ganha mais e tem mais direitos ou tem os mesmos direitos, com outro tipo de tratamento, do que ser caixa de supermercado, do que ser vigilante, do que ser alguma coisa.

Então, quando colocamos a cabeça para funcionar e temos o objetivo de que a inteligência funcione a favor das pessoas, é possível melhorarmos as leis. Nós não temos que ser dogmáticos com coisas de 50 anos atrás. O processo evolui. Então, se o processo evolui, eu acho que o PT, que as centrais sindicais têm uma grande colaboração a dar nessa discussão da modernização da gestão, da legislação, da relação trabalhista, de como é que se deve trabalhar.

O Brasil tem que ser um país que foque a formação e o trabalho. Não podemos nivelar por baixo. Não podemos esperar que o Governo dê tudo. Pelo contrário, defendo que o Governo seja pródigo em dar uma questão: a igualdade de oportunidades para todas as pessoas. As pessoas são diferentes, umas querem mais, outras querem menos, umas têm um tipo de preparo, outras têm outro tipo. Mas se você dá igualdade de oportunidades, cada um tem condição de despertar o seu potencial e de crescer. Essa é a obrigação do Governo, e não nivelar por baixo, amortecer a capacidade criativa de trabalho das pessoas e formar pessoas que não sabem para onde vão e o que querem.

Quero aqui dizer que estou muito preparado. Eu sou um dos que estão ajudando a construir esse programa do PMDB. Eu debato esse programa em qualquer fórum mundial! Quero dizer a V. Exª que estou muito tranquilo com relação a isso. Na hora certa, vamos discutir economia, vamos discutir a questão do Banco Central. Defendo que o Banco Central não discuta só política monetária estanque, porque política monetária é algo que tem que estar relacionada com a realidade, com o desenvolvimento, com o nível de emprego, com tudo o mais, mas que tem que efetivamente ser uma política que não tenha interferência do curto prazo da visão política para ter uma visão estruturante de equilíbrio da moeda. Tudo isso vamos discutir em outro momento porque aqui não é a hora nem o lugar. Mas tenho certeza de que, em todos os debates para os quais eu for convidado, estaremos lá defendendo nossas ideias e mostrando tudo o que o PMDB pensa.

Concedo um aparte ao Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Romero Jucá, primeiro, gostaria de parabenizar V. Exª pela fala e de parabenizar o PMDB. Não sou advogado nem procurador do PMDB, mas digo a V. Exª o seguinte: o Brasil nunca precisou tanto do PMDB. O PMDB nunca foi de fugir do seu compromisso com o País; mas, neste momento, o País está ansiando, precisando muito do PMDB. Eu quero só fazer um reparo sobre o que o Senador Lindbergh disse aqui: o PMDB e sua turma. Temos que fugir desses rótulos pelo seguinte. Não é agora que sinalizou o PMDB que vai de repente passar a ser o PMDB e sua turma. O Senador Delcídio, até ontem...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, mas eu desculpo. É porque o Senador Lindbergh está focado com os caras-pintadas, ainda da época do Collor. Não tomei isso no sentido pejorativo ou negativo, porque sei que não foi essa a intenção dele.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O Senador Lindbergh é um combativo aqui. Mas o que quero dizer é que o recado que as ruas passaram ontem, Senador Romero Jucá, foi justamente isto: acabou. Realmente, foi o fim de um ciclo. O Governo da Presidente Dilma não tem mais para onde ir. E agora o Brasil precisa do PMDB, porque sem o PMDB não faremos essa transição. E essa construção precisa

ser feita com todos os partidos. Agora, a discussão tem de ser a seguinte: precisamos arrumar o FHC do Temer, para irmos para frente e para o Brasil caminhar. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Obrigado.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Jucá, serei breve. Apenas quero cumprimentar V. Exª, o primeiro do Partido que vem ao plenário e ocupa a tribuna. Então, através de V. Exª, quero cumprimentar toda a direção partidária, sobretudo aquela eleita no último sábado. Eu quero lembrar o tamanho dos laços que unem o PMDB e o PCdoB. Afinal de contas, o PMDB desempenhou um papel importante enquanto era um grande partido, uma grande frente, inclusive abrigando muitos dos nossos companheiros, vários deles. Muitos camaradas do PCdoB foram Deputados, Parlamentares, pelo PMDB. Eu mesma, quando entrei para o meu Partido, o PCdoB, que ainda não era legal, militei informalmente, porque nunca fui filiada, fazendo campanha para candidaturas do PMDB. Então, o papel do PMDB já está na história. O PMDB já escreveu o seu nome na história, seja na luta de combate, de resistência à ditadura pelas Diretas Já, seja quando governou este País, devolvendo a legalidade a muitos partidos políticos.

(Soa a campanha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Foi isso que fez o ex-Presidente José Sarney. Também quero dizer a V. Exª, Senador Jucá, que tenho muito confiança de que o PMDB ficará do lado da legalidade, do equilíbrio, porque tudo que o Brasil não precisa é de um conflito neste momento. Tudo que nós precisamos é de nos sentar à mesa, dialogar e encontrar a melhor saída. Nós temos uma Presidente, nós temos um Vice-Presidente, e considero ambos capazes de juntar novamente o País, para que possamos sair da crise. Parabéns, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço a V. Exª.

Sr. Presidente, vou fazer alguns registros rápidos. O primeiro deles é agradecer ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e a todos os seus membros, em especial ao Desembargador Cândido Ribeiro, que determinou a retomada do licenciamento da linha de energia de Tucuruí, que vai de Manaus a Boa Vista.

O Desembargador Cândido Ribeiro, um grande brasileiro, um homem experiente, no seu despacho, não só cassou a liminar que paralisava o licenciamento, mas deu uma aula e uma demonstração da importância da Federação e das obras estruturantes para a qualidade de vida de todas as pessoas.

Então, fica aqui, em nome do povo de Roraima, o nosso agradecimento ao Desembargador Cândido Ribeiro pelo ato de bravura e de coragem que teve ao determinar a retomada dessa obra imprescindível para o meu Estado, que passa hoje por falta de energia, por apagões constantes, porque, infelizmente, a Venezuela não está tendo mais a capacidade de fornecer energia para Roraima. Portanto, temos que ter uma saída estruturante, que é exatamente a construção dessa linha de transmissão. Fica aqui o nosso agradecimento ao TRF.

Outro ponto que quero registrar aqui é o meu compromisso com os pescadores de Roraima e do Brasil. Nós aprovamos um decreto legislativo que sustava a portaria do Governo e determinava que se fizesse o seguro defeso.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Isso foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal. Agora, no entanto, o Supremo Tribunal Federal reviu essa decisão e reautorizou a volta do seguro defeso.

Portanto, o meu compromisso com as colônias e com os sindicatos de Roraima, a quem eu prometi que lutaria para que o seguro defeso pudesse voltar aos pescadores e pescadoras de Roraima, está cumprido. O seguro defeso vai ser retomado. E quero registrar aqui a luta de toda a bancada da Amazônia. Está aqui a Senadora Vanessa, o Senador Omar, a Senadora Sandra, enfim, várias pessoas que foram ao Supremo Tribunal Federal colocar a importância de se ter o seguro defeso na Amazônia sob pena de estarmos comprometendo a questão ambiental para o futuro.

Então, é com muita satisfação que anuncio a volta do seguro defeso para Roraima, que começa agora no mês de março. Portanto, à Cristina Leite e a toda a equipe da área da pesca quero dizer que o nosso compromisso está firmado e os pescadores e as pescadoras de Roraima serão atendidos.

Outro ponto é a resposta do Senador Osmar Dias, Vice-Presidente do Banco do Brasil, acerca da correspondência e das tratativas que fiz sobre a seca que assola o Estado de Roraima hoje, Senadora Ana Amélia, de forma brutal e que está comprometendo a produção com incêndios.

O Banco do Brasil responde, em um ofício, que vai acatar o nosso pedido de dar mais prazo para o pagamento tanto dos financiamentos de custeio quanto dos financiamentos de investimentos, jogando para um ano após o prazo do financiamento, de acordo com a norma, os valores desse ano que deveriam ser pagos e,

claro, não terão condição de ser pagos porque existe o problema de que sem produção não se tem renda, não se paga empréstimo de banco.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, fica aqui o nosso registro e o agradecimento ao Banco do Brasil, ao Basa e à Caixa Econômica Federal, que já estão orientando as suas agências a receberem os pedidos dos agricultores e dos produtores a fim de resolver definitivamente essa questão.

E, por fim, quero registrar um assunto extremamente importante que é a sanção da Lei nº 13.257, que diz respeito, Senadora Vanessa – e V. Exª foi uma das defensoras, a Senadora Gleisi também –, ao apoio à primeira infância. Tivemos aqui, como primeiro item de votação da retomada dos trabalhos deste ano, Senador Medeiros, eu presidindo este Senado, a aprovação da Lei da Primeira Infância, que visa exatamente dar prioridade às crianças, desde a sua concepção até os seis anos,...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... porque essa, Senador Ataídes, é a fase determinante de formação de jovens, de crianças, meninas e meninos que serão o futuro deste País. E a Lei da Primeira Infância determina uma série de procedimentos que devem ser cumpridos pelo Governo Federal, Estados e Municípios, para que efetivamente essas crianças tenham assistência e atenção necessárias.

É com satisfação que registro que, no Município de Boa Vista, o que está previsto na lei, que aprovamos agora, desde 2013, é lei, lei de um programa chamado Família que Acolhe, uma lei que atende às crianças desde a concepção, com pré-natal, até o acompanhamento para as mães; depois, a entrega de material quando são mães carentes como berço e material para as crianças;...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... depois, a universidade do bebê e a capacitação da família para receber essa criança, a família é preparada com uma série de atividades para receber a criança; e, depois, essa criança que nasceu dentro do programa Família que Acolhe já tem garantida a sua vaga numa creche e numa escola municipal de primeiro grau. Então, esse é um programa completo, que hoje é exemplo de Boa Vista para o Brasil e para o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que está lá acompanhando, Senadora Ana Amélia, o excelente resultado que esse programa está fazendo.

Quero aqui registrar que Boa Vista está de parabéns, mas que nós todos, ao aprovarmos, como primeira votação este ano, no plenário do Senado, a lei que diz respeito à primeira infância, demos um passo importante para melhorar o futuro deste País.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Presidente, muito obrigado, peço desculpas por ter me estendido, mas eram tantos assuntos importantes que era importante que pudéssemos fazer esse registro nesse dia.

Peço a transcrição do ofício do Banco do Brasil encaminhado a mim sobre a questão da seca e do tratamento aos produtores de Roraima.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Ofício nº 010/2016 - GSR.

PMDB = concorrencia
 Lindley = BANCO DO BRASIL
 Michel = PMDB = Apoio/oposição
 + PESCADORES = Sindicato e Grêmios
 Voto de segna defesa - conforme
 Vice-Presidência de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas - 2016/1187
 Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2016

— TRF-1
 decisa do Presidente
 Penhã = Candido Ribeiro
 → Lúcia de Travençolo/BOA VISTA

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Senhor Senador da República,

De acordo
 atestado

Em relação ao Ofício nº 010/2016 – GSRJ, endereçado ao Sr. Presidente Alexandre Abreu, que incumbiu-me de tratar o assunto, registramos que o Banco do Brasil se solidariza com as dificuldades vivenciadas pela população do Estado de Roraima e demonstra preocupação em prestar o apoio necessário para amenizar a situação, para isso tem mobilizado as agências das localidades atingidas pela estiagem, por intermédio da nossa Superintendência Estadual, bem como envolvido os assistentes agropecuários no acompanhamento e assessoria aos produtores rurais que tiveram seus empreendimentos frustrados.

2. Além disso, disponibilizamos o mecanismo de prorrogação dos financiamentos de custeio e investimento facultado pelo Manual de Crédito Rural – MCR 2-6-9, que prevê a possibilidade de prorrogação das parcelas de investimento para 1 (um) ano após o vencimento final do contrato e dos custeio de acordo com a capacidade de pagamento do produtor.

3. Em atenção ao vosso pedido, complementarmente às soluções descritas anteriormente, para que o processo de prorrogação ocorra de forma tempestiva, primando pela observância às normas do crédito rural e com o zelo na gestão dos recursos públicos, disponibilizamos modelos simplificados de acionamento dos instrumentos e orientamos nossos agentes para a devida priorização no atendimento aos clientes inseridos no presente contexto.

Atenciosa e respeitosamente,



Osmar Fernandes Dias

Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas

Excelentíssimo Senhor Senador da República

Romero Jucá

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II Bloco A Subsolo Ala Afonso

Arinos Gabinete 12

CEP 70165-900 - Brasília-DF



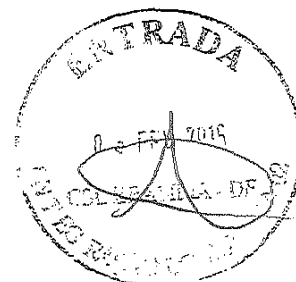
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Romero Jucá

Ofício nº 010/2016 - GSRJ

Brasília, 02 de fevereiro de 2016

À Sua Senhoria o Senhor
Alexandre Corrêa Abreu
Presidente do Banco do Brasil
SAUN Quadra 5, Lote B, Torre 1, 13º andar
Brasília, DF

Senhor Presidente,



Como Vossa Senhoria bem sabe, Roraima tem enfrentado quadro climatológico atípico. Em razão da prolongada estiagem durante o ano de 2015, cujos efeitos devem perdurar nos próximos meses de 2016, a situação no Estado chegou a um ponto crítico, verificando-se grande redução nos níveis dos mananciais e dos reservatórios de água que atendem às populações urbana e rural, assim como prejuízos devastadores para a fauna, a flora e a economia local. Níveis assustadoramente baixos de umidade, associados às elevadas temperaturas que se têm registrado sistematicamente em todas as regiões do Estado, vêm respondendo pela drástica redução nos níveis das águas interiores, como rios, açudes e igarapés, e, secundariamente, produzindo efeitos adversos em atividades como a pecuária, a pesca e a agricultura. Especificamente na agricultura, sabe-se que a seca já resultou na perda de, aproximadamente, 70% da produção. Não por outras razões, já se decretou estado de emergência em 13 dos 15 municípios roraimenses.

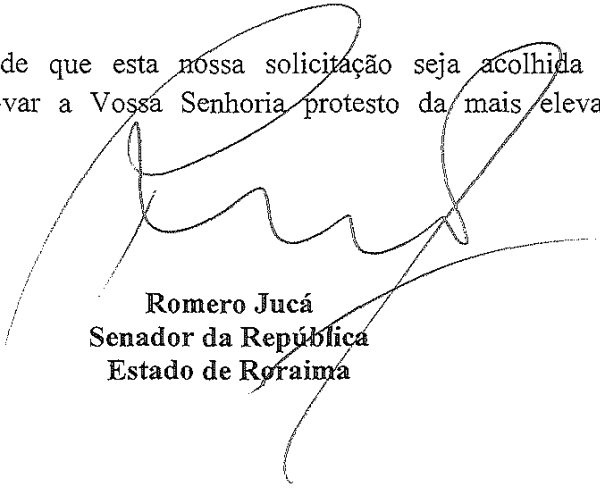
Diante da situação aflitiva vivida pelo povo de Roraima, tomamos a iniciativa de visitar todos os municípios em que se decretou estado de emergência. Constatamos as dificuldades enfrentadas pela população, em geral, e pelos agricultores, muito particularmente. A possibilidade de perda total da safra, assim como dos investimentos realizados, é bastante concreta.

Nesse contexto, entendemos que o quadro delineado em Roraima requer a atenção especial de Vossa Senhoria. Em face da possibilidade de que haja frustração na safra agrícola, já sendo praticamente certa a perda de 70% da produção, entendemos ser necessário que os financiamentos agrícolas em aberto, concedidos a agricultores roraimenses, tenham sua data de vencimento prorrogada, sem prejuízo de que outras condições especiais sejam aplicadas a essas operações de crédito, tendo em vista aliviar o ônus insuportável já imposto pela estiagem. Esperamos que esse pleito, que também é feito pelos próprios agricultores, possa ser atendido nos limites permitidos pela legislação, resguardado o equilíbrio financeiro-patrimonial do Banco do Brasil.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Romero Jucá

Na expectativa de que esta nossa solicitação seja acolhida rapidamente, aproveitamos para renovar a Vossa Senhoria protesto da mais elevada estima e consideração.



Romero Jucá
Senador da República
Estado de Roraima

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

E hoje é uma sessão de debate. É natural que se estenda um pouco mais.

Agora falam os oradores inscritos: Wellington Fagundes, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, companheiros e companheiras, não poderia ser diferente: vindo à tribuna, neste momento, é óbvio que todos nós iremos abordar a questão das manifestações no dia de ontem. E eu considero até impossível que nos furtemos de debater o que aconteceu no Brasil no dia de ontem.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, foram grandes as manifestações desse último domingo. Foi grande em São Paulo, foi grande em Curitiba, foi grande no Rio de Janeiro, em todas as cidades brasileiras. Mas aqui, agora, eu quero dizer que não pretendo discutir os meios de mobilização utilizados para as manifestações de ontem, a quantidade de dinheiro que foi gasto pelos seus organizadores, que me parece ter sido grande, Senador Paim, ou o fato de o Governo, por exemplo, do Estado de São Paulo ter disponibilizado gratuitamente o metrô, para que as pessoas pudessem chegar até a Avenida Paulista, o que significa dizer: usando recursos públicos para a mobilização de uma manifestação, Sr. Presidente.

Mas não são esses fatos que me trazem à tribuna no dia de hoje; não é isso que eu quero debater. Eu também não quero debater, não pretendo fazer qualquer análise aqui sobre quem foi para as ruas, apesar de que considero essa análise importante. Não quero discutir se 76% dos que lá estavam votaram no candidato Aécio; não quero aqui debater se 40% ganham mais de dez salários mínimos, mais de 70% têm curso superior, ou 91% dos participantes eram brancos, conforme vários institutos publicaram, inclusive o instituto Zero Hora, do Rio Grande do Sul.

Mas eu quero falar tão somente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, sobre as razões que levaram tanta gente às ruas. Essa é uma questão que considero premente. O que mobilizou a sociedade? Todas as pessoas que estavam lá foram mobilizadas pelas mesmas razões?

Então, veja, eu vou tentar aqui fazer um exercício individual, repito, é uma análise muito individual. E escrevi ontem... Olhando as manifestações, já quando todos se encerravam, Senador, eu ia escrevendo; ora, eu olhava as manifestações, ora lia jornais, alguns arquivos, livros, inclusive. Eu me revezei em todas essas tarefas no dia de ontem e, à noite, entendi que deveria escrever algo. Produzi um artigo para o nosso *site* Vermelho e hoje falo aqui, desta tribuna.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que alguns foram à passeata e pediram a punição do Presidente Lula, a saída da Presidente Dilma, porque são contra, discordam profundamente do projeto político aplicado pelos governos Lula e Dilma, porque são contra as mudanças aplicadas pelos governos Lula e Dilma. Esses, sem dúvida nenhuma, que lá estiveram ontem compõem a oposição ideológica, como bem destacou o Advogado Werner Becker numa entrevista ao *site* Sul 21, que li no dia de ontem. São palavras dele, do Advogado Werner Becker:

Os quatrocentões paulistas e a nossa elite nunca aceitaram um metalúrgico, um retirante do Nordeste, no governo, com uma linguagem política, social que eles não toleram. Se fizermos um levantamento do governo do [Presidente] Lula, ele não fez nada de revolucionário [nada!], mas, como não é um deles, eles têm medo de perder seus privilégios [ainda mais] e poderes.

Entendo também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que muitos que lá estiveram – acho que essa é a grande maioria – foram para protestar contra a corrupção. A grande maioria foi lá para protestar contra a corrupção! E esses, quando viram o ex-candidato Aécio, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e vários outros Parlamentares, de pronto, vaiaram, xingaram, eles os expulsaram das manifestações. A população é que fez isso, numa clara demonstração de que sabe que a corrupção é algo, infelizmente, sistêmico no nosso País, que não atinge apenas o centro do Poder Federal, mas que, de igual forma, está presente nos Estados, nos Municípios.

Vejam, quem aqui nunca ouviu falar? Aliás, dizem que a delação do Senador Delcídio traz isso com muita força – eu não sei, não vi; tudo que li e vi foi pela imprensa, pelos jornais e pelas revistas –, envolve o nome do ex-candidato à Presidência da República no caso de Furnas. Aliás, é um caso já bastante falado no País.

Quem aqui não sabe do problema ou não acompanhou as investigações e condenações do caso Alstom, dos trens de São Paulo que também serviram para pagar propinas? Não sou eu que estou dizendo, isso está publicado fartamente pela imprensa. E o problema da merenda escolar no Estado de São Paulo?

Então, é óbvio que muita gente foi para a rua para combater a corrupção. Aqui, alguns oradores que me antecederam já disseram isto: o alvo são todos, mesmo aqueles que não têm nada a ver; mas são todos. A corrupção é, de fato, um cancro que deve ser diuturnamente combatido.

De fato, a corrupção só passou a ser combatida de forma vigorosa, a partir dos Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, a partir desses governos; a partir da aprovação de várias leis que valorizam a transparência – várias! –; de várias ações que deram uma autonomia nunca antes tida pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, autonomia e independência. Eu digo isso com muita tranquilidade. Não digo, porque apoio o Presidente Lula e a Presidente Dilma, eu apoio um projeto.

Aliás, o meu Partido é parte de um projeto. Aqui nós não estamos falando de pessoas; aqui nós estamos falando de projetos. Não digo isso, só porque apoio; eu digo isso, porque essa é a realidade. Os fatos não existem palavras que desmanchem ou que reescrevam.

Vamos lembrar o que acontecia na época do então Presidente Fernando Henrique: as inúmeras denúncias com provas, com indicadores da corrupção no processo de privatização. E o que aconteceu? Provas, naquela época, não faltavam – não faltavam provas!

Mas e as CPIs? Todas elas foram abortadas. Nenhuma CPI para investigar a privatização, tanto que até hoje se tenta a CPI da Privataria. Até hoje, porque, naquela época, nada.

Mas há outro caso também muito emblemático que foi uma mudança da regra no meio do jogo: permitir-se a reeleição de um Presidente que já se encontrava no poder. Ah! Mas aí foi que o negócio pegou. Era compra de voto para cá, era compra de voto para lá. Houve Parlamentar que assumiu, gravações foram divulgadas.

Aliás, eu nunca me esqueço de que, nessa época, eu era só uma Vereadora da cidade de Manaus, mas uma das figuras centrais, Senadora Gleisi – eu nunca esqueço –, era um Deputado que hoje é o Líder do DEM, na Câmara dos Deputados: o Deputado Pauderney Avelino. Ele era um dos centros dessas inúmeras denúncias e gravações que foram publicadas. Basta! Não é preciso nem ir à biblioteca; o Google hoje traz tudo, estão publicadas nos jornais.

Mas o que aconteceu? Nada, nenhuma CPI. Nada – nada!

E aí trago outro exemplo. Não sei nem qual é a posição desta senhora na atualidade, mas achei interessante na época – achei muito interessante! Refiro-me à Sr^a Rosângela Lyra. Ela parece ser a síndica de um condomínio de lojas nos Jardins, uma região muito nobre e rica da cidade de São Paulo.

A Sr^a Rosângela Lyra fala... Essa reportagem já é de algum tempo, talvez de março. Não. Não sei de quando é, mas já é de algum tempo. É de dezembro de 2015. Não faz tanto tempo assim, não – é de dezembro do ano passado.

Essa senhora fazia parte do Movimento Pró-Impeachment da Presidente, do movimento Vem Pra Rua. Ela diz:

Eu fiz parte do movimento [...] por dois meses. Algumas pessoas saíram e [...] [fundaram] o Acorda Brasil! [Eu, não. Eu fiquei nesse movimento. Era eu quem arrecadava fundos. Aliás, a maior parte dos fundos dessa entidade Vem Pra Rua era eu quem arrecadava com os lojistas, com os empresários. Eu ia e passava o chapéu, porque achava o movimento justo, achava o movimento correto.] No primeiro semestre, o Ministério Público me convidou a encabeçar um movimento junto aos lojistas, ao comércio [...] da região [...] [para divulgar e coletar as assinaturas das dez medidas] – conjunto de propostas do Ministério Público contra a corrupção.

E ela começou a coletar as assinaturas e foi para o debate. Aí, o que aconteceu? Diz ela aqui:

Meu ponto de virada foi quando eu percebi a importância da Lava Jato e a não interferência da Presidente. A gente se acostumou a mudar os personagens da história, e não o enredo. Prefiro mudar o enredo. Tem que pegar os corruptos, sejam do PT, do PMDB, do PSDB, do PP.

E aí cita quase todos os partidos, Srs. Senadores.

Essas palavras não são minhas; são da Sr^a Rosângela. Então ela diz: “Se eu luto contra a corrupção, eu não tenho que mudar as pessoas. Eu tenho que mudar o enredo.” Aliás, acho muito bom que todos prestem muita atenção. Sabem o que é que pode estar em curso? Uma tentativa de parar com as investigações.

Por isso, ela disse: “Saí do movimento contra a Presidente Dilma, porque acho que essa seria a desculpa que eles poderiam dar à sociedade para parar tudo.” Panos quentes, daqui para frente, ninguém mais é investigado! Parou. Até aqui, tudo bem. Então, daqui para frente, vamos fazer o grande acordo para salvar o País. Isso foi ela quem disse. Eu fiz questão de ler aqui, porque esse é o meu pensamento também.

Vamos olhar para a história do Brasil! Toda vez que nós tivemos problemas, grandes mudanças, retrocessos, qual era a grande bandeira? A bandeira da ética, a bandeira do combate à corrupção. Costumo dizer que essa é uma bandeira importante, mas não é para ser levantada uma ou outra hora, quando se está contra o governo A ou B; é para ser levantada no dia a dia. É a conduta de cada agente público que tem que se transformar numa verdadeira luta de combate à corrupção.

Portanto, não é – e falo com muita segurança e tranquilidade – pela causa nobre do combate à corrupção – não os que foram para a rua ontem; desses eu creio que essa foi a razão maior –, não é por essa razão que muitos, as elites, políticas inclusive, querem apelar a Presidente Dilma do poder. Não é. Não é por essa causa. O pano de fundo dessa crise, que se arrasta desde as eleições de 2014, é, sem dúvida nenhuma, a disputa de projetos de país. Eles querem pôr fim a essa política iniciada pelo Presidente Lula, que, repito, não é revolucionária, mas é, pela primeira vez, uma política voltada para a maioria; a política de inclusão social, de fortalecimento do Estado e de relações internacionais multilaterais, o que não havia antes. Antes, era o Brasil e os Estados Unidos, o Brasil e a União Europeia, e só. Só! O Brasil até queria ajudar a criar a Alca para que fizéssemos parte dela.

Aqueles que lutam tanto para tirar a Presidente do poder, que dizem que está desgastada, que é incapaz, incompetente, o que eles querem, na realidade, é voltar com as privatizações, tomar o nosso controle sobre o pré-sal e tirar os direitos dos trabalhadores. Querem flexibilizar a CLT, acabar com a política de valorização do salário mínimo, fazer a reforma da Previdência, Senador Paim, arrancando as conquistas das mulheres e aumentando a idade mínima. Isso é uma parte só do outro projeto que eles querem ver aplicado no Brasil. Isso tudo, repito, está divulgado, publicado.

Mas ontem, exatamente ontem, dia 13, domingo, dia das manifestações, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou o mais escancarado e desrespeitoso de todos os seus editoriais, com o título “Chegou a hora de dizer: basta!”, determinando o fim do Governo Dilma, afirmando que – abre aspas – “as manifestações devem impulsionar a máquina institucional pela destituição da Presidenta” – fecha aspas, deixando claro que o fato jurídico legal é o que menos importa. Isso não importa. A isso não se dá outra denominação: a isso nós denominamos golpe! Tentativa de golpe!

Diz ainda o editorial que – abre aspas – “a Presidente não honra o cargo” – fecha aspas. Mas não aponta qual o crime que ela cometeu. Diz que – abre aspas – “ela é o principal entrave para a recuperação nacional” – fecha aspas. Mas que recuperação? Para quem? Com que propostas? Com que política?

O editorial fala também da indignação popular com a crise moral – ou seja, com a corrupção – e joga toda a culpa no PT. Olha, eu não sou do PT; eu nunca fui do PT. O meu partido é o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, ao qual sou filiada desde os meus 17 anos de idade, quando o partido nem legal era ainda. Então, jogam toda a culpa no PT, como se as elites empresariais e os políticos do PSDB, do DEM, Parlamentares, Governadores, prefeitos, não estivessem também atolados nas denúncias e investigações – mas, contra eles, nenhuma palavra.

Senadora Gleisi, o que está acontecendo com o Governador do Estado do Paraná? O que está acontecendo com o Governador do Estado do Paraná? Acabou de ser indiciado. O que está acontecendo no Estado de São Paulo? E é tão grave quanto, ou até mais. Tão grave quanto, ou até mais grave. Aqui está o Senador Alvaro – que, aliás, saiu do PSDB, nem quero provocar V. Ex^a, não estou me referindo –,² que recentemente deixou o partido do Governador Beto Richa. Deixou o Governador. Mas, contra esses, nenhuma palavra no editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*.

No mesmo domingo, não por acaso – não por acaso! –, o Estadão publica uma outra matéria, desta vez uma entrevista com o Presidente do banco Credit Suisse, José Olympio. Mais explicativa e didática não poderia ser sobre os planos do grande capital, dos rentistas, das elites, desde sempre representadas pelos neoliberais “demotucanos”.

Essa entrevista é absolutamente clara. Esse Sr. Olympio, presidente do banco Credit Suisse, é absolutamente claro e direto ao afirmar, vejam os senhores, que – abre aspas – “o mercado entende que o melhor para a economia seria a interrupção do atual mandato da Presidente Dilma Rousseff” – fecha aspas. E segue – abre aspas: “Existe um consenso na economia e no mercado de que este Governo não tem condições de implementar as reformas estruturais de que nós precisamos”.

Diz ainda – abre aspas: “Das alternativas de interrupção do mandato [...], a renúncia seria a menos traumática” – fecha aspas. Chega ao disparate de afirmar novamente ou cita aqui o que está lá na sua entrevista – abre aspas: “Estamos pagando a conta da Constituição de 1988, que deu muito mais direitos do que o País podia arcar”. Eu vou repetir: “Estamos pagando a conta da Constituição de 1988, que deu muito mais direitos do que o País podia arcar”.

É óbvio que ele não vai falar dos juros, não vai falar dos juros na estratosfera. Ele é o presidente do banco Credit Suisse, mas ele fala pelo mercado, não só pelos banqueiros, mas por outros empresários. Basta ver como estava a Fiesp no dia de ontem. Aí ele se refere a quê? Refere-se à questão da Previdência, que ele diz que tem que ter uma reforma urgente, às leis trabalhistas, à valorização de salário mínimo, entre tantos outros pontos. Ele se refere aos poucos direitos que têm os trabalhadores brasileiros.

E destaca – vejam esta pérola, que está lá na entrevista – abre aspas: “Basta olhar para o câmbio e a Bolsa...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... pois qualquer movimento que mostre que a saída do Governo pode ser antecipada cria um otimismo enorme. O mercado está dizendo para todo mundo que a interrupção desse Governo é a melhor solução para o País, pela simples razão de que ele não tem capacidade de fazer o que precisa para consertar o Brasil”.

Não por coincidência, esses termos e propostas estão presentes, exatas propostas e termos, em muitas análises de economistas neoliberais, como o Sr. Armínio Fraga, por exemplo; em propostas de muitos empresários e de alguns Parlamentares, como, por exemplo, o Senador Blairo, que deixou patente essas posições em um discurso proferido aqui desta tribuna no último dia 7, ou seja, na última segunda-feira, onde ele leu o artigo de José Pastore, concordando plenamente com ele.

Aí eu abro aspas novamente: “Não há escapatória. A saída da crise exigirá reavaliação dos sonhos criados por nossa Constituição.”

Direito agora virou sonho, Senadora. Direito de trabalhador virou sonho. Então, temos que reavaliar os sonhos criados pela nossa Constituição.

“É uma tarefa difícil, que exigirá uma liderança confiável que não existe neste momento, mas que pode emergir quando o medo e o pânico tomarem conta dos agentes econômicos, fazendo-os ver ser inevitável perder alguns anéis para conservar os dedos. A volta da confiança é essencial para o sucesso de uma economia desse tipo” – fecha aspas.

Mas disse muito mais. Disse o seguinte: “Vamos falar claro: para o País sair desta crise, é preciso fazer mudanças no atual quadro legal. Na Constituição de 1988, a palavra direito [aí diz ele aqui] aparece 76 vezes; dever, 4 vezes; produtividade, 2 vezes; eficiência, 1 vez.”

Ora, são discursos muito parecidos e muitos os discursos para ser mera casualidade. Não é mera casualidade. É, sim, uma engrenagem trabalhando junto, daqui para cá e de fora para cá também.

Se ligarmos esse conteúdo do editorial do jornal à entrevista do presidente do Credit Suisse, ao discurso do Senador Maggi, nós vamos ver que estamos diante de uma grande armação! Eu não tenho dúvidas disso. E não sou da época dos caras-pintadas não – posso até ter sido; eu sou de agora! E isso está acontecendo agora no Brasil! Exatamente agora.

Há, sim, um grande desejo de promover reformas profundas, e o povo tem que saber que reformas profundas são essas. Reformas para destruir, para destituir, não pessoas como Lula, como Dilma, mas para destruir um projeto de Nação, para destruir todos os direitos que um povo um dia conquistou.

Nossa responsabilidade é procurar uma saída, mais do que uma saída do Governo. Não é uma saída para o Governo; é uma saída para o Brasil, nos marcos da Constituição Federal, nos marcos da legalidade.

Fizemos uma reunião emergencial esse final de semana. Tínhamos uma reunião programada, um núcleo da direção se reuniu, mas nós temos os nossos limites. O limite são as mudanças, os acordos nos marcos da legalidade, da constitucionalidade. Esses são os nossos limites.

Por que não acharam a saída sem ferir a Constituição Federal? Ficou tão fácil. E parece que, depois das movimentações ontem na rua, ficou mais fácil ainda. “Ela é incapaz, ela é incompetente.” Mas qual é o crime cometido? A Constituição é clara: tem que ter um crime de responsabilidade.

E aí nós dizíamos que o Ministro do Tribunal de Contas, quando teve a possibilidade de vir aqui defender o seu relatório – agora me lembrei do nome dele: Augusto Nardes –, fugiu do debate. Ele fugiu, e quem me contou esse episódio foi a própria Senadora Rose de Freitas, que ficou muito ruim para ele. Ele fez um discurso nada técnico, totalmente político, e disse: “Olha, eu tenho que ir e vou deixar um técnico aqui”. Foi isso. Eu não estava lá, mas foi isso que me contaram.

Então, que credibilidade eu vou dar a um relatório que diz que ela pedalou? Aliás, quem neste País, qual governante não pedalou? E, antes, nenhum presidente que havia pedalado, todos os anteriores, do Fernando Henrique ao Lula, todos, nenhum deles foi nem sequer incomodado, quanto mais tiveram as suas contas reprovadas...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... por conta dessa questão.

Então, eu acho que a gente tem, sim, que discutir as saídas. Mas eu creio que... Por que não discutir a saída com quem foi legitimamente eleito nas últimas eleições? A gente sabe que, no momento de crise, nós não podemos segurar tudo o que temos; nós temos que ir à mesa negociar. E a negociação exige o quê? Senador Garibaldi, V. Exª que é muito mais experiente do que eu, a mesa de negociação exige que as partes abram mão de alguma coisa para que o acordo possa se viabilizar. A aposta do “quanto pior, melhor” é uma aposta contra o nosso povo, contra a nossa economia, contra as nossas empresas, contra o nosso futuro, contra o nosso País.

Eu tenho ouvido muito, nesses últimos dias, que a mudança poderia vir, por exemplo, com uma PEC. Uma PEC que estabelecesse no País um semipresidencialismo.

O Supremo Tribunal Federal vai julgar, na próxima quarta-feira, o mais importante...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... também que está na pauta, que é o julgamento de uma ação impetrada pelo então Deputado, hoje Ministro Jaques Wagner, que se apresentou contra a tramitação de uma proposta do então Deputado Eduardo Jorge, que estabelecia o semi-presidencialismo, alegando que o sistema de governo seria uma cláusula pétrea. E nunca o Supremo julgou. O julgamento será agora, mas eu acho que, em relação a isso, muitas coisas temos que questionar. Mudar regras? Enfim...

Diante de tudo o que está acontecendo, nós não podemos desistir do debate. E muito menos do debate que reafirma a legalidade do mandato da Presidente Dilma, conquistado com mais de 54 milhões de votos. Fora o caminho do diálogo, a história nos mostra que correremos o risco de viver o triste episódio da ditadura militar. Não que eu ache que os militares estejam querendo voltar. Pelo contrário, tenho a convicção muito clara de que não. Mas a ditadura não precisa vir exatamente das Forças Armadas; ela pode vir inclusive com uma cara de constitucionalidade, uma cara de institucionalidade. Mas nós não podemos deixar que isso aconteça no Brasil de jeito nenhum.

Como bem destaca Flávio Dino, que é o nosso Governador do Maranhão, o único que tem o meu Partido – ele tem escrito belos artigos, Srs. Senadores, e sugiro que todos leiam porque, além de ser Governador, já foi juiz federal, alias, passou em primeiro lugar no concurso em que também passou o Dr. Moro, um juiz muito respeitado e um Parlamentar muito eficiente quando foi Deputado Federal –:

Mudanças impostas à força no Brasil sempre resultaram em grandes desastres. O exemplo mais recente foi o golpe de 1964, que prendeu, exilou, perseguiu e torturou brasileiros, sem amparo em regras legais. Ao contrário disso, o Brasil avança quando maiorias são construídas nos marcos do Estado de Direito, mediante diálogos e consensos progressivos, sem rasgar regras constitucionais.

Ao final, ele é enfático ao dizer que:

(...) a solução de um impeachment sem base constitucional não seria um ponto final, mas o marco zero de um longo ciclo de vinganças, retaliações e violência política, que arrastaria a economia para uma depressão ainda maior.

Portanto, eu insisto em dizer que é muito importante que nos sentemos à mesa.

Reconheço que as manifestações de ontem foram grandes, muito grandes. No dia 18, Senadora Gleisi, haverá outras manifestações. Não tenho dúvidas de que serão manifestações grandes. Não sei se exatamente daquele tamanho porque dia 18 cai numa sexta, não num domingo. Serão manifestações grandes. Não sei de que tamanho e tenho quase convicção de que não serão maiores, mas serão significativas.

E o que nós queremos? Acirrar o conflito das ruas ou nas ruas? Não é isso que nós queremos. Por isso eu quero dizer que tenho confiança, sim, de que o PMDB honre muito toda a sua história em defesa da democracia, de combate à ditadura. Confio também no Parlamento brasileiro, que não deixará passar o *impeachment* sem que exista nenhuma razão legal e jurídica para tal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De imediato, passo a palavra, como Líder, para a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quem nos ouve pela Rádio Senado e nos vê pela TV Senado, obviamente sabe que o assunto nesta tribuna não poderia ser outro senão os eventos que aconteceram ontem em todo o País.

Quero aqui, Senador Paim, deixar registrada a minha posição.

Em primeiro lugar, foi uma manifestação democrática. Quem queria se manifestar foi à rua e o fez, manifestou-se. Isso foi possível porque é resultado da luta de muita gente, gente de esquerda, que inclusive sofreu críticas durante esses processos, principalmente, e que resistiu à repressão e lutou pela democracia, que deu a vida para garantir o direito de todos se expressarem e se manifestarem. Gente como a Presidenta Dilma, que hoje querem tirar do poder. Foi presa, torturada, mas não cedeu; defendeu a democracia, colocou-se contra a ditadura. É resultado do Estado de direito que conquistamos, quase todos nós, e que por nada pode ser ameaçado.

Houve controle político do processo também, Sr. Presidente. A democracia foi assegurada. Não houve violência, não houve agressão ou qualquer coisa que pudesse enfraquecer o ambiente democrático brasileiro, como muitos apostavam e diziam que aconteceria. O Governo desempenhou o seu papel com grandiosidade, garantindo as manifestações democráticas.

As manifestações foram expressivas, sim, mas mantiveram a mesma base social das manifestações anteriores. Ampliaram no quantitativo, em alguns lugares, mas não no qualitativo. Não conseguiram ampliar a base social que tiveram no ano passado. Continuou a ser uma manifestação da classe média tradicional brasileira, branca, com maior escolaridade e capacidade econômica. E não estou aqui questionando o direito da classe média de se manifestar; tem todo o direito de se manifestar, e esse direito tem que ser assegurado como o foi ontem.

Mas é interessante notar que nenhuma bandeira econômica foi apresentada nessa manifestação. O Senador Romero Jucá me antecedeu nesta tribuna, dizendo que passamos por uma das maiores crises econômicas da nossa história e que esta crise econômica foi o que fez com que nós tivéssemos grandes manifestações nas ruas. E que esta mesma crise econômica é responsável por que a Presidenta Dilma saia do Governo, porque ela não tem mais condições, segundo muitos agentes políticos, de conduzir o Governo nesta turbulência.

Mesmo assim, apesar de haver essa avaliação, de a mídia afirmar isso, de os setores de mercado dizerem que vivemos uma grave crise econômica, nós não vimos nenhuma reivindicação econômica naquela avenida ontem. Não vi nenhuma bandeira sobre o desemprego. Não vi nenhuma manifestação sobre aumento salarial. Não vi nenhuma manifestação sobre garantia de emprego e renda. Não vi nenhum pedido de redução de juros. Não vi nenhum pedido para o aumento dos investimentos. Não vi nenhum pedido para ampliar as políticas de saúde e de educação. Não havia absolutamente nada dessa matéria nas ruas ontem, apesar de estarmos passando, como todos dizem, uma grave crise econômica, a maior de todos os tempos.

Aí me pergunto: onde estava o povo trabalhador e mais pobre deste País, Senador Paim? Certamente, assistindo às manifestações, procurando entender a que interesse tudo isso atende? Combater a corrupção? Talvez. Mas por que não fizeram antes? E por que são tão seletivos nesse combate à corrupção? Por que o foco é só o Presidente Lula, a Presidenta Dilma e o PT?

Desconfiado, o povão prefere aguardar para saber ao certo qual será o resultado para a sua vida. Segue desconfiado e à margem de liderar um processo efetivo de mudanças. Se é verdade que está descontente com o Governo da Presidenta Dilma, também é muito verdade que não tem confiança alguma nas forças políticas que estão por trás da organização das manifestações de ontem ou até de um possível acordo de forças para dar governabilidade ao País. Por quê? Porque não vê aí nenhum sentido ou nenhuma proposta concreta que, efetivamente, melhore a sua vida.

A maioria pobre do povo deste País sabe quem lhe trouxe a esperança e direitos: salário mínimo digno, corrigido pelo valor real, emprego, proteção social com o Bolsa Família, crédito barato, acesso à universidade, acesso à moradia. Foi Lula. Foi o Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Mesmo sendo questionado ou mesmo sendo criticado, foi este Governo que deu à maioria pobre deste País condições de dignidade. E isso a população mais pobre sente e fica olhando. A quem interessa todo o movimento que está sendo colocado?

Antes, esse povo só dividia as mazelas das crises. Quem não se lembra das crises das décadas de 80 e 90, em que a crise internacional nem era tão grave como a que estamos atravessando hoje, mas o impacto na população, totalmente desprotegida, era imenso?

As vozes estimuladoras do golpe do *impeachment* também não querem admitir ver que a economia começa a apresentar sinais de reação e que hoje temos proteção social neste País. A inflação começa a diminuir, os juros já não estão subindo mais. O Governo disponibilizou crédito para vários setores produtivos e para as pessoas. A agricultura continua com saldo positivo. Começamos a ter redução no preço da energia, saldo na balança comercial. A confiança começa a ser resgatada. E a sociedade começa a melhorar as expectativas. Fizemos emissão de títulos da dívida brasileira na última sexta-feira, e a demanda foi bem maior que a oferta, bem maior que a oferta. Isso quer dizer o quê? Que há, sim, confiança e credibilidade na economia brasileira, porque, senão, os setores financeiros externos não estariam comprando títulos da nossa dívida.

As manifestações tiveram importância política, sem dúvida, mas seu impacto será limitado. Foi um alto custo de mobilização, articulação e energia para que acontecesse. A convocação organizada, a estrutura disponibilizada, os *shows* com carros de som, balões, faixas, a liberação do metrô, patrocínio de entidades empresariais e enorme publicidade gratuita na mídia remetiam a um acontecimento muito maior, com ampliação da base social. Era isso em que apostavam os organizadores, que estimularam tanto as manifestações de ontem.

Infelizmente, Senador Paim, os atos de ontem apostaram na despolitização do processo, algo perigoso a que nós já assistimos neste País. Foi uma canalização de ódio e criminalização ao PT, ao Lula e à Dilma. Isso foi construído dia após dia nos telejornais, nos jornais, na mídia deste País. Os que deram condições aos mais

pobres de terem dignidade estão sendo escoraçados pela classe média, pela elite brasileira, cujos valores autoritários ficaram muito visíveis nas atitudes e nas palavras de ordem daqueles protestos.

A impressão que passa é que o Brasil não precisa de política, de políticos, de partidos. A imprensa e o Judiciário, aliás, um juiz, darão conta dos problemas que acometem nosso País. Do enfrentamento à corrupção ao resgate da ordem, tudo com muita indignação, ruas cheias de verde e amarelo, povo branco, bem tratado, com um inimigo definido.

Foi esse o retrato que ficou na minha cabeça das manifestações deste 13 de março. Parece que tirar a Presidenta Dilma, prender Lula e acabar com PT solucionaria tudo, seguraria inclusive o ímpeto da Lava Jato. Necessidade para que alguns políticos se salvem e, com discrição, cumpram o papel que a imprensa e a elite deles querem.

A oposição, que apostou nas manifestações, convocou, financiou, mobilizou,...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... foi vaiada e saiu corrida do ato, até o Governador Geraldo Alckmin, que fez graça com dinheiro alheio ao liberar o metrô para todos irem gratuitamente pedir o *impeachment* da Presidenta Dilma. Aliás, a liberação do metrô exige, no meu entender, um posicionamento do Ministério Público: é correta, é legítima? Quem pagará essa conta? Os contribuintes de São Paulo? Por muito menos, por fechar a avenida Paulista aos domingos, o Prefeito Fernando Haddad foi interpelado pelo MP. É também importante lembrar que, na maioria das manifestações populares, as autoridades de São Paulo mandam fechar o metrô, com a desculpa de se evitar depredações.

Com toda importância que teve, o fato é que, hoje, as coisas continuam iguais. Esses atos não darão base para o *impeachment*. Podem até tentar estimular, mas não garantem nenhuma condição constitucional para que ele aconteça. E sabemos que não bastam as condições políticas. Precisamos das condições jurídicas, da base constitucional, porque, se assim não for, será golpe.

O PMDB – e a grande aposta da oposição era de que romperia com o Governo, neste final de semana – continua onde está. Deu um prazo de 30 dias, mas continua exatamente onde está e com o discurso que, por muito tempo, tem e teve. Apesar dos discursos duros e agressivos na convenção de sábado, ninguém entregou cargos ou pediu para sair do Governo. Sabemos que há debates internos no partido a respeito disso. Mas vamos aguardar e dialogar com o PMDB.

E a oposição, que pretendia se fortalecer, deu espaço para a extrema direita crescer. Basta ver que foi Bolsonaro um dos nomes mais populares nas manifestações. Aqui todos conhecem os valores autoritários do Deputado, o que pensa das mulheres, dos homossexuais, dos movimentos sociais e também dos políticos e da política. Foi estranho ver nos protestos de ontem pessoas pedindo golpe militar.

Não foram poucas pedindo, portanto, uma intervenção mais dura, uma ditadura, ao som de Chico Buarque, de Geraldo Vandré, do Legião Urbana. Achei que confundir Engels com Hegel, como fez o promotor desastrado de São Paulo, já teria sido a demonstração máxima da despolitização no País. Isso tudo serve para fazermos uma reflexão profunda e termos, pelo menos, uma certeza: a democracia é imprescindível, tem de ser defendida de todas as formas.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sua sustentação principal é o Estado de direito, fundamentado em nossa Constituição.

Por isso, o golpe do *impeachment* é inaceitável. Não tem base constitucional para acontecer. Pode ser desejado, defendido, pode mobilizar pessoas. Mas não são manifestações que vão lhe dar legitimidade. A Presidenta Dilma foi eleita por 54 milhões de brasileiros e brasileiras. Quem quiser assumir o seu lugar terá de passar pelo crivo do voto e ter a maioria nas próximas eleições.

Para *impeachment*, não há qualquer base legal e muito menos constitucional. Não há acusação que se possa sustentar contra a Presidenta Dilma. Não lhe foi imputado qualquer malfeito, qualquer deslize no exercício do cargo que implique crime de responsabilidade.

A mídia e a oposição têm de parar com essa campanha. Não é possível a imprensa estar estimulando o afastamento da Presidenta, o *impeachment*. Aliás, nós já vivemos esse protagonismo da imprensa no pré-1964. E todos nós sabemos no que deu e o que significou para a democracia deste País, para a história dos brasileiros.

Trocar o governo pode ser a espada que corte os nós que travam o sistema político e econômico. O problema é que o nó precisa mesmo ser desatado. Não podemos romper as cordas das instituições democráticas. “Não há espada nem solução mágica para vencer o emaranhado em um sentido positivo” – disse hoje o professor Marcos Nobre, em um artigo que escreve ao *Valor*.

Portanto, precisamos defender...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... a legalidade e a constitucionalidade. Qualquer solução fora isso coloca em risco o sistema democrático brasileiro, coloca em risco o ambiente que tivemos ontem, porque a lei, se foi boa para sustentar as manifestações de ontem, tem de ser boa para sustentar todas as situações por ela previstas.

Tenho muito medo – e quero terminar este meu pronunciamento reforçando algo que o Senador Lindbergh disse aqui, em um aparte que fez ao Senador Romero Jucá – de que as manifestações de ontem, em um ambiente democrático, respaldadas pela Constituição, sirvam para desfazer um grande acordo político neste País, de forças conservadoras para, justamente, entregar como prêmio as cabeças da Presidenta Dilma, do Presidente Lula e do PT.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E, por trás disso tudo, acalmar a situação em que estamos vivendo hoje, inclusive pondo fim à Operação Lava Jato, para que alguns políticos possam continuar os governos que já conhecemos de tantas histórias neste País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann.

Agora é um orador inscrito, o Senador Alvaro Dias, que trocou com o Senador Raimundo Lira. Na sequência, é o Senador Aloysio Nunes e, em seguida, a Senadora Ana Amélia. O Senador Lindbergh está como orador inscrito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu sou o quarto então.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, depois que a população brasileira na histórica manifestação de ontem falou, fica difícil a qualquer um de nós falar, agora, desta tribuna. Mas creio ser necessário, evidentemente com humildade, fazer a leitura correta, se possível, dos acontecimentos de ontem.

É evidente que só uma causa histórica embalaria multidões às ruas do País. O que se viu ontem é inédito. Segundo a *Folha de S.Paulo*, a maior manifestação popular da nossa história, superando, inclusive, a mobilização em favor de eleições Diretas Já.

É evidente que isso deve nos convocar à responsabilidade, afinal manifestação gigantesca como essa não pode ser ignorada por aqueles que representam parcela da população do País.

O que resulta da manifestação de ontem? A meu ver, no primeiro plano, uma forte pressão sobre o Congresso Nacional para superar o impasse do *impeachment* da Presidente da República, deliberando sobre ele.

A maioria esmagadora dos presentes na Avenida Paulista, em pesquisa Datafolha, revelou a sua preferência: 78,4% desejando eleições já, ou seja, preferindo que o Tribunal Superior Eleitoral promova a cassação da Presidente e do Vice-Presidente da República.

Portanto, há uma convocação à agilidade, feita pelo povo do Brasil, ao Tribunal Eleitoral. É inevitável que essa leitura seja feita. O importante é verificar que o povo brasileiro discute política, vai às ruas protestar, leva seus sonhos e suas esperanças e exige mudança de um modelo político corrupto e incompetente que fracassou.

As homenagens a Sergio Moro, como símbolo da nova Justiça no País; as homenagens ao Ministério Público, como instituição independente, que, com ousadia, contribui para retirar debaixo do tapete toda a sujeira da corrupção acumulada nos últimos anos; as homenagens à Polícia Federal; instituições reconstruídas agora sob os escombros provocados pelos escândalos de corrupção que atormentaram o Brasil nestes anos, com a banalização dela e, sobretudo, com a prevalência da impunidade.

É este Brasil que aqueles que foram às ruas desejam mudar para um Brasil novo, onde as instituições, agora reabilitadas pela ação de combate duro à corrupção, oferecem a perspectiva de mudança real, a esperança de que podemos ter, sim, um País melhor.

Obviamente o foco foi a corrupção.

Eu estive, Senador Paulo Paim, na Esplanada dos Ministérios, como, da mesma forma, a Senadora Ana Amélia esteve e o Senador Reguffe também, e pude constatar que a expectativa da população é de que se construa uma Nação onde corrupção e impunidade não sejam a regra, porque hoje, lastimavelmente, corrupção é regra. Tornou-se suprapartidária. Alcançou a alma dos partidos políticos, que, no dizer de investigadores, procuradores, transformaram-se, alguns, em lavanderia do dinheiro sujo; transformaram-se em organizações

criminosas que devem ser dizimadas na mudança, que é exigência da sociedade brasileira. Isso significa uma mudança de comportamento do cidadão.

Nós assistimos aqui, durante muitos anos, à passividade do cidadão brasileiro diante dos escândalos e corrupção e dizíamos que a banalização da corrupção era o maior desserviço prestado ao País pelo Governo do PT. Hoje verificamos que a população escapa deste cenário e tem a percepção exata dos danos causados pela corrupção.

O cidadão brasileiro, hoje desempregado, tem a percepção de que a causa maior do desemprego que o aflige é a corrupção. Ele imagina que, se os recursos públicos fossem aplicados com decência, com honestidade, o País estaria crescendo, e ele não perderia o seu emprego. Da mesma forma, tem a percepção de que a corrupção é assassina, porque há pessoas amontoadas nos corredores dos hospitais, especialmente no interior deste País, que esperam pelo atendimento que não chega, porque antes chega a morte. Esses cidadãos são vítimas do assassinato que é praticado por aqueles que roubam o dinheiro público no País.

Essa percepção é visível hoje, na sociedade brasileira.

Eu poderia continuar enumerando outros setores da atividade humana, como a educação, essencial para o País. Quantos são os brasileiros proibidos de conquistar o diploma superior, porque não há recursos públicos suficientes para atender à demanda da nossa juventude?

Enfim, quando se fala no vírus que ataca e mata, o vírus provocado pelo mosquito, fala-se, sim, em saneamento básico. Nós temos apenas 48% da nossa população beneficiada com o saneamento básico.

Por que não há saneamento básico para todo o povo brasileiro? Exatamente porque os recursos estão sendo desviados por entre os dedos das mãos sujas de corrupção daqueles que assaltaram o País nos últimos anos.

Ou não foi um assalto? Se não foi um assalto, o que ocorreu com a Petrobras? Se não foi assalto, o que ocorreu com o setor elétrico? Se não foi assalto, o que ocorreu com o Estádio Mané Garrincha, em Brasília, ou com o Maracanã, ou com os outros estádios construídos para a Copa do Mundo? Que nome se dá ao que ocorreu? Assaltaram, sim, o Brasil. Aqueles que nos desgovernaram nos últimos anos julgaram-se proprietários desta Nação e a assaltaram criminosamente.

O povo, que foi para as ruas, para as praças e para as avenidas deste País, no dia de ontem, foi com o desejo de arrancar o Brasil das mãos daqueles que o assaltaram nos últimos anos. E deseja arrancar democraticamente, através do voto em eleições. Por isso, 78,4%, Senador Aloysio, dos que foram à Avenida Paulista ontem desejam a realização de eleições novamente ou já, porque não querem esperar 2018. O povo está angustiado, perdeu a paciência, não entende como se pode esperar mais, além do que já esperou.

Eu concedo um aparte ao nosso querido Senador Líder do PPS neste Senado.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Alvaro Dias, muito obrigado pelo aparte. V. Exª é muito feliz neste pronunciamento. Aqui eu vi, há pouco, Senadores falando sobre a ética. Eu concordo. A ética não é um fim em si mesma; ela é um meio. Ser honesto, ser ético é obrigação. Agora, tudo tem limite, Senador Alvaro Dias. E V. Exª coloca muito bem. Este País foi assaltado, porque está saindo aí a ponta do *iceberg* só da Petrobras, da Eletronuclear, de algumas, mas não falamos ainda de DNIT, por exemplo. A Lava Jato não chegou ao DNIT.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Ao BNDES, aos fundos de pensão, etc.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – E não chegou ao São Francisco. Cito aqui. Ontem me abordaram para trazer documentos sobre o lote 1, o lote 2 e o lote 6 do São Francisco. Então, o Ministério Público tem isso também. Antigamente nos indignávamos, em São Paulo, com o Maluf, porque votavam no Maluf e diziam, era o mantra: “Rouba, mas faz.” Então, o PT acusava o Maluf disso e dizia: “Isso é um absurdo, é um descalabro votar em uma pessoa porque rouba, mas faz.” Eu passei, há poucos dias, no Túnel Ayrton Senna e fiquei com inveja. Falei: “Bons tempos, hein? Porque hoje rouba e não faz.” Boa parte dessas obras do PAC não foram feitas. Em Mato Grosso, a nossa capital, Cuiabá, está sangrada de um ponto a outro, dividida pelo trilho de um VLT que nunca chegou, e os vagões – são mais de R\$200 milhões – estão apodrecendo lá. Então, esse é o grande problema. V. Exª fala com português claro, com oratória e com a retórica que tem clara para todo o Brasil ver. Então, essa indignação ontem é justamente contra isso, porque é uma desfaçatez sem tamanho. Eu vi os discursos, e ninguém do Governo enfrenta o mérito. Não enfrenta o mérito. Fazem manobras de dissuasão, um sofisma atrás do outro, mas simplesmente querem combater tudo o que está havendo com o seguinte argumento: somos todos iguais. E isso não funciona. É por isso que as pessoas estão revoltadas. Eu vi agora: no mesmo momento em que sai uma nota do Governo dizendo que respeita a manifestação, o Ministro Jaques Wagner já começou a falar demonstrando que não é bem assim, e a sua base veio aqui para a tribuna para começar a descaracterizar. Fiquei pasmo ao ouvir aqui que foi uma manifestação de gente branca. Pelo amor de Deus! A que ponto chegamos? Então, não vou nem responder. Muito obrigado, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Obrigado, Senador José Medeiros.

O meu tempo se esgota, não o daqui, mas o lá de fora, Senador Paim – V. Ex^a tem sido condescendente –, mas eu tenho lá fora um tempo que se esgota agora.

Vou concluir dizendo que, depois da Operação Lava Jato, dessas investigações e do julgamento que esperamos seja o mais célere possível para o Brasil mudar rapidamente, a responsabilidade da classe política se eleva. Caberá à classe política definir novos rumos para o País. Caberá às instituições responsáveis pela legislação, pela organização política da Nação preparar um novo modelo, porque, repito, esse modelo faliu e tem que ser sepultado definitivamente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Alvaro Dias.

Agora, o Senador Aloysio Nunes, intercalando com um orador inscrito e uma comunicação. Em seguida, a Senadora Ana Amélia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem estive na manifestação na Avenida Paulista, como, aliás, tenho estado em todas as outras. Foi uma manifestação cuja força, cujo volume, cujo entusiasmo já foi por demais ressaltado, inclusive por aqueles que se incomodaram com o povo nas ruas e com as palavras de ordem que ali foram alardeadas.

Penso, Sr. Presidente, que não precisamos ir muito longe em análises sociológicas, na tentativa de fazer improvisações de psicologia de massas para entender a motivação profunda de cada um dos milhões de brasileiros que saíram às ruas do nosso País. Basta ver o teor daquilo que as pessoas pediam, basta ver aquilo que estava escrito nos cartazes, nas cartolinas improvisadas, nos recados, muitas vezes, bem-humorados para os governantes e para aqueles que exercem a atividade política.

Havia ali afirmação de um valor e afirmação de um objetivo político imediato. Afirmação de um valor: o valor da honestidade na vida pública, o valor da busca da verdade, que, muitas vezes, fica encoberta por acordos, por imunidades, por artimanhas processuais. Havia ali o apoio, sim, à Operação Lava Jato, que, aliás, ganha ímpeto e ganha força à medida que a cidadania sai às ruas para afirmar esse valor, o valor da honestidade e o combate à corrupção.

Mas, havia também, e há um objetivo político imediato. Não nos iludamos. O objetivo político imediato é o fim do Governo Dilma Rousseff, a convicção de que a Senhora Presidente da República perdeu completamente as condições de governar este País por mais dois anos e oito meses. Um País mergulhado numa crise profundíssima, que não é apenas da economia, que já conheceu, no ano passado, um retrocesso de 3,8% do PIB e que se encaminha para um novo ano de recessão, com destruição de empregos, destruição de riquezas, com desalento das pessoas, com retrocesso nas condições de vida de muitas pessoas que emergiram, nos últimos anos, e que agora voltam a uma condição muito grave, que é a condição do desempregado: mais de 10 milhões de desempregados no nosso País e o nível crescente de pessoas que são expelidas do mercado de trabalho por conta da recessão que se abate sobre a economia brasileira.

E a Presidente Dilma sem proposta, sem força política, sem o apoio sequer do seu próprio Partido, que lança um tal programa alternativo, que é exatamente o contrário do programa que o Sr. Ministro da Fazenda disse que pretende aplicar, em seu nome. E uma Presidente que se vê, cada vez mais, às voltas com denúncias envolvendo não o enriquecimento pessoal – não diria isso –, mas a presença de dinheiro fruto da corrupção na sua campanha eleitoral de 2014.

Então, o que se vê ali é o fim da Presidente Dilma como uma exigência de momento, iniludível, urgente, porque todos estão de acordo, todos. Não apenas o mercado, como disse aqui, agora há pouco, a Senadora Vanessa Grazziotin, não apenas o mercado, mas a dona de casa que vai ao mercado fazer as compras da semana – porque não se faz mais compra do mês – e que se vê a braços com a inflação que corrói a renda das famílias num ritmo avassalador.

O fim do Governo Dilma, o repúdio ao seu Partido e também ao seu principal líder, porque são identificados como aqueles que promoveram o domínio do Estado, o apoderamento do Estado por uma organização criminosa, com o objetivo de se perpetuar no comando do País, tudo isso é identificado pelo povo com muita clareza.

Qual é saída? Evidentemente, a saída política imediata é o *impeachment*. Existe base jurídica e existem razões políticas para isso. Pode-se dizer: “Seria melhor que houvesse novas eleições.” É verdade. O julgamento é do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que são cada vez mais veementes os indícios de dinheiro sujo na campanha da Presidente Dilma, mas é uma decisão que não cabe ao mundo político tomar, é de uma instância do Poder Judiciário, sujeita a ritos e prazos próprios do Estado de direito.

“Ah, seria bom se a Presidente Dilma renunciasse.” Também acho, mas essa é uma decisão pessoal da Senhora Presidente, que, inclusive, ao tratar desse tema numa entrevista coletiva, gaguejou, tropeçou na pa-

lavra, mostrando que esse é um tema que a angustia. E não é para menos! Imaginem os senhores a solidão da Presidente Dilma Rousseff, o vazio que se fez à volta dela! Então, esta é uma constatação: faltam-lhe condições de continuar governando um País imerso numa profunda crise e menos ainda condições de oferecer uma saída política que tenha um respaldo amplo da sociedade – não apenas do mundo político, mas do mundo empresarial e dos trabalhadores.

Parlamentarismo? Eu sou parlamentarista. Apresentei uma emenda parlamentarista na sequência de dois outros colegas Senadores. Foi constituída uma comissão por um ato do Presidente do Senado, para estudar essa matéria. Vamos estudar. Eu, parlamentarista desde sempre, considero que a mudança do regime de governo é um passo para um aprimoramento das nossas instituições políticas e que não poderá vir desacompanhado de outras mudanças no nosso sistema eleitoral e no nosso sistema partidário.

Mas não é a solução para agora! Não é solução para o imediato. Parlamentarismo como remédio para uma crise imediata nós já vivemos em 1961, quando o parlamentarismo foi adotado como uma saída que impediu o golpe de Estado, depois da renúncia do Presidente Jânio Quadros. Sendo uma solução de emergência, foi marcado pelo fato de ter sido algo circunstancial, marcado por essa circunstância e, portanto, a partir daí, vítima de uma instabilidade crônica que levou ao seu fim.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perfeitamente.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Aloysio, daqui a pouco eu vou me manifestar sobre o tema que V. Ex^a está, de relance, abordando, que é o movimento das ruas de ontem e o que está para acontecer e o que se espera, agora, do Congresso, mas V. Ex^a aborda topicamente a questão do parlamentarismo. Eu tenho hoje, eu tenho hoje – não tinha – mais forte tendência pelo regime parlamentarista, porque ele dá permanência, ele oferece a constante permanência, desde que você tenha partidos estruturadamente fortes, o que não é o nosso caso. Nós temos 30 partidos, e 30 partidos sem a devida fisionomia e sem devida consistência. Então, a reforma política tem que anteceder, na minha opinião, qualquer apreciação sobre mudança de regime político, de presidencialista para parlamentarista. Em primeiro lugar, é preciso que você estruture os partidos, que você vote cláusula de barreira, que você estruture ou identifique dificuldades, para que partido exista como partido político de representação na Câmara e no Senado, com fundo partidário expressivo, enfim, para que ele seja um partido robusto e que represente, de verdade, um segmento importante do pensamento da sociedade. À medida que isso aconteça, eu, que nunca fui parlamentarista, aderirei tranquilamente à tese do parlamentarismo, mas é só uma observação que eu gostaria de fazer sobre o pronunciamento de V. Ex^a, que é sempre feito com muita profundidade, e eu ousei dar essa modestíssima contribuição.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Eu concordo inteiramente com V. Ex^a. É preciso que haja uma série de mudanças, nossa forma de organizar as eleições, de organizar os partidos políticos, para dar a esse regime a solidez que ele precisa ter.

Portanto, considero que uma matéria de alta indagação não é matéria para ser utilizada agora como uma saída para esta crise. Poderá ser, sim, um regime que previna o surgimento de crises semelhantes a essa, mas não para essa. Ele seria marcado pelo signo, digamos, de um arranjo de ocasião.

O que está ao nosso alcance, ao alcance da política é a votação do *impeachment*.

Não nos iludamos, é a votação do *impeachment*; uma decisão do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Uma decisão que, evidentemente, tem que ser presidida por uma articulação política envolvendo algumas das forças políticas que dão hoje sustentação ao Governo Dilma.

Refiro-me especificamente ao PMDB – que é o Partido majoritário, partido de forte tradição democrática e o Partido do Vice-Presidente da República – e a outras forças políticas, para que possam se somar a um projeto de governo de transição para levar o País até 2018. Que seja um projeto capaz de restabelecer a confiança no Governo, a governabilidade, uma vez que há de ter necessariamente apoio Parlamentar para implementar as medidas que venham a conceber, de tal modo que, em 2018, possamos ter uma eleição tranquila, uma eleição em que o povo brasileiro defina com clareza quem deve tocar o País, liderar o País nos próximos anos.

Por isso, Sr. Presidente, penso que está mais do que na hora de as forças políticas que querem esta saída começarem a se entender claramente, à luz do dia, a partir do momento em que for constituída a comissão especial para analisar o pedido de *impeachment*. Acabou-se a história de qual é o rito, se o rito é esse ou aquele. Qualquer que seja o rito, é preciso que haja uma maioria. Portanto essa é uma falsa questão. O que é importante é a instalação dessa comissão e que as forças políticas que desejam a remoção da Presidente Dilma, dentro da Constituição, se entendam para oferecer uma alternativa ao País, que dê novamente esperança ao povo brasileiro.

Ouç o aparte, agora, do meu prezado amigo, Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Aloysio, quero, com muita tranquilidade, serenidade, fazer um debate político aqui com V. Ex^a. Inclusive devo dizer que, na semana passada, as coisas saíram do controle...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois é, de minha parte também. Peço desculpas a V. Ex^a em público, já pedi em particular.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu também, Senador Aloysio. Mas eu queria fazer o debate político aqui. V. Ex^a diz que tem base política e jurídica para o *impeachment*. Eu quero aqui questionar a base jurídica. Eu não consigo encontrar fundamentos na base jurídica. O argumento que lançam é sobre pedaladas fiscais e abertura de crédito suplementar. Sobre pedaladas, sabemos, todos os governos fizeram, não eram contestados pelo Tribunal de Contas da União e nem por este Congresso Nacional aqui. Agora, as pedaladas que estão no pedido do *impeachment* são de 2015. Por quê? Porque as de 2014 o Presidente da Câmara corretamente não aceitou, porque nós temos o art. 86, §4º, que diz o seguinte: «O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.» Então as pedaladas de que eles falam são sobre 2015. Não foram nem apreciadas pelo Tribunal de Contas, nem pelo Congresso Nacional. O que se diz, o argumento da oposição é que aquilo foram operações de crédito. Na verdade, não foi. O que existia, Senador Aloysio, era uma conta do Tesouro com os bancos – Banco do Brasil, Caixa Econômica – para pagar o Minha Casa, Minha Vida, seguro-desemprego, Bolsa Família.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O governo passado chamava conta movimento, que foi encerrada muito tempo atrás.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Saiba V. Ex^a que, em todos os anos, o Governo pagou mais ao final do ano. Agora, em algum mês, às vezes, ele pagava menos, sim. Em cima desse argumento, V. Ex^{as} dizem que é operação de crédito. O Senador Acir Gurgacz fez um brilhante relatório dizendo: “Não! Eram atrasos nesses pagamentos.” Mesmo se fosse operação de crédito, a Presidente teria ferido a Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 36. Só que, quando vamos para a Constituição, entre causas de *impeachment* não está a Lei de Responsabilidade Fiscal; é a Lei Orçamentária. As mesmas coisas com os créditos suplementares. «Abriu sem passar pelo Congresso.» Abriu, porque o art. 4º...

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Desculpe-me, Senador Aloysio, só para encerrar. O art. 4º da Lei Orçamentária, tanto de 2014, 2015, dá o poder de o Governo abrir crédito desde que não ultrapasse o superávit primário, não tenha alteração de superávit primário. E vale dizer que esse mesmo Congresso Nacional, tanto sobre 2015, quanto 2014, mudou depois a meta de superávit primário. Então eu estou falando isso para V. Ex^a com respeito que eu tenho, mas V. Ex^{as} têm que formular um novo pedido de *impeachment*. Isso aqui não é base para *impeachment*. É um absurdo! Eu me lembro da diferença na época do Collor. Na época do Collor, apareceram comprovantes de pagamentos de empresas fantasmas e do Paulo César Farias pagando despesas pessoais. V. Ex^{as} sabem que a Dilma pode ter todos os defeitos, mas uma coisa nós temos que admitir: ela é uma mulher honrada, é uma mulher honesta. Então, eu encerro dizendo o seguinte, Senador Aloysio: faltam bases jurídicas. *Impeachment* sem base jurídica é rasgar a Constituição.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Lindbergh, eu admiro a combatividade com que V. Ex^a defende um governo moribundo, mas eu ficaria fascinado em discutir, em outra ocasião, as bases jurídicas do nosso pedido de *impeachment*, que foram muito bem estudadas.

E haverá outras que serão anexadas, serão acrescidas a essa, especialmente no que diz respeito ao atentado contra o funcionamento do Poder Judiciário, à tentativa de barrar a Operação Lava Jato, ao cuidado, como manda a Constituição, pela idoneidade da Administração, dentre outras.

Agora, voltando ao tema do meu discurso, Sr. Presidente, queria dizer o seguinte: o Presidente Lula, na manifestação emocionada que teve depois da sua condução coercitiva, recorreu a uma metáfora ofídica, à jararaca, a jararaca que tem que ser morta com uma paulada na cabeça; não adianta pegar o rabo de uma jararaca.

Eu diria a V. Ex^{as}, para ficar no terreno ofídico, que o povo brasileiro, na manifestação extraordinária de civismo de domingo, matou a cobra; falta agora ao Congresso Nacional mostrar o pau, o porrete do *impeachment* para matar e enterrar essa cobra que já nos envenenou e que precisa ser, definitivamente, afastada do nosso horizonte político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nobre Senador Aloysio Nunes!

Como oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Senador Aloysio, com todo o respeito! Essa expressão usada de que “o Congresso matou a cobra” é perigosa, vivemos num clima de radicalização no País. Eu sei do respeito de V. Exª pelo Presidente Lula. Eu acho que temos que ter cuidado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Matar a cobra, veja bem, não diz respeito ao Presidente Lula.

Dá licença. Me permite?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Permito. Temos que ter cuidado: “pegar um pau, matar a cabeça da cobra”...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não! V. Exª me permite, para que não haja nenhuma dúvida?

O Presidente Lula se comparou a uma jararaca. Eu não diria isso, ele já foi comparado a um sapo, um sapo barbudo, pelo Governador Brizola. Eu tenho respeito por ele. Estou me referindo à imagem de que ele se utilizou. É evidente que sou um homem incruento; não me refiro a dar nenhuma agressão ao Presidente Lula.

Essa cacetada que o Congresso tem que dar chama-se *impeachment*, que é uma cacetada prevista pela Constituição e que vai, se for bem aplicada e aplicada logo, abreviar um governo que está causando um enorme prejuízo para o nosso País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu só fiz a observação porque vivemos um clima de tanta radicalização política que temos que ter cuidado com essas palavras. Há grupos fascistas hoje nas ruas. Então, eu fiquei, de fato, preocupado, mas V. Exª corrigiu agora, colocou nos termos devidos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Coloquei porque, como diz o Presidente Lula, as metáforas fazem parte do discurso político.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro. Nós temos que ter cuidado para as metáforas não incitarem mais o ódio que existe na sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Paim, eu quero antecipar o cumprimento de amanhã a V. Exª, que completará mais um ano de vida.

Então, receba antecipadamente, para não esquecer que foi o primeiro a chegar, daqui da tribuna, para V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas eu quero começar a minha manifestação na tribuna de hoje, nesta segunda-feira, com uma informação relevante: a Juíza Maria Priscilla Ernandes Veiga Oliveira, da 4ª Vara Criminal Central de São Paulo, decidiu encaminhar para a 13ª Vara Federal de Curitiba, presidida pelo Juiz Sérgio Moro, a denúncia e o pedido de prisão preventiva contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proposto pelo Ministério Público de São Paulo.

A Juíza declinou da competência no processo por entender que, como é público e notório, tramita perante aquela vara os processos da chamada Operação Lava Jato, que investiga crimes envolvendo empreiteiras acusadas de pagar propina em contratos da Petrobras.

Para justificar a decisão, a Juíza juntou ao processo cópia da decisão do próprio Juiz Sérgio Moro, de 24 de fevereiro deste ano, que determinou a realização de busca e apreensão em endereços ligados ao ex-Presidente.

Depois de receber o processo, o Juiz Sérgio Moro deverá encaminhar a denúncia ao Ministério Público Federal em Curitiba, que poderá ratificar ou não pedido feito pelos promotores paulistas.

A Juíza decidiu também tirar o sigilo do processo contra Lula. Abre aspas:

O pretendido nestes autos [foi o que escreveu a Juíza], no que tange às acusações de prática de delitos chamados de “lavagem de dinheiro”, é trazer para o âmbito estadual algo que já é objeto de apuração e processamento pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, Paraná, e pelo Ministério Público Federal, pelo que é inegável a conexão, com interesse probatório entre ambas as demandas, havendo vínculo dos delitos por sua estreita relação.

Foi o que escreveu a Juíza na decisão divulgada nesta segunda-feira, 24 horas depois do que nós vimos ontem em todo o País, caros Colegas Senadores e Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Eu só desejo, sinceramente, que não haja mais uma formulação conspiratória de que a Juíza tomou uma decisão movida pelas ruas.

Eu tenho a convicção, Senador, de que a manifestação dessa magistrada, absolutamente adequada ao rito judicial, foi apenas pela lógica e pelo processo que já está em curso envolvendo o ex-Presidente da República.

Então, penso que essas questões devem ser vistas não como um fato para o qual, a cada hora, se inventa uma razão. Agora está se imaginando que há um conluio aqui na Casa para a direita se juntar a não sei qual grupo para que haja governabilidade, para se criar o parlamentarismo, o semiparlamentarismo. Outra versão é a de que o Juiz Sérgio Moro está por trás de um movimento e há essa ideia mirabolante de que ele será beneficiado politicamente, ele que está lá em Curitiba. Com o que aconteceu ontem, quando ele foi a figura mais citada, mais louvada, mais exaltada nas manifestações, imagino que agora seja ainda mais motivo das críticas de quem não está gostando da Lava Jato. E ainda há outra versão mais mirabolante: que há aqui um grupo querendo sepultar, acabar com a Lava Jato.

Eu penso que qualquer análise que se faça do que aconteceu ontem não será completa, porque nós não podemos entrar no coração de milhões de brasileiros, na mente de milhões de brasileiros que apenas deram um recado, eu diria, curto e grosso para esta Casa, para os governantes, para as instituições. A sociedade simplesmente foi para as ruas. E ainda recebi um telefonema de São Paulo dizendo que lá não havia metrô de graça, porque foi dito aqui que o metrô era de graça e que o governo estava apoiando aquilo. Um morador ligou para o meu gabinete para dizer que o metrô não era de graça.

Nós, aqui nesta Casa, temos que ter a responsabilidade e a serenidade que o momento e a crise exigem. Imaginar que o que aconteceu ontem era uma campanha salarial é menosprezar o que está acontecendo no País. O que está acontecendo no País, Senadores, é o desemprego, é a inflação alta – 11% a 12%! Senador Paim, V.Ex^a, que lida com os trabalhadores, sabe que talvez muitos não puderam ir às praças porque não tinham dinheiro, pois perderam o emprego.

A inflação de 10%, Senador Paim, corrói o salário do trabalhador.

O Governo devia perguntar para aquela dona de casa que ainda tem emprego e que recebe um salário mínimo quanto custa o quilo do frango, quanto custam os produtos da cesta básica que ela compra no mercado. São essas pessoas que deram apoio ao Governo que hoje se perguntam: “Por que tudo isso está acontecendo?” É o que está na mente das pessoas, que, com simplicidade, vão ao mercado todo dia e que não comprarão amanhã o que comprou hoje, e assim sucessivamente. Essas pessoas raciocinam com o seu cotidiano, com a sua realidade, com a sua moral e com a sua ética.

Quando se fala em corrupção, a ideia é verdadeira, e para isso não precisa ser nenhum analista econômico. Esse dinheiro que é tirado dos lugares e que é do povo vai embora e deixa de fazer saúde, deixa de fazer segurança pública. É esse dinheiro da corrupção que o povo vai reclamar lá, pois ele não está tendo aquilo que deveria receber, porque arrebentaram com o dinheiro da Petrobras, arrebentaram com a estatal e com os empregos todos, com tudo o que foi criado: um polo naval no Sul, um polo naval no Nordeste, um polo naval no Rio de Janeiro. Quantos empregos? Gente saía da Bahia para trabalhar no meu Estado, o Rio Grande Sul, porque não havia mão de obra, Senador Paim.

Quando esse sonho se esboroa, não é a oposição, não é a conspiração das elites brancas, é o povo que sente na sua pele e na sua carne o problema provocado pela corrupção, sim, e pela falta de opção na economia para dar rumo e credibilidade, para que haja mais investimento, mais emprego, mais investimento na infraestrutura da energia, Senador Hélio José.

E aí fazemos aquilo que o Senador José Medeiros, agora há pouco, falou, aquela coisa mostrenga que foi feita na sua Cuiabá: um estádio em que não há campeonato.

Vi também aquele trilho, Senador Medeiros. Aquilo lá é uma coisa inadmissível! É uma irresponsabilidade incrível, porque compraram, primeiro, os trens, antes de fazerem os trilhos, antes de completarem aquilo.

Vou lhe dizer, Senador, que, certa vez, singelamente, Jânio Quadros pediu a Delfim Netto, que era um estudante de Economia, para lhe explicar um pouco por que havia inflação. E aí Delfim, recém-saído da faculdade de Economia, subiu em um banquinho e disse: “A inflação é gerada pelo desequilíbrio entre a oferta e a procura.” Era um acadêmico e usava a linguagem de um acadêmico. Jânio Quadros olhou para ele e disse assim: “Você acha que aquele povo lá entendeu o que você está dizendo? Vou explicar o que é inflação.” Jânio Quadros, com seu populismo e com sua linguagem de falar para o povo, disse: “Olha, minha gente, sabe por que há essa carestia? Sabe por que todo dia aumenta o preço da carne, do feijão, do arroz? Sabe por quê? Porque há roubalheira, roubalheira do Governo, corrupção.” E aí aquele povo entendeu.

E por que, ontem, nas praças, milhares e milhares de pessoas foram às ruas? Também, quando se protesta contra a excessiva carga tributária, está se dizendo: “Eu pago demais e recebo de menos.” Ninguém...

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Permita-me um aparte, Senadora, quando puder?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com muito prazer, Senador Agripino.

Essa é a sensação.

São Paulo é o motor econômico do País. Seis mil empresas fecharam, Senador.

Eu fui a um *shopping* em Brasília, o Liberty Mall. É um *shopping* de classe média no centro da cidade. Só quero completar, para lhe dar o aparte. Seis lojas estão fechadas, há menos de um mês. Seis lojas estão fechadas, e os outros também estão vivendo a mesma crise.

Com muita alegria, concedo o aperte ao Senador Agripino.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Serei muito rápido, Senadora Ana Amélia. Sei que V. Exª esteve ontem nas manifestações de rua aqui, em Brasília. V. Exª me disse que lá iria, e acho que esteve lá, o que fez muito bem. Estive em São Paulo, passei muito tempo, duas horas, no movimento, e, nas duas horas em que lá passei, estive em contato direto com o povo. Então, o que vou dizer a V. Exª, que é um complemento ao que V. Exª está dizendo, é que senti no movimento de São Paulo que as pessoas perderam o respeito pelo Governo. Quando você perde o respeito pelo Governo... Estava lá o Pixuleco, estava lá a serpente, estavam lá os símbolos do desprezo da sociedade, do cidadão, dos grupos organizados, pela instituição de governo que não existe mais. Na cabeça das pessoas, esse Governo deixou de existir. Esse foi o sentimento de indignação das pessoas que senti na rua, em duas horas de contato direto. Passei 40 minutos na Avenida Paulista sem poder me mover, porque era uma pessoa encostada na outra. As pessoas me reconheciam, falavam, dirigiam palavras sempre simpáticas, e pude captar isso. Algumas pessoas estavam ali movidas, talvez, pela inflação, que estava corroendo um pedaço dos ganhos delas e fazendo com que não pudessem fazer a feira de hoje igual à feira de duas semanas atrás.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De ontem.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Outras ali estavam, porque ainda têm emprego, mas estão com medo da perda do emprego; outras, porque estavam desempregadas. Agora, a grande indignação se dá porque as pessoas, movidas pelo sentimento anticorrupção, debitam a um Governo que convive com a corrupção todo o estado de coisas e de desgoverno, todo o estado de coisas e de desgoverno! Daí a indignação, o protesto, a manifestação e aquela energia que transbordou na Paulista; na Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro; na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte; na Praça dos Três Poderes, em Brasília; na Praça Cívica, em Natal; no Brasil inteiro. Não foi só em São Paulo, não foi só em Porto Alegre nem só em Curitiba. De ponta a ponta, houve o maior movimento cívico já feito no Brasil. Então, deram-nos o recado, e eu o ouvi. Quantas vezes eu o ouvi das pessoas em tom impositivo ou de apelação! Alguns diziam: “Agora, é a hora de vocês.” Outros diziam: “Nós contamos com você, Senador.” Chamavam-me: “Agripino, agora é a sua vez! Fizemos nossa parte, agora é a sua parte.” E quem for surdo que não enxergue o recado que foi dado pelas ruas do Brasil na tarde de ontem! Quero cumprimentar V. Exª pela delicadeza do pronunciamento, mas também pela assertividade com que V. Exª coloca os fatos, como sempre, com muito equilíbrio e com moderação, mas com atitude.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador José Agripino.

Eu também fui lá. Na véspera da manifestação, até pedi aqui, na tribuna, que fosse pacífica, como foi. Foi muito pacífico, foi uma coisa verdadeira, foi uma festa democrática, respeitosa.

Achei muito prudente a nota que o Palácio do Planalto emitiu, adequada aos acontecimentos, porque não reconhecer o que aconteceu ontem será negar a própria história, a história política brasileira. E o que aconteceu ontem, realmente, ratificou isso.

Alguns pronunciamentos disseram que o ato foi contra os políticos. Ao contrário, fui muito bem recebida, como o Senador Medeiros e o Senador Agripino revelaram aqui. Fui muito bem recebida pelas pessoas, porque eu tinha feito um chamamento, um convite, para que a manifestação fosse pacífica, em defesa das instituições. Nem falei em outras questões, mas foi exatamente isso, Senador.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com muito prazer, Senador Cássio Cunha Lima.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Serei muito rápido. Quero fazer um comentário breve, Senadora Ana Amélia, sobre esse aspecto de um movimento uníssono de rejeição aos políticos. Num movimento que reúne seis ou sete milhões de pessoas, imaginar que alguém, quem quer que seja, encontrará unanimidade é desconhecer o princípio básico da pluralidade de uma sociedade democrática como a nossa. Agora, não é por coincidência – e aí temos de ter a coragem de politizar este assunto, inclusive deixando determinada modéstia de lado – que, quando, pela primeira vez, os partidos de oposição, ao lado dos movimentos de rua, passaram a convocar, nas semanas que antecederem as manifestações, os eleitores, os simpatizantes, os militantes, fizemos juntos a maior manifestação pública da história deste País. Então, é muita pobreza imaginar que você está despolitizando esse movimento. Vou falar pela Paraíba. Fizemos na Paraíba, em João Pessoa, em Campina Grande e em Patos, o maior movimento de todos, sob o comando e a liderança dos movimentos de rua, sim, mas com a participação muito ativa dos partidos políticos, com a minha presença e com

a de vários outros representantes do Estado, o que contribuiu para isso, sim. Aí vou falar sem falsa modéstia. Tenho a certeza de que, em João Pessoa e em Campina Grande, foi o chamamento que os partidos de oposição fizeram que fez com que as manifestações crescessem. Isso vale para o Brasil inteiro. Então, é miopia política extraordinária, é uma tentativa de fugir da realidade, o que só agrava o problema, dizer que a manifestação foi contra todos os políticos. Papo furado! Pela primeira vez, os partidos participaram de sua organização, do seu chamamento, e fizemos a maior de todas elas. Agora, é óbvio que ninguém, quem quer que seja, alcançaria a unanimidade numa multidão daquela, com tantos sentimentos de pluralidade ideológica e partidária como aos que assistimos. Então, quem quiser ter o mínimo de bom senso e interpretar de forma correta a manifestação avassaladora que aconteceu ontem nas ruas do Brasil vai conseguir fazer análise correta. Do contrário, há aqueles que vão continuar tentando encontrar desculpas, justificativas, mais, mais, para o que se constatou definitivamente, ontem, nas ruas do Brasil. O Governo Dilma acabou. Falta agora encontrarmos um caminho, dentro da Constituição, com base na lei, para abreviar o sofrimento da população brasileira, como V. Ex^a já destacou, atingida pelo desemprego, pela volta da inflação e por tantas outras mazelas que infelicitam o nosso povo, além da indignação completa com esse estado de putrefação do Estado Brasileiro, corroído pela superbactéria da corrupção. Numa democracia doente como a nossa, com infecção generalizada, como mostra o nosso quadro político, só vejo uma cura, que é o voto. Encontro na cassação da chapa, pelos crimes gravíssimos cometidos no campo eleitoral pela Presidente da República e pelo seu Vice-Presidente... Que o TSE agilize o julgamento, para que, ainda em outubro deste ano, possamos permitir que o povo brasileiro, que não vai aceitar nenhum tipo de conchavo, possa, com seu voto, eleger um novo governo, que tenha legitimidade, que tenha a capacidade de promover as mudanças no Brasil. Havendo novas eleições, se não houver espaço para uma conciliação de candidaturas, todos os espectros da política brasileira poderão se fazer representar com candidaturas que possam ir da extrema esquerda à extrema direita, fazendo com que o povo, com que aqueles que são os verdadeiros detentores do poder possam apresentar a solução para esta grave crise que o Brasil enfrenta. Muito obrigado pela oportunidade do aparte.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu lhe agradeço, Senador Cássio Cunha Lima. V. Ex^a, nos seus discursos, tem uma abordagem, eu diria, em alguns momentos, poética, quando a situação permite.

Eu ia começar o meu discurso citando um poema de Carlos Drummond de Andrade: “E agora, José? A festa acabou [...]” E também citaria a letra da música Brasil, de Cazuza, que diz: “Não me convidaram [...]. Brasil, mostra tua cara [...]” As duas servem como referência, porque o Brasil e a democracia mostraram a cara ontem na sua beleza, no seu pacifismo, no seu respeito e na sua forma cordial de se manifestar, com toda a ironia do brasileiro, que, ao invés de transformar uma tragédia em tragédia, transforma-a numa piada ou numa ironia. Há um provérbio latino que diz: “Ironizando, nós ferimos a moral.” Ironizando, ferimos a moral, sim! É exatamente isso o que faz a charge, a caricatura.

Aliás, aproveito também as manifestações dos colegas Senadores para, como comunicadora que fui, chamar a atenção para o que não foi observado até agora. Assim como aconteceu a Primavera Árabe, movida pela força das redes sociais, ontem o Brasil viu a força das redes sociais de maneira extraordinária!

Mesmo que o Senador Cássio tenha revelado que os partidos políticos colaboraram nesse processo de mobilização, o fato é que as redes sociais funcionaram. Esses movimentos, eu diria, não têm endereço, mas eles têm um endereço na rede social e têm um nome: Vem pra Rua ou Passe Livre. São vários os nomes de movimentos ligados à rede social que foram capazes de sensibilizar com uma criatividade extraordinária os convites, usando figuras como Leonardo DiCaprio, como outras figuras, outras mensagens extremamente criativas, a chamar essa massa de gente que veio pra rua.

Agora, imaginar que só a classe média, só os brancos foram para as ruas e que as pessoas pobres, desassistidas, mas assistidas pelas políticas do Governo... É subestimar a inteligência do povo brasileiro, porque estadista que se preza não governa para uma minoria; estadista governa para a sociedade inteira. É assim que eu entendo um estadista. Governar para uma minoria, estabelecendo “nós e eles”, uma situação de confrontação entre classes sociais? Eu lamento, Senador Lindbergh, mas o seu Partido está colhendo o que plantou! Não há uma ação que não corresponda a uma reação.

Eu nunca imaginei, sinceramente, ver uma hostilidade tão grande a uma agremiação. Não me agrada, Senador, sinceramente, mas tenho a clara percepção de que tipo de sentimento vai no coração e na mente do povo brasileiro.

Não me agrada, Senador, sinceramente, que o País esteja nessa situação. Não sou do “quanto pior, melhor”. Ao contrário, aqui, na semana passada, ajudei a votar a Lei da Olimpíada no seu Estado, no Rio de Janeiro. Ajudei por responsabilidade e por coerência, porque fui Relatora da Lei Geral da Copa.

Isso é para mostrar de que eu não sou do “quanto pior, melhor”, mas nós não podemos, como as avestruzes, colocar a cabeça enfiada na terra. Nós temos que ver e ouvir as vozes da rua de ontem. E não foram poucas pessoas. Milhões de brasileiros foram para as ruas, de todas as cores e de todas as classes, famílias inteiras, de todas as idades. E o bonito foi isso.

Eu queria encerrar este pronunciamento lendo as palavras da figura mais citada nas manifestações de ontem, para haver equilíbrio.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paim, estou terminando.

A palavra do juiz Sérgio Moro, encaminhada ao *blog* da jornalista Cristiana Lôbo:

Neste dia 13, o Povo brasileiro foi às ruas. Entre os diversos motivos, para protestar contra a corrupção que se entranhou em parte de nossas instituições e do mercado [faço um parêntese para dizer que as instituições são todas elas; não só as instituições políticas]. Fiquei tocado pelo apoio às investigações da assim denominada Operação Lava Jato.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Ana Amélia, só para ajudar. Está havendo um problema aqui na transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, está natural. É só o painel, mas o som e a transmissão...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Está sendo televisionado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está sendo televisionado.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu já ia dizer que não foi o PT que fez isso!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Lindbergh, pelo apoio.

Aliás, o nosso aparte, na semana passada, obteve 1,330 milhão visualizações, pessoas alcançadas. Então, eu lhe agradeço.

Vou repetir, porque houve essa interrupção.

Manifestação oficial, por escrito, do juiz Sérgio Moro:

Neste dia 13, o Povo brasileiro foi às ruas. Entre os diversos motivos, para protestar contra a corrupção que se entranhou em parte de nossas instituições e do mercado. Fiquei tocado pelo apoio às investigações da assim denominada Operação Lava Jato.

Apesar das referências ao meu nome, tributo a bondade do Povo brasileiro ao êxito até o momento de um trabalho institucional robusto que envolve a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e todas as instâncias do Poder Judiciário.

Importante que as autoridades eleitas e os partidos ouçam a voz das ruas e igualmente se comprometam com o combate à corrupção, reforçando nossas instituições e cortando, sem exceção, na própria carne, pois atualmente trata-se de iniciativa quase que exclusiva das instâncias de controle. Não há futuro com a corrupção sistêmica que destrói nossa democracia, nosso bem-estar econômico e nossa dignidade como País.

É a nota formal do juiz Sérgio Moro.

Muito obrigada, Senador Paim.

Antecipadamente, cumprimentos pelo seu aniversário amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Muito gentil, como sempre.

Eu só queria registrar a presença conosco dos participantes do estágio da Câmara dos Deputados.

Sejam bem-vindos ao plenário do Senado Federal.

Passamos a palavra agora, depois da Senadora Ana Amélia, ao Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)* Senador José Agripino.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Depois, quem será, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Depois do Senador José Agripino, volta para lista. Será o Senador Lindbergh Farias, como orador inscrito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito bem.

Obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nós estamos vivendo dias de definição. Eu agora passava ao lado do Senador Lindbergh, que é adversário político, mas é paraibano, conterrâneo de região e com quem eu tenho muito boas relações pessoais; bati no ombro dele, ele levantou a vista e me disse: “Estamos vivendo dias terríveis.” Eu disse: “É verdade!” Dias de definição.

Na verdade, na verdade, eu sou um pragmático. Senador Hélio José, eu sou um pragmático! A minha vida toda, eu, que sou engenheiro, procurei não arrodar os fatos, não tangenciar, ir direto ao ponto e procurar, se tiver solução, chegar à solução. E, dentro do pensamento que eu tenho, nós estamos chegando a um ponto de definições.

O movimento de rua de ontem, que foi o maior da história política recente do País, remete-nos a definições. O que eu mais ouvi, durante o tempo em que eu estive em contato direto com as pessoas, foi um misto de cobrança e apelo. Uns cobravam, outros apelavam, mas dizendo: “Eu confio em você. Agora, está com você”, e citavam o nome, as pessoas reconhecem. “Agora, é com você”, como que dizendo: “Nós fizemos nossa parte. Nós fizemos esse movimento gigantesco, a manifestação das ruas está posta. Agora, são vocês.”

Bom, somos nós, e, aí, você tem três alternativas. O que as pessoas estão querendo, e estavam lá os bonecos, estavam lá os cartazes, estava lá toda uma simbologia que pedia o fim do Governo – era “fora Dilma”, “fora PT”, apoio ao juiz Sérgio Moro –, e não só em São Paulo, mas no Brasil inteiro, de forma uníssona, era que essa etapa do Governo tivesse termo, fosse encerrada. Pode-se encerrar com a renúncia da Presidente, pode-se encerrar com um veredito do Tribunal Superior Eleitoral e pode-se encerrar com o *impeachment*.

Renúncia. Quanto a isso, a própria Presidente da República manifestou-se claramente. Eu não diria “nem que a vaca tussa”, porque ela já falou em vaca tossir com relação aos direitos sociais e não cumpriu aquilo que havia dito, se não eu até diria: “nem que a vaca tussa, ela renuncia depois do que falou.” Mas não é a forma de dizer, porque ela já se manifestou dessa forma e, durante a campanha, disse que “nem que a vaca tussa” modificaria ou mudaria os direitos sociais, mas tomou diretrizes diferentes. Essa hipótese, honestamente, eu afasto. Não acredito que a Presidente renuncie.

O segundo ponto é o julgamento do TSE. Eu tenho certeza absoluta de que existem, no Tribunal Superior Eleitoral, informações que são sigilosas, que são numerosas, que são letais e que subsidiariam, se fossem conhecidas, tranquilamente um segundo e um terceiro pedido de *impeachment*, sem sombra de dúvida, nem alternativa. Só que o Tribunal Superior Eleitoral vai ter que cumprir etapas. Há uma burocracia a ser seguida, e esse processo demora. E as pessoas, ontem, a sociedade verbalizou, no Brasil inteiro, o desejo de mudança; ela impõe esta mudança em nome dos interesses do Brasil: em torno da contenção da inflação, da retomada do crescimento, das mudanças que o Brasil precisa operar em todos os segmentos: no segmento político, no segmento da infraestrutura, no segmento da Previdência, no segmento das relações sindicais e trabalhistas. Ela exige que haja uma solução rápida.

A solução no TSE, muito embora eu tenha consciência de que lá já estejam depositadas razões de sobra para um veredito por parte dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que não será favorável à Presidente Dilma, demora; e o Brasil não pode esperar. Na verdade, o Brasil não pode esperar. Não pode! Não há como! A inflação está nos devorando.

Hoje, já saiu uma prévia do crescimento do PIB no primeiro mês, de janeiro. É a economia indo pelo ralo. São os *downgrades*, um atrás do outro, por uma razão só: o governo não existe! O que nós temos hoje é um vácuo de governo. O governo não existe. Não opera, assiste aos fatos acontecerem.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – V. Ex^a me concede um aparte, quando possível?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Com o maior prazer, Senador Cássio Cunha Lima.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – A propósito do comentário sobre os prazos, o rito e a celeridade da Justiça Eleitoral eu vou voltar a defender, porque venho fazendo a defesa dessa solução para essa crise, há meses. Talvez eu tenha sido, sem exagero, a primeira voz a apontar como o melhor caminho para a saída dessas dificuldades o cumprimento da lei eleitoral, e aí nós estaríamos cumprindo a lei eleitoral, estabelecendo o prazo para as novas eleições, que podem coincidir, inclusive, com as eleições municipais. Uma vez que a Justiça Eleitoral já estará toda mobilizada para as eleições de prefeitos e vereadores, não haverá nenhuma despesa extra para o País. Mas, antes, precisamos, obviamente, resolver o problema da Presidência da Câmara dos Deputados, porque, como determina a nossa Constituição, cassada a chapa, o Presidente da Câmara assume a Presidência da República por 90 dias. E é claro que o Deputado Eduardo Cunha não pode assumir a Presidência da República nem por nove segundos. E, quanto aos prazos, e é este o comentário, Senador José Agripino, que eu gostaria de fazer, própria legislação eleitoral estabelece em um dos seus dispositivos – perdoem-me, não me recordo bem exatamente qual o artigo – que o prazo razoável para o julgamento dessas ações é em até um ano após as eleições. E esse prazo já transcorreu. Nós temos decisões muito rápidas da Jus-

tiça Eleitoral, que têm rito próprio; é um rito sumário. Diferentemente da Justiça comum, a Justiça especializada eleitoral, com a legislação produzida por este Congresso, estabeleceu prazos muito curtos, e, há, sim, tempo hábil, diante das provas que já lá se encontram, para que o TSE julgue, digamos, até julho deste ano, a chapa ou o processo e viabilize a eleição em outubro deste ano, permitindo que todo e qualquer candidato que deseje disputar possa fazê-lo. Se tira uma prova dos nove, acaba com qualquer discurso de postura antidemocrática, porque eu estou defendendo essa nova eleição há muito tempo. E você entrega o poder verdadeiro do País a quem pertence, ao nosso povo, que dará a legitimidade necessária para fazer nascer um governo que tenha a credibilidade mínima para promover as mudanças de que o Brasil precisa. Qualquer tentativa que seja feita pelo Congresso Nacional de acordo político, de conchavo, de manobra, terá a repulsa não apenas deste modesto Senador, mas do Brasil inteiro. Então, fiquemos muito atentos para que não erremos nesse instante. O recado, ontem, foi mais uma vez dado de forma eloquente, de maneira avassaladora. Isso é inquestionável! O que nos compete, agora, é apontar os caminhos de saída para essa crise. Vou encerrar com um agradecimento pela tolerância do aparte.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não vejo outro caminho melhor do que o voto, a soberania do voto. Uma democracia doente como a nossa, com infecção generalizada, contaminada por essa superbactéria da corrupção, com a descrença de muitos e o desalento de tantos, só mesmo o voto poderá curar. Na democracia só o voto cura. Temos um caminho, previsto em lei e respaldado pela Constituição, para devolver aquilo que sempre pertenceu ao povo. Está lá no art. 1º da Constituição: “Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”, e por aí vai. Então, que o povo brasileiro seja chamado. Da mesma forma que se elegerão prefeitos e vereadores, que se eleja um novo Presidente da República para faça nascer, com um mínimo de credibilidade, um governo que tire o Brasil dessa situação caótica que o nosso País enfrenta. Agradeço a oportunidade do aparte concedido por V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Senador Cássio.

Deixe-me reportar-lhe uma coisa que vi muito na rua ontem. As pessoas diziam: “Depois desse movimento, a rua vai esperar que alguma coisa aconteça no Congresso”. Eles tinham consciência de que, pela primeira vez, os partidos políticos estavam lá. Eles tinham consciência. As pessoas sabiam, em São Paulo – assim como no meu Estado e no seu Estado, como V. Exª falou –, que, pela primeira vez, os partidos políticos tinham presença explícita, até porque houve uma reunião, no gabinete da liderança do PSDB, com os líderes dos movimentos de rua e os Presidentes e Líderes dos partidos de oposição, em que se fechou o entendimento da presença dos partidos políticos e da mobilização dos partidos políticos para os diversos movimentos. Então, aquilo que estava na rua era do conhecimento das pessoas. As pessoas sabiam que os partidos políticos estavam ali.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Então, essa convocação – “nós fizemos a nossa parte e esperamos, agora, que algo aconteça no Congresso” – é, agora, responsabilidade nossa.

A renúncia é ato unilateral da Presidente, e eu não acredito que ela venha a tomá-lo.

A questão do julgamento pelo TSE com as provas que estão lá ou a instalação da Comissão do *impeachment* são coisas que podem correr paralelas, e vão correr paralelas. Sobre nenhum dos dois temos o domínio, mas a nossa obrigação, como a rua espera, é que atuemos, principalmente, naquilo que nos compete, que é a atuação congressional.

O Presidente da Câmara já anunciou que, na quarta-feira, julgando o Supremo Tribunal Federal os embargos, vai instalar a Comissão, a Comissão do *impeachment*. Pouco importa o modelo, a sua constituição e seu relatório, porque aí é onde entra o que eu quero concluir. Se o relatório for pela concessão do *impeachment*, o que é preciso são 342 votos “sim”. Se o relatório for contra a abertura do processo de *impeachment*, é preciso que haja 342 votos para negar aquele relatório. Em qualquer circunstância, o número mágico de 342 votos vai se impor, seja qual for a constituição, seja qual for o relatório, se a favor ou se contra o *impeachment*. A responsabilidade partidária vai ser medida agora.

Eu vi agora à tarde uma manifestação do Senador Romero Jucá, Primeiro Vice-Presidente do Senado, recém-eleito no sábado Primeiro Vice-Presidente do PMDB, uma manifestação clara de sintonia com o sentimento das ruas. O PMDB é um Partido que tem tido, ao longo de muitos anos, uma responsabilidade muito grande com os princípios democráticos do País, haja vista a sua atuação nas Diretas Já, em todos os momentos. Está chegando a hora de o PMDB se posicionar. Está chegando a hora. A hora da verdade está chegando! Não é só do PMDB, mas o PMDB é o mais expressivo dos Partidos da Base. É quem detém o maior número de Deputados Federais e Senadores dentre os Partidos da base. Na soma de Deputados e Senadores, é quem mais

tem Parlamentar dentro da Base do Governo. Então, cabe a ele a responsabilidade de somar no rumo de uma definição, de tomar posição. Isso porque, tomada a posição do PMDB, eu não tenho dúvida de que o restante dos Partidos – não que sejam alinhados automaticamente com pensamento algum – cederão ao pensamento sintonizado com aquilo que as ruas mostraram. Então, eu entendo que a posição do PMDB, nestes próximos 30 dias, será uma posição letal para que, aquilo que as ruas verbalizaram ontem possa ter conclusão, possa ter fim.

Nós vamos ficar acompanhando com muita atenção e com muita responsabilidade os movimentos políticos, mas conscientes de que, no Tribunal Superior Eleitoral, o que existem são provas, e dizem: “mas existe Ministro A ou Ministro B, que tem compromisso com A ou com B”. Duvido, Presidente Paim. Eu duvido que, diante de evidência de provas, ministro do TSE ou de qualquer corte deste País não vote com as provas. Eu tenho absoluta certeza de que as provas, em existindo, vão conduzir o veredicto, seja no Tribunal Superior Eleitoral, seja no STJ, seja no Supremo Tribunal Federal. Prova é o que interessa e é isso que vai conduzir no Tribunal Superior Eleitoral. Em que prazo? Não sei.

O comando nós temos, sim, sobre o processo de *impeachment*. Esse, sim, vai competir à classe política. Vai caber aos partidos políticos entender o sentimento do que as ruas falaram ontem e entender claramente que as ruas disseram, sem sombra de dúvida: “nós fizemos nossa parte, e nós esperamos agora que o Congresso Nacional faça a parte dele”.

É nesse sentido que eu estou vindo: para que, em nome do interesse do Brasil, sem emoções, mas pensando no futuro das famílias e daquilo que eu vi nas ruas de ontem da Avenida Paulista, nós busquemos encontrar um caminho para que este País encontre um governo de salvação nacional, pela coalizão das forças políticas que atuam neste País capazes de salvar, não o partido A ou o partido B, mas salvar a Nação que é de todos nós, a República Federativa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Líder José Agripino. Agora, como orador inscrito, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós do PT já nos pronunciamos aqui hoje várias vezes. Nós reconhecemos que as manifestações foram grandes manifestações, e foram dirigidas principalmente contra nós do PT e a Presidenta Dilma.

Não vamos argumentar que foi passeata só de classe média, apesar de que a maioria – 77% – tinha ensino superior. A gente sabe que, da população brasileira, apenas 1,5% tem ensino superior, mas não deixam de ser legítimas.

Mas é preciso entender mais profundamente o que aconteceu. Eu tenho falado aqui várias vezes, desde o ano passado, quando saiu uma pesquisa do Ibope falando das rejeições dos candidatos a Presidente da República: do Lula, mas também do Aécio, da Marina, do Serra, do Alckmin; todos com altas taxas de rejeição.

Aqui, nesse caso, não dá para passar despercebido o fato de que as duas maiores lideranças da oposição – o Governador Geraldo Alckmin e o Senador Aécio Neves – foram duramente hostilizados na Avenida Paulista. O que está em colapso é todo o sistema político. Eu sei que foram majoritariamente dirigidos contra nós, mas o sistema político está em crise como um todo. Nós estamos indo para algo parecido à Argentina, na década de 90. Lá, o povo argentino disse: “Que se vão todos”, e aqui vale, quando eu ouvi alguns falando de festa de democracia. Que festa de democracia, quando alguns pedem intervenção militar? Se há um político que saiu fortalecido dessas manifestações de domingo, infelizmente, foi Jair Bolsonaro, porque grupos fascistas cresceram nesse período.

Mas o que eu vejo aqui, em Brasília, e no Congresso? Eu vejo setores se aproveitando de uma mobilização legítima do povo contra a corrupção, contra o sistema político, contra o Governo, para tentar construir um acordão de cúpula aqui, em Brasília, um acordão de cúpula rasgando a Constituição, porque para o *impeachment* você tem que ter fundamentos políticos, mas tem que ter fundamento jurídico.

Eu passei a tarde toda querendo entrar nesse debate, só que ninguém entra nesse debate porque é impossível querer tirar uma Presidente da República alegando pedaladas fiscais ou créditos suplementares. Não se sustenta! Não se sustenta! A Constituição não dá força para isso. E aqui eu quero dizer que esse acordão de cúpula tem uma contradição enorme com as passeatas do dia de ontem porque as passeatas diziam: “Mais investigação!”, e estamos vendo aqui que cresce, sim, o movimento pelo *impeachment* no Congresso, mas cresce principalmente porque alguns querem esse acordão de cúpula para tentar abafar, diminuir as investigações. Essa é a contradição que existe.

Eu digo mais: esse acordão de cúpula tem um programa que se chama “A Ponte para o Futuro”. Eu falo isso, Senador Paulo Paim, porque nós vamos, sim, discutir com os movimentos sindicais, com os trabalhadores porque, como fruto desse acordão de cúpula, o que eles querem é apresentar um programa de retirada de direitos de trabalhadores.

Eu vou citar só alguns que estão escritos na Ponte Para o Futuro. Primeiro, fim de todas as indexações a salários e benefícios previdenciários. Isso aqui, Senador Paulo Paim, significa o fim da política de valorização do salário mínimo.

Dois: retirar o piso do salário mínimo para os benefícios previdenciários. É isso mesmo, o programa do PMDB, que é o programa do golpe, fala claramente: eles querem pagar menos de um salário mínimo de benefício previdenciário. Está escrito lá.

Três: colocar o negociado na frente do legislado. Isso é uma batalha do Senador Paim e significa rasgar a CLT.

Orçamento base zero. Eles querem o quê? Desvincular todas as receitas na União, Estados e Municípios, porque hoje você, no Município, tem que gastar 25% do orçamento em educação, 15% em saúde, e eles querem acabar com isso, Senador Paulo Paim. Veja o tamanho do impacto que isso pode ter na vida das pessoas, na saúde pública, na educação pública.

Continua: ampliar a idade para aposentadoria; Banco Central independente, um ajuste fiscal rigorosíssimo. Eu não vi eles falarem nada sobre juros, porque a gente sabe o que está acontecendo hoje no País, e eu não ouvi uma palavra só do PMDB sobre essa questão.

É isso que está em curso, é importante que o povo brasileiro saiba que, com esse acordão de cúpula, eles estão querendo tirar a Presidenta Dilma para retirar seu direito, os direitos dos trabalhadores. E nós temos, Senador Paulo Paim, porque nós estamos em uma guerra política, que partir para um debate com a sociedade brasileira porque eles estão não estão sabendo, aqueles manifestantes não estavam ali para colocar Temer na Presidência da República com um programa como esse. Muito pelo contrário, o sentimento era outro: querem, como sempre na história do Brasil, aproveitar manifestações legítimas para fechar esse acordo de cúpula, que é um acordo contra o povo trabalhador brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Lindbergh Farias.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Lindbergh, já que V. Ex^a falou tanto em acordo de cúpula, eu não faço parte da cúpula do PMDB. Aliás, quem faz parte já falou aqui hoje à tarde, que foi o Senador Romero Jucá. Mas eu quero dizer a V. Ex^a – claro, o que eu vou dizer é óbvio – que as manifestações devem ser encaradas não apenas com serenidade, mas com humildade. Há que se ter humildade para reconhecer os erros que foram cometidos pelo Governo – e olhe que sou da base do Governo –, que levaram as multidões àqueles protestos. Não se pode fazer ouvidos de mercador àquilo tudo que ocorreu. Quanto ao programa do PMDB, “Uma Ponte para o Futuro”, como não sou da cúpula, tenho as minhas reservas quanto a alguns pontos, outros não. Já entrei aqui até num debate com o Senador Paulo Paim, porque sou favorável à Reforma Previdenciária. Fui Ministro da Previdência, por isso mesmo estou na expectativa de que alguma coisa seja feita. Alguma coisa foi feita quando eu era Ministro com relação ao estabelecimento de uma previdência complementar. Então, meu caro Senador Lindbergh, eu queria que o meu silêncio, na hora em que V. Ex^a brada tanto com relação ao PMDB, não fosse encarado como omissão. Agora, não sou realmente da cúpula do Partido, mas integro o Partido. Temos no Rio Grande do Norte o Ministro Henrique Alves. Na verdade, temos que ter muita sensibilidade, porque o momento exige mudanças. Essa é a verdade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Ministro Garibaldi. V. Ex^a que foi ministro desse Governo talvez possa falar, tanto quanto eu, que sou do PT, sobre os erros do Governo. Agora, de fato, o programa “Uma Ponte para o Futuro” nos assusta, porque é de cima a baixo... Fernando Henrique Cardoso disse sabe o que sobre esse programa? Que era muito radical. Fernando Henrique disse que era muito liberal. É um massacre nos direitos dos trabalhadores.

Veja bem, está escrito aqui: querer acabar com o benefício da Previdência ser de um salário mínimo, para mim, é um absurdo! Questionar a política de valorização do salário mínimo, que foi fundamental para que criássemos esse grande mercado de consumo de massas! Essa história de Orçamento Base Zero, acabar com todas as vinculações! Eu fui prefeito, sei o que vai acontecer na ponta, porque eu participava de reuniões com prefeitos também. Você acha que vão aplicar 15% em saúde, 25% em educação? Não. Vai ter um impacto na vida das pessoas. É um programa antipovo. Eu nunca vi uma coisa escrita dessa forma, um programa tão antipovo.

Eu até disse que isso é programa para golpe, porque alguém com esse programa nunca seria eleito Presidente da República. É um programa que estão oferecendo para acalmar o mercado e estão dizendo que vão cumprir se assumirem a Presidência da República. Volto a dizer: um golpe, porque não tem base jurídica. Para se afastar um Presidente, tem que haver base política e base jurídica. Os argumentos são muito frágeis, Senador Garibaldi. Então, é por isso que quero chamar a atenção do povo brasileiro, para que entenda a causa desse movimento, em especial dos mais pobres, dos trabalhadores. Eu não tenho dúvidas em afirmar que esse movimento tem como objetivo claro a retirada de direitos conquistados no último período.

Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José.

Teremos um orador inscrito, depois uma comunicação inadiável. Na sequência, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF. Para uma comunicação inadiável.. Sem revisão do orador.)

– Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Paulo Paim, cumprimentar os nobres Senadores e Senadoras aqui presentes.

Hoje estou bastante feliz, porque ontem o povo brasileiro pôde se manifestar aos milhares nas ruas. Graças a Deus, em lugar nenhum fiquei sabendo de cenas de violência, de cenas de pancadaria, coisas antipopulares. Então, pelo menos nós temos hoje um País democrático, que permite que as manifestações ocorram e que as pessoas possam extravasar suas preocupações de forma tranquila.

Quero parabenizar todos que foram às ruas ontem; as polícias militares do País; os vários Governos estaduais, porque, praticamente, em todos os Estados houve manifestações; os Governos municipais; e o Governo do Brasil, por terem permitido um ambiente tranquilo para a manifestação do povo.

O nosso nobre Senador Garibaldi Alves tem razão. É necessário neste momento humildade. É necessário neste momento reflexão. É necessário neste momento saber que todo mundo pode errar e pode acertar. É necessário consertar a máquina, consertar o carro. O carro está meio descarrilhado.

Eu discordo da oposição quando diz que tem que desfazer uma eleição que ocorreu. A eleição ocorreu; foi dividido o País; metade votou em um lado, metade votou em outro; um pouquinho mais da metade votou em um dos lados, e o Governo assumiu.

Eu acho que cabe a nós todos, nessa reflexão, verificarmos uma forma de permitir que essa crise política, que essa crise econômica, que essa crise de investimentos em geral e que essa crise social do País sejam superadas. “Quanto pior, melhor” não é bom para ninguém, para nenhum Estado, para nenhum político, para nenhum empresário, para nenhum povão, para nenhum pé descalço. A política do “quanto pior, melhor” arrasa todos. Então precisamos tomar esse cuidado.

Eu vim hoje aqui para falar sobre o zika e as alternativas para as mães que têm filhos com microcefalia, mas eu não posso deixar de registrar a minha satisfação de ter visto ontem essa democracia, de tudo ter ocorrido de forma tranquila. Um grupo fala que foram 6 milhões de pessoas, outro grupo fala que foram 3 milhões, mas não interessa; interessa que foram muitas pessoas, de todas as classes sociais, que mostraram uma indignação que precisa ser levada em consideração.

E levada em consideração porque o País não pode continuar com esse desemprego. Só em Brasília há 250 mil desempregados; imagina nas outras grandes cidades. Há uma crise de governança tanto federal quanto estadual. Todo mundo em Brasília anda profundamente descontente com o Governo que elegeu, porque não há mais nenhuma obra, não há mais nenhum investimento no Distrito Federal, está tudo parado, há greve em vários setores, já estamos no terceiro Secretário de Saúde de Brasília, temos um Secretário de Segurança que não conhece nada do Distrito Federal. E Brasília está parada, como deve estar parada grande parte dos Estados brasileiros, na crise de governança dos Estados, dos Municípios e do Brasil em geral.

Eu não creio, nobre Senador Cássio Cunha Lima, que a reeleição geral seja uma solução. Eu acho que é importante um entendimento, sim. Entendimento político não é um entendimento de cúpula, como o nobre Senador Lindbergh aqui colocou. Eu acho que é necessário entendimento das forças políticas para tirarmos o País da situação em que se encontra. Por isso, creio que é necessário que se decida logo essa questão do *impeachment*. Se sim ou se não, precisa haver uma decisão, isso precisa ser encaminhado. O Brasil não pode continuar parado.

Não adianta, nobre Senador Garibaldi Alves – eu e V. Ex^a fazemos parte da Comissão de Infraestrutura –, o País ter reservas e não ter investimento para infraestrutura, para gerar emprego, para gerar oportunidades e melhor condição de vida para as pessoas. Então, não adianta ter aquelas reservas enormes, ficar se vangloriando das reservas, e as obras de infraestrutura paradas e o pessoal desempregado. Ontem saiu na rua, sim, muita gente pobre, muita gente das classes D e E. São pessoas que estão desesperadas atrás de um emprego e que veem, talvez, na possibilidade de mudança, uma chance de voltar a ter emprego no País. Então, tem que haver, como V. Ex^a colocou, humildade e uma análise criteriosa. Alguma coisa precisa ser revista. A política econômica como está não está funcionando; a falta de investimento na infraestrutura não pode continuar, a falta de investimento no saneamento básico não pode continuar, o País precisa sair da situação em que se encontra.

Eu vou rapidamente aqui, nobre Senador Presidente Paulo Paim, falar sobre o assunto que eu ia falar aqui hoje, porque acho que o Brasil e a vida política continuam. Como o Brasil e a vida política continuam, indepen-

dentemente das manifestações, quero falar sobre as dimensões da epidemia da zika no Brasil e dos meios para conter a propagação do mosquito *Aedes aegypti* em território nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tudo, quero manifestar minha profunda tristeza pelas mortes já confirmadas no Brasil causadas pelo zika vírus. Deixo aqui minha solidariedade às famílias das vítimas e também às mães cujos bebês foram atingidos pela microcefalia, muito provavelmente decorrente da doença provocada pelo zika vírus.

Preocupo-me pessoalmente com a situação das mulheres de nosso País e, nesse caso, especialmente com a situação daquelas em idade reprodutiva, uma vez que estudos científicos recentes vêm fortalecendo a hipótese de que a microcefalia em bebês tem relação direta com a presença do zika vírus no organismo das mães.

Nobre Senador Garibaldi Alves, o senhor, que é do Rio Grande do Norte, um Estado do Nordeste, Região com a maior epidemia de zika, onde temos o maior número de pessoas que nasceram recentemente com microcefalia, é necessário analisar a situação com humildade, como V. Ex^a colocou, e fazer as mudanças necessárias.

A hipótese ainda não está cabalmente comprovada nem se sabe ainda qual seria a probabilidade associada, mas as autoridades já admitem as grandes chances de a hipótese estar correta, bem como acreditam que as gestantes ficam mais vulneráveis nos primeiros três meses da gravidez. Isso correlacionando o zika com a microcefalia, porque as pesquisas mais recentes indicam que há um percentual – não o percentual de 100%, mas um percentual de 10% da correlação –, e isso precisa ser devidamente comprovado também.

Há pouca informação e muita informação desencontrada. Isso é um grande problema. Assusta-nos o fato de que, até mesmo entre os especialistas, há quem diga que se trata de uma epidemia internacional de proporções alarmantes enquanto outros entendem que a questão, apesar de grave, vem sendo superestimada. Isso confunde a população, deixa todos em um ambiente de preocupação e incerteza. Sabe-se, porém, que o Brasil é o foco principal da doença e qualquer notícia sobre o assunto deve ser levada muito a sério por aqui.

Eu queria que os 3 milhões ou os 6 milhões que foram às ruas ontem estivessem nas ruas, nos seus quintais, nas periferias das suas casas, procurando tampinhas de garrafa, pneus velhos, sacos plásticos, todas as coisas, para tirar da rua e evitar a dengue e a zika. É importante que isso também ocorra. Temos que fazer a manifestação da cidadania também.

Também não sabemos qual será o impacto dessa questão da epidemia nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Espero que não estejam ameaçados. As autoridades dizem que não, mas, com toda sinceridade, diante da grave questão da saúde pública que afeta nossa população, no momento, isso me parece até uma questão menor. Então, os Jogos Olímpicos, que seriam uma grande propaganda do nosso País, estão sofrendo ameaça com relação a essa epidemia de zika.

Hoje são os vírus da zika e da febre chikungunya, mas a dengue já é um problema de saúde pública no Brasil há várias décadas, e isso é provocado, como todos sabem, pelo mosquito *Aedes aegypti*. Se conseguimos exterminar o mosquito, venceremos essa doença.

Só há possibilidade de vencer essa doença se todo mundo for para a rua limpar seus quintais, as periferias, os terrenos baldios e se livrar da água empossada, para que esse mosquito não possa se reproduzir.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Ocorre que o Brasil é um país de dimensões continentais, com clima predominante propício ao desenvolvimento do mosquito e com diversos focos potenciais para a sua reprodução.

Mas os sucessivos governos vêm tratando a questão com medidas paliativas, pouco eficazes, enxugando gelo, nobre Senador Presidente Paulo Paim. Mesmo em 2015, que foi o ano mais quente já registrado, a ameaça pública voltou mais forte do que nunca.

O Ministério da Saúde precisa parar de transformar o combate ao mosquito em espetáculo de mídia. Ora, certamente a preocupação com os focos da água parada nas residências tem a sua importância, certamente as campanhas de conscientização da população têm a sua importância! Mas não é só isso!

Conforme o médico sanitário José Gomes Temporão, ex-Ministro da Saúde do governo Lula...

(Soa a campanha.)

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Conforme o médico sanitário José Gomes Temporão, ex-Ministro da Saúde do governo Lula, em matéria publicada na revista Carta Capital no último dia 15 de fevereiro:

O Brasil precisa atacar seus problemas estruturais, universalizar o acesso à água tratada, coletar e dar destinação adequada ao lixo, expandir a oferta do saneamento básico. Sem isso, o alcance dessas campanhas de conscientização será sempre limitado.

E haverá sempre muitas pessoas doentes e desempregadas.

E, ainda segundo a matéria, os dados do Levantamento de Índice Rápido para *Aedes aegypti*, divulgados pelo Governo Federal em novembro de 2015, confirmam os argumentos do Ministro Temporão.

Eu estou caminhando para a conclusão, nobre Presidente.

Na Região Nordeste, por exemplo, 82% dos depósitos de larvas do mosquito foram encontrados em reservatórios de água, a maior parte deles improvisadas para driblar os problemas de abastecimento. Nas Regiões Sul e Norte, o lixo é o foco predominante do mosquito. E somente no Sudeste é que os domicílios correspondem a mais da metade dos focos de reprodução do vetor. Então, há pontos localizados que podem ser atacados.

Deixo esses comentários como provocação para o debate, mas não pretendo estender minha participação, até porque não sou nem autoridade nem especialista no assunto, e tenho certeza de que as senhoras e os senhores hoje aqui presentes têm grandes contribuições a nos dar, seja no esclarecimento das dimensões do problema, seja na elucidação dos meios mais eficazes para o combate à propagação dessa praga em Território nacional.

Do ponto de vista legislativo, uma providência deveria ser tomada imediatamente. Precisamos que o Poder Executivo, que detém constitucionalmente a prerrogativa da iniciativa legislativa nesse caso, envie urgentemente um projeto de lei garantindo que as famílias, nobre Senador Paulo Paim, que tenham filhos nascidos com microcefalia tenham a garantia de que seus filhos serão atendidos com prioridade pela rede de saúde, que lhes seja garantido o direito à creche e que recebam uma pensão vitalícia correspondente aos gastos que terão com as crianças que nascerem com má-formação ou sequelas. O senhor, nobre Ministro da Previdência, sabe do que eu estou falando e do alcance dessa situação. Não é fácil para uma família ter uma pessoa deficiente em casa. Então, a pessoa com microcefalia, com essa falta de investimento do Governo, precisa receber uma atenção especial. Por isso, solicito que seja encaminhado pelo Executivo um projeto que prevê esse cuidado com a mãe dos bebês que têm microcefalia.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Se não fizermos isso, o País não estará assumindo a devida responsabilidade para com suas famílias, e estaremos contribuindo para que a tragédia das mães se transforme em tortura permanente e também estaremos sendo os corresponsáveis pela destruição dessas famílias que, certamente, não conseguirão arcar com todo o peso de cuidar das crianças com as sequelas da microcefalia.

Além disso, 90% dos casos da microcefalia estão no Nordeste, nobre Senador Garibaldi Alves, e o Nordeste enfrenta falta de especialistas. Mesmo com o Programa Mais Médicos nas várias cidades, há o problema da falta de especialistas. O número de pediatras e neurologistas pediátricos na Região é muito pequeno. Levantamento feito pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, com base em dados da Demografia Médica 2015, mostra que todos os Estados nordestinos têm índice desses especialistas abaixo da média nacional, o que dificulta o acesso dessas crianças à assistência médica.

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Não podemos titubear neste momento. Peço que o Ministério da Saúde priorize o atendimento dessas famílias e crianças.

Sei que o nosso Ministro Marcelo Castro, do Estado do Piauí, é uma pessoa séria, responsável e comprometida. Ele vai pensar nessa questão. Ele está envolvido ao máximo na solução do problema – eu sei que ele está –, que é uma questão de humanidade. Não deixemos as mães e as crianças nas filas burocráticas. Temos que dar a elas prioridade.

Por isso, eu espero que essa proposta seja apresentada, nobre Senador Garibaldi Alves. Eu queria ouvir V. Ex^a sobre esse assunto.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero aplaudir o pronunciamento de V. Ex^a, que, inclusive, me homenageou chamando-me de Ministro – Ministro já era. Então, eu queria dizer a V. Ex^a que há necessidade – como V. Ex^a acentuou – de uma união de esforços cada vez maior. Não resta dúvida de que nós fomos surpreendidos por essa epidemia, não resta dúvida de que os governos não estavam preparados para enfrentá-la, mas também não resta dúvida de que a população precisa ser cada vez mais conscientizada, como falou V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Exato.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Nós sabemos que muitas vezes a colaboração da população falta. É até paradoxal eu estar falando disso, quando a população foi para as ruas e mandou um recado exuberante. Eu estou fazendo até uma colocação temerária, mas, no caso da zika, realmente, é preciso que a população colabore mais.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Exato.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – É preciso, por exemplo, que ela colabore com a limpeza pública, Senador Hélio José. Eu fui Prefeito da minha cidade, da cidade de Natal, da capital do Rio Grande do Norte.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Correto.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – E, realmente, muitas vezes, faltava essa colaboração.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Isso.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não tenha dúvida, V. Ex^a tem inteira razão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB - DF) – Muito obrigado, nobre Senador Garibaldi Alves.

Nobre Senador Paulo Paim, estou agradecido a V. Ex^a, agradecido aos ouvintes da TV e Rádio Senado.

Espero que todos contribuam para esse processo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José.

Com a palavra, como Líder, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, iniciando esta minha breve palavra, eu gostaria de encaminhar a esta Casa um voto de aplauso à TV Borborema, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), na cidade de Campina Grande, minha terra natal, que completa hoje 50 anos de existência.

Eu estendo os meus cumprimentos ao corpo de funcionários de toda a emissora, na pessoa do seu Presidente, Cândido Júnior, de Jorge Pinheiro de Lima, de Marcelo Antunes, Diretor Comercial do grupo, de Cacá Martins, a todos os repórteres, jornalistas e funcionários, do mais graduado ao mais humilde, pelo pioneirismo que a TV Borborema tem para Campina Grande e para o Nordeste. Foi através da visão visionária de Assis Chateaubriand que Campina Grande teve a alegria e o orgulho de ser a primeira cidade do Norte e Nordeste a ter uma emissora de televisão, que hoje completa 50 anos. Então, peço à Mesa que considere lido todo o meu pronunciamento em homenagem a esses 50 anos da TV Borborema.

Ao tempo em que faço uma rápida consideração sobre as manifestações avassaladoras de ontem, sendo unânime que o Brasil testemunhou as mais expressivas manifestações públicas de sua história no domingo passado, ontem.

E agora a pergunta que se apresenta: o que fazer diante dessas manifestações? É isso o que nos compete. Não podemos despolitizar o que aconteceu ontem. Eu disse, há poucos instantes, que, em manifestações daquela envergadura, onde 6 milhões, 7 milhões, 8 milhões de brasileiros se encontraram em diversas partes do Brasil – na Paraíba, eu estive em João Pessoa e, depois, fui a Campina Grande, mas a cidade de Patos, no Sertão, também realizou suas manifestações –, que foram as maiores realizadas até aqui sob a liderança, o comando dos movimentos de rua e do cidadão livre e independente deste País, que também teve o seu engajamento como decisivo, nós não podemos esquecer que foi a primeira vez que os partidos de oposição também participaram das mobilizações. E isso, não tenho dúvidas, contribuiu, e contribuiu muito, para o crescimento das manifestações ocorridas ontem. Agora, precisamos encontrar uma saída.

Geralmente, quando se fala no tema, apontam-se três alternativas: a renúncia, o *impeachment* e as novas eleições com a cassação da chapa pelo TSE. Vou deixar a renúncia de lado, porque, como todos nós sabemos – já é um lugar-comum, um bordão –, renúncia é ato unilateral de vontade e, portanto, só depende da Presidente da República. O *impeachment* será talvez o caminho mais rápido, porque, com tudo o que aconteceu ontem, com o julgamento dos embargos na próxima quarta-feira pelo Supremo Tribunal Federal, não restará à Câmara dos Deputados alternativa senão a instalação da comissão processante, para que, com rapidez e celeridade, se possa fazer o juízo de admissibilidade, enviando para o Senado o processo que terá o nosso julgamento. A segunda alternativa – e tem sido esta segunda opção a que defendo como o melhor caminho para a solução desses graves problemas, tudo, claro, com respeito à lei e observância à legislação em vigor – é a manifestação do Tribunal Superior Eleitoral. Com tudo o que já foi publicado pela imprensa através das delações premiadas, em que já se constatou, de maneira irrefutável, de forma cabal, que dinheiro de caixa dois, dinheiro da corrupção e dinheiro do petrolão financiaram a campanha da Presidente Dilma Rousseff, é claro que a eleição de 2014 está maculada pelo desequilíbrio de meios.

A Justiça Eleitoral existe exatamente para preservar a vontade do eleitor, fazer respeitar a vontade soberana do eleitor, mas também para equilibrar os meios da disputa. No momento em que há uma candidatura que abusa de poder político, que abusa de poder econômico com financiamentos ilícitos, já sobejamente comprovados, é claro que o TSE pode, perfeitamente, à luz da legislação, cassar a chapa e proporcionar aquela que é a melhor solução para o problema, que é a nova eleição, entregando o poder de escolha a quem é o verdadeiro detentor do poder, que se manifestou no ronco das ruas ontem, que é o povo brasileiro. Será o nosso povo, na sua diversidade de pensamento, na sua pluralidade política, que vai escolher e fazer nascer um governo que tenha a legitimidade e a credibilidade mínima para consertar as coisas que estão cada vez piores no nosso País.

Impeachment ou novas eleições? São esses dois únicos caminhos, sem descartar a possibilidade da renúncia. Agora, o que não será aceito – não conheço sequer tentativas neste sentido, mas as especulações crescem a cada minuto, a cada instante, e desde já manifesto a minha posição contrária – é qualquer tentativa de mudança de regra de jogo, com implantação de semipresidencialismo ou de semiparlamentarismo, para fazer, dentro do ambiente da política, um arranjo que deixa de fora a sociedade, que não vai aceitar esse tipo de manobra. Não é possível que se cometa esse erro. Eu insisto que não conheço qualquer tentativa neste sentido, porque, se conhecesse, já teria rechaçado, mas, como, de ontem para cá, cresceram muito, sobretudo nas redes sociais, na internet, esses comentários, eu quero deixar dito desde já – inclusive há uma fotografia muito simbólica do Presidente Renan Calheiros, que recebeu, na residência oficial, semana passada, o ex-Presidente Lula e entregou a Constituição Federal ao ex-Presidente Lula, num gesto obviamente simbólico – que não é possível qualquer solução que esteja fora do livrinho, como dizia Dr. Ulysses Guimarães. Então, qualquer tentativa de reformar a Constituição neste instante é um casuismo que não pode ser admitido, que não pode ser, de forma nenhuma, aceito.

Acredito que vai haver a implantação, ou a instalação, para usar uma expressão mais adequada, da comissão do *impeachment*, ainda nesta semana. E não vamos deixar de lado o acompanhamento do Tribunal Superior Eleitoral para que ocorram o julgamento e, repito e insisto, a realização de novas eleições.

A nossa democracia está doente. A democracia brasileira está doente, com infecção generalizada, com infecção da superbactéria da corrupção, que está corroendo o sistema político brasileiro. E, numa democracia doente, nada mais curativo do que o voto. Só o voto cura uma democracia doente. É por isso que tenho insistido, e não é de hoje, é de muito tempo, que a melhor saída para esse impasse grave que o Brasil vive é respeitar a própria Constituição, que, no seu art. 1º, assegura que todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido.

Quando quem governa já não exerce o governo e o poder em nome do povo, há várias saídas para essa situação. Uma delas, para repetir e encerrar esse argumento, é indiscutivelmente o caminho da Justiça Eleitoral, em cumprimento, em aplicação, em respeito à legislação em vigor, que exige, inclusive, julgamentos com rapidez, com celeridade.

Os prazos da Justiça Eleitoral são bastante diferenciados dos da Justiça comum, da Justiça Estadual ou mesmo da Federal. A Justiça Eleitoral é uma justiça especializada, que tem uma legislação própria, um rito próprio e, em alguns momentos, o rito sumário. A própria legislação exige ou, pelo menos, recomenda que esses processos estejam julgados, no máximo, até um ano após o pleito. Então, há prazo suficiente para que haja o julgamento por parte do Tribunal Superior Eleitoral, a eventual cassação da chapa, ou a necessária cassação da chapa, e eleições para Presidente da República junto com as eleições municipais. Há tempo para isso. É óbvio que antes precisamos tomar uma providência que compete à Câmara ou, quem sabe, ao próprio Supremo Tribunal Federal, que é afastar o Deputado Eduardo Cunha, que não tem condições, é claro, de assumir a Presidência na interinidade, como prevê a Constituição Federal.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a. Somo-me à Senadora Ana Amélia, que, desta tribuna, antecipou os votos de felicitações por seu natalício, por seu aniversário na data de amanhã. Receba um fraterno...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Com muito prazer, Senador Garibaldi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Cássio Cunha Lima, V. Ex^a faz referência a três hipóteses que estariam nas cogitações da oposição. E eu digo a V. Ex^a que não há por que deixar de confiar no julgamento do Tribunal Superior Eleitoral, não há por que deixar de se criar uma expectativa de que, mesmo numa turbulência como esta – e já que se falou tanto em serenidade aqui –, não venhamos a ter uma decisão serena do Tribunal Superior Eleitoral. Nessa hipótese, nós não estamos examinando aqui interesse partidário, mas essa hipótese culmina até mesmo pela cassação do Vice-Presidente da República, que é o Presidente do meu Partido, o PMDB, assim como da Presidenta. Mas, mesmo assim, eu reitero que nós devemos esperar, com toda a tranquilidade, que essa decisão venha a ocorrer dentro dos princípios da Justiça. Por outro lado, não há como deixar de encarar e não podemos subestimar o que ocorreu ontem nas ruas. O dia seguinte do que

ocorreu ontem apresenta um certo contraste do que está acontecendo hoje aqui, porque nós esperávamos que o debate pudesse acontecer hoje aqui com maior intensidade. Mas o que se verificou foi, graças a Deus, até uma certa serenidade, porque o debate não pode, de maneira nenhuma, em respeito até à população que foi às ruas ontem, descambar para um debate meramente pessoal, como já chegou a ocorrer aqui. Houve até pedidos de desculpas hoje. Então, eu quero apenas dizer que V. Exª tem razão num aspecto da questão: é que nós devemos ter cuidado com essas soluções artificiais, com essas soluções que possam representar até mesmo um desprezo por tudo o que está acontecendo, no País, em termos de que os valores da democracia possam ser preservados. Não existe, a meu ver...

(Soa a campanha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Desculpe, Sr. Presidente, só para concluir. Não existe semipresidencialismo. Existe presidencialismo. Não existe semiparlamentarismo. Existe parlamentarismo. Eu posso estar sendo pretensioso. Eu não sou nenhum professor de Direito, pelo contrário, eu sou apenas um bacharel em Direito. Mas não podem existir soluções dessa ordem, sob pena de os políticos serem ainda mais penalizados pela população. Eu queria que V. Exª realmente tivesse a paciência de sentir que o meu aparte não tem nenhuma preocupação de ordem partidária. A minha preocupação é com o que aconteceu ontem, a leitura que precisa ser feita de que não podemos abusar da paciência. Há até aquela célebre frase: *Quousque tandem abutere, Catilina, patientia nostra?*

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Garibaldi, eu agradeço o aparte de V. Exª. É óbvio que semiparlamentarismo, semipresidencialismo é algo que soa muito, muito estranho. O jornalista Josias de Souza fez, em um dos seus vários textos, sempre muito lúcidos, críticos e atuais em relação à realidade brasileira, disse: “Olha, semipresidencialismo ou semiparlamentarismo é como se fosse uma semibicicleta. Não há semibicicleta, não há semicarro.” E isso é algo que vai agravar ainda mais se insistirem em qualquer possibilidade nesse sentido.

Repito, para concluir, que, em uma democracia doente como a nossa, só o voto cura. Todos nós lutamos muito pelo direito ao voto do povo brasileiro. Não há outro caminho, até porque, no voto, você vai permitir que todos possam disputar a eleição. E aí a soberania popular vai falar mais alto.

Nós poderemos ter todas as candidaturas de todos os espectros de pensamentos políticos do País, candidaturas de partidos coligados ou não. E aí a sociedade vai exercer o seu poder, que é o poder de escolha, o poder de decisão. “Ah, mas para isso não há espaço.” Há, porque a legislação que nós produzimos, no Congresso Nacional, no campo eleitoral, é extremamente rigorosa – extremamente rigorosa.

Por muito, mas muito menos, o Tribunal Superior Eleitoral já agiu em relação a outros mandatários. Claro que, quando você está tratando de um mandato presidencial, os cuidados se redobram. É óbvio, não precisa explicar isso. Só que, com o grau de deterioração do nosso País, o esfacelamento da nossa economia, não dá mais para esperar. O País está indo para o ralo, o preço vai ficar muito caro para as futuras gerações. É preciso que nós possamos agir rapidamente, para ontem. Não há mais como esperar diante de uma economia que se esfacela a cada dia e que levará anos para se recompor.

Eu não preciso aqui lembrar os desafios do desemprego, os desafios relativos à volta da inflação, ao aumento constante dos preços que são administrados pelo Governo, enfim, o que estamos percebendo nas ruas, no dia a dia do povo brasileiro. Então, acredito que será esse o melhor caminho, Sr. Presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... para que nós possamos dar uma resposta rápida, garantindo que, em outubro, façamos eleições presidenciais junto com as eleições de vereadores e prefeitos, garantindo que a solução jamais virá de tentativas de conchavo, de acordos políticos, mas sim nascerá da soberania do voto popular. Esse é o caminho para tirar o Brasil dessa profunda crise que nós vivemos neste instante.

Agradeço a tolerância de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB. Eu agradeço pelos cumprimentos ao meu aniversário no dia de amanhã.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Paulo Paim, já que estão antecipando os cumprimentos, eu também não quero pecar pela omissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero cumprimentá-lo por um aniversário que está sendo um dos mais comemorados aqui, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é bondade de V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Ainda vai haver as comemorações de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos esperar amanhã.

Como Líder do PDT, Senador Acir Gurgacz.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, antes do Senador Acir, apenas para requerer que o discurso em homenagem aos 50 anos da TV Borborema possa ser publicado, na íntegra, como estabelece e permite o nosso Regimento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes e Telespectadores da Rádio e da TV Senado,

Encaminho a esta Casa, no dia de hoje, Voto de Aplauso à TV Borborema, afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), na minha cidade, Campina Grande, no Estado da Paraíba, pelo transcurso dos seus 50 anos.

Estendo os meus cumprimentos ao corpo de funcionários da emissora e ao corpo diretor da TV: Diretor-Presidente: Cândido Pinheiro Koren de Lima; Diretor Vice-Presidente Executivo: Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima; Diretor de Gestão: Cândido Pinheiro Koren de Lima Júnior; Marcelo Antunes, Diretor Comercial do Grupo Opinião, em Campina Grande, e Cacá Martins, Diretor Executivo do Grupo Opinião na Paraíba.

Campina Grande não foi, apenas, a primeira cidade da Paraíba a possuir emissora de televisão. Foi a primeira cidade do interior de um Estado do Nordeste a ter um canal de tevê. João Pessoa, a capital, mesmo, só viria a ter emissora local em 1986.

A TV Borborema entrou em fase experimental em 15 de setembro de 1963, quando produziu os seus primeiros programas. Mas foi oficialmente inaugurada em 14 de março de 1966. Como bom campinense, quero registrar cumprimentos pelo cinquentenário da emissora que contém e está contida, se insere e está inserida na história da cidade.

Foi inaugurada por determinação de Assis Chateaubriand, presidente dos Diários Associados, que, paraibano de Umbuzeiro, viveu a infância em Campina Grande, na casa do avô, Dr. Chateaubriand. A TV Borborema era, então, uma das emissoras da Rede Tupi.

Com o fim da Rede Tupi, a TV Borborema integrou a Rede de Emissoras Independentes, liderada pela TV Record de São Paulo e a TV-S do Rio de Janeiro.

Em seguida, afiliou-se a Rede Globo, permanecendo até 31 de dezembro de 1986, quando entrou no ar a TV Paraíba. Em 1º de janeiro de 1987, tornou-se afiliada da Rede Manchete. Em 1989 trocou a Rede Manchete pelo SBT, onde está até hoje.

Em 16 de janeiro de 2015, a emissora teve 57,5% das suas ações vendidas pelos Diários Associados para o Sistema Opinião de Comunicação, GRUPO HAPvida, de propriedade de Cândido Pinheiro, e que também já era proprietário de parte das ações da TV Ponta Negra e da TV Alagoas.

(A venda foi aprovada pelo CADE em 19 de janeiro de 2015, através de nota publicada no Diário Oficial da União.)

Ao longo de meio século, a história da emissora se confunde com a história da cidade. No telejornalismo, a TV Borborema descobriu talentos e revelou os talentosos. Geraldo Batista, Evandro Barros, Jonathas Maon são alguns dos nomes de proa naquele período. Hoje, todos, de saudosa memória.

O humorista Shaolin, cuja carreira foi abreviada devido ao trágico acidente que o deixou em coma e terminou por levá-lo recentemente, estreou na TV Borborema. Foi de lá, de Campina Grande, que Shaolin galgou espaços nas tevês do Brasil inteiro.

A emissora tem programas locais com mais de vinte anos no ar, como “A Hora do Povo” e a “Patrulha da Cidade”, apresentados ao vivo.

Nos “anos de chumbo”, na década de 70, o combativo jornalista Hélio Fernandes, da Tribuna da Imprensa, que estava proibido de falar, deu entrevista à TV Borborema. Ele era censurado pela ditadura e passou a entrevista inteira duvidando de que estivesse no ar, ao vivo e sem cortes.

A TV pioneira servia, também, para ilustrar a competição entre capital e interior. Algo assim como “A Cidade e a Serra” (para lembrar o grande romance de Eça de Queirós: “A Cidade e as Serras”).

Na defesa telúrica de suas cidades, pessoenses e campinenses se valiam da maior riqueza que julgavam ter. Assim é que se contava essa estória, que faz parte do anedotário local:

Uma campinense desceu a serra e foi comprar um biquíni em João Pessoa.

O vendedor, pessoense, perguntou à moça:

- É para tomar banho na praia de Campina?

E ela, de pronto, respondeu-lhe:

- Não! É pra desfilar na televisão de João Pessoa!

É que Campina não tem praia e João Pessoa, à época, não tinha televisão...

De Chico Maria, apresentador por mais de vinte anos do programa Confidencial, o maior sucesso da TV Borborema, que ia ao ar ao vivo e diariamente, há histórias deliciosas e inesquecíveis.

Certa feita, Chico Maria entrevistava Frei Damião de Bozzano, da Ordem dos Frades Menores de São Francisco, que chegou ao Brasil em 1931 e iniciou o seu longo apostolado pelos sertões nordestinos, uma espécie de “novo messias” para o povo, considerado “a trombeta dos aflitos” e “o martelo dos hereges”.

Em plena entrevista, ao ser indagado com astúcia pelo apresentador, o frade se levanta e abandona o estúdio.

Chico Maria, então, ao vivo, com a habilidade que lhe é peculiar, porque graças ao bom Deus ainda está vivo para confirmar a história, chamou Frei Damião de volta com uma frase emblemática:

- Volta, Frei! Tem fé, homem de Deus!

E foi assim, Sr. Presidente, com fé, trabalho e talento que se fez a história da cinquentona TV Borborema. E que se mostra e que se conta a História que a gente vê na tevê!

Muito obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Será atendido o Senador Cássio, na forma do Regimento.

Como Líder do PDT, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado, hoje é um dia importante na história do nosso País, Senador Garibaldi, depois de ontem, não é? Ontem, de fato, foi um dia importante, quando nós vimos a maior das manifestações que ocorreram no nosso País, com mais de 3,6 milhões de pessoas. Há uma discussão se é mais ou se é menos, mas é em torno disso.

O que é importante é que foram manifestações legítimas que ocorreram da forma pacífica, sem nenhuma confusão, sem nenhuma briga ou agressões. Eram mais de 3,6 milhões de pessoas, quase 4 milhões de pessoas, e não houve nenhum incidente, pelo menos, conhecido, até o momento. Ninguém nos disse, nós vimos, acompanhamos pela televisão. Várias emissoras transmitiram ao vivo, e nós não vimos nenhum problema.

Esse é o povo brasileiro, Senador Paim. É a população brasileira que quer fazer as suas manifestações, quer exigir dos seus políticos mudanças, e que o faz de uma maneira pacífica, mostrando para o mundo inteiro como é que se fazem as manifestações. E foram às ruas para mostrar a sua insatisfação com o Governo, principalmente contra a corrupção, que está entranhada no sistema político brasileiro e se perpetua por conta do oportunismo de pessoas que querem enriquecer ilicitamente, manter-se no poder ou tomar o poder a qualquer custo.

O mais importante, no entanto, é compreender o recado que elas nos dão, os recados ao Congresso Nacional, ao Governo, ao Judiciário, aos políticos e às instituições democráticas. Destaco três mensagens que considero que sejam as mais importantes.

A primeira é que ninguém mais aguenta a corrupção no sistema político brasileiro, na relação da política e da gestão pública com as instituições públicas e privadas, principalmente com as empresas que prestam serviços e que realizam obras para o Governo. É evidente que os alvos preferidos, durante as manifestações, foram contra o Governo, contra a Presidenta Dilma, contra o ex-Presidente Lula, contra o PT e, eu diria, contra praticamente toda a classe política.

O povo demonstrou sabedoria: não caiu no discurso da oposição, não serviu de massa de manobra para nenhum dos lados, deixando claro que estava se manifestando contra a corrupção no sistema político, no Governo e nas empresas. Tanto é que a população, nas ruas, hostilizou políticos da oposição também, políticos que participaram do chamamento das pessoas às ruas e foram aos atos querendo tirar proveito político das manifestações.

O povo nas ruas deixou bem claro que a insatisfação é contra a corrupção, é contra corruptos e corruptores.

Tenho colocado sempre, há muito tempo, que o combate à corrupção tem que ser feito pela sociedade em todas as instâncias da vida pública e também da privada. E em todos os níveis de poder, pois a corrupção na gestão pública começa exatamente na eleição.

Então, o melhor remédio contra a corrupção no regime democrático, o mais correto, Senador Garibaldi, o remédio que dá o efeito é exatamente o voto direto. Esta é a receita que eu entendo que é a mais importante para que a gente possa avançar no nosso País.

Com prazer ouço V. Ex^a, professor Garibaldi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero apenas, Senador Acir Gurgacz, prestar aqui uma homenagem ao ex-Senador Pedro Simon, porque ele, durante a sua pregação da tribuna desta Casa, durante os seus discursos, dizia que era preciso chegar não apenas aos corruptos, mas àqueles que realmente, do outro lado do balcão, não eram atingidos, aquelas grandes corporações que agora estão sendo penalizadas. O Senador Pedro Simon insistia muito nisso: o corrupto e o corruptor, os dois lados da moeda. Ele era absolutamente implacável nisso, o Senador Pedro Simon. É tanto que isso foi ressaltado, se eu não me engano, no domingo, por um artigo do conhecido jornalista Janio de Freitas, que fez ver que o Senador Pedro Simon tinha razão. Eu me congratulo com o pronunciamento de V. Ex^a. A respeito das manifestações de ontem, V. Ex^a está sendo dos mais felizes. Não é preciso aprofundar muito a interpretação, porque o recado foi muito claro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Garibaldi, pelo seu aparte.

Infelizmente, a compra de votos com dinheiro de propina, com doação de empresas que participam de licitações direcionadas é o que resulta na corrupção que está entranhada no sistema político brasileiro.

É impossível que tudo continue como está. O País está, literalmente, de ponta-cabeça. Todo esse estrago que presenciamos começa, justamente, com o desvio de recursos públicos para a compra de votos durante a campanha eleitoral. É justamente nesse momento que nasce a corrupção.

É muito importante que isso esteja sendo atacado nesse momento. Hoje o foco são os grandes escândalos de desvios de recursos da Petrobras usados para custear as eleições ou campanhas eleitorais. Só que, em nome das campanhas eleitorais, os números desviados são astronômicos, como nós ouvimos. Ficamos impressionados com o que nós ouvimos. Tudo em nome das campanhas eleitorais.

Infelizmente, isso ocorre em todos os níveis de poder, desde os Municípios, passando pelos Estados, empresas e órgãos públicos federais, atingindo a mais alta cúpula dos governos. A corrupção está na merenda, na construção de escolas, de postos de saúde, na construção de rodovias, de obras públicas de todo o tipo, inclusive em liberação de emendas. Algumas pessoas fazem disso uma maneira de produzir uma renda que não está na sua capacidade.

Claramente, a população demonstrou nas ruas que não suporta mais essa sangria de dinheiro público. As pessoas que foram às ruas também manifestaram o seu apoio às instituições democráticas que estão empreendendo um esforço conjunto para combater a corrupção, como o Ministério Público, a Polícia Federal e a Justiça brasileira. O povo está legitimando as ações e investigações dessas instituições que estão atuando com ampla liberdade e também com autonomia.

Nesse sentido, o Congresso Nacional também precisa ouvir as vozes das ruas. Temos de buscar um ponto de equilíbrio para sairmos desse cabo de guerra entre oposição e situação e exercermos, particularmente aqui no Senado, o papel do poder moderador da crise, dentro dos princípios do regime democrático de direito.

Outro recado das ruas é a preocupação com a economia, com o emprego e com os trabalhadores. Há muito tempo venho dizendo que essa disputa política é ruim para a nossa economia. Essa disputa entre oposição e situação, que começou nas eleições de 2014 - que ainda não acabaram -, resultou em uma crise econômica perigosa. E precisamos agir rápido para estancá-la.

Acima de tudo, precisamos pensar no Brasil. Precisamos colocar o Brasil acima de tudo para salvar a nossa democracia, para salvar a economia, os empregos, as empresas e principalmente os trabalhadores, para voltarmos a crescer e promover o desenvolvimento social em nosso País.

Já estamos pagando um preço muito caro por essa crise política. O País está em recessão. Vemos os fantasmas da inflação e do desemprego retornando novamente.

Vimos ontem nas ruas que todos querem o bem do Brasil. Para isso, precisamos superar essa crise política. Precisamos encontrar o caminho do equilíbrio e da serenidade, para que a crise econômica seja superada o mais rápido possível.

Precisamos de um ajuste certo na economia, com base na redução dos juros, com a ampliação do crédito, com o fortalecimento do mercado interno e do setor produtivo, fazendo voltarem os investimentos na infraestrutura brasileira. Só assim veremos o Brasil crescer com solidez, e não um crescimento eventual. Se conseguirmos continuar investindo na infraestrutura nós vamos ter o que queremos.

Entendo que, independentemente de posição ideológica ou política, o desafio que temos pela frente é colocar o Brasil de volta nos trilhos do desenvolvimento, gerando emprego e renda e aumentando a produção cada vez mais, assim como as exportações.

Já estamos vendo a economia reagir, pelo menos os primeiros sinais. O Brasil está mal, mas não está à beira do abismo. Não atravessamos a maior crise econômica da nossa história, como alguns já colocaram por esses dias. Ora, já tivemos inflação de 80% ao mês e desemprego de 25% na década de 80 e início da década de 90.

Na crise atual, chegamos aos dois dígitos, 10,36% de inflação no acumulado dos últimos 12 meses, segundo o IBGE. Mas a escalada inflacionária já demonstra uma perda de força nos dois primeiros meses deste ano.

A agricultura vem resistindo à crise, com previsão de crescimento na safra de 2015/2016, safra recorde, acima de 210 milhões de toneladas de grãos.

A exportação de manufaturados cresceu 15,6% na primeira semana de março, e a indústria, que recuou 6,5% no ano passado, já dá sinais de que pode reagir positivamente.

O momento é de apreensão, de instabilidade política e econômica, mas precisamos pensar no futuro e construir juntos o caminho da retomada do crescimento, pois, se o Brasil vai mal, todos os brasileiros serão prejudicados. Vamos trabalhar juntos pelo nosso País. O Brasil é muito maior do que essa crise, que, certamente, vamos superar.

Nós estamos cobrando muito do Governo a questão da baixa dos juros, e hoje nós tivemos uma notícia importante, de que os Fundos Constitucionais FNO, FNE e FSO tiveram uma primeira baixa dos juros. Para empreendedores com receita bruta anual de até R\$90 milhões, que hoje estão em 14,12% ao ano, passam para 11,18% ao ano, podendo chegar, com o bônus, a 9,5% ao ano. Portanto, de 14% baixando para 11%. São três pontos percentuais importantes para a indústria brasileira. E, para empreendedores com receita bruta anual acima de R\$90 milhões, ela sai de 15,29% para 12,95% ao ano. E, com o bônus, para 11% ao ano. É um sinal de que nós vamos ter a diminuição da taxa Selic também. Essa é a grande expectativa que todos nós temos, para vermos as empresas de novo investindo nos seus parques de máquinas e no seu empreendimento, gerando emprego, aumentando a produção interna e gerando a exportação também.

São essas as minhas colocações.

Muito obrigado pelo tempo a mim dispensado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Acir Gurgacz, gostaria de abordar um assunto com V. Ex^a, baseado no aparte do nobre Senador Garibaldi Alves, com relação à punição da pessoa ou da empresa que nós chamamos de corruptor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – No dia 15/09 de 2015, eu apresentei o PLS nº 614/2015, que hoje está na Comissão de Constituição e Justiça, tendo como Relatora a Senadora Simone Tebet, que deu parecer positivo. Vai ser aprovado em caráter terminativo.

Já nesse projeto que eu apresentei cria-se de forma muito clara a punição para o corruptor. Na tradição do Brasil dos últimos anos, desde a redemocratização, e antes, nós verificamos que o corruptor normalmente ficava isento em relação a esse processo. E a corrupção começa com o corruptor. É ele o gerador, é ele que paga a conta. Portanto, ele tem que ser punido com leis rigorosas para que se desestimule esse procedimento no País.

Se ninguém quer corromper, ninguém vai ser corrompido. Se, eventualmente, o corruptor for provocado para corromper, ele também não vai aceitar, porque as leis mais rigorosas, mais punitivas funcionam sempre como leis preventivas. Não vamos dizer que o conjunto de leis que o Congresso Nacional está estudando, e com certeza vai aprovar muitas delas e criar essa segurança jurídica para o País, irá resolver o problema. Agora, que vai diminuir de forma extraordinária e fantástica a corrupção no País, vai, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Sem revisão do orador.) – Meus cumprimentos pela iniciativa. Conte com o nosso apoio não só na CCJ, mas também aqui no plenário, se ele vier, para que nós possamos aprová-lo e dar essa contribuição para acabarmos com a corrupção. Acabar, eu acredito que seja impossível, porque no mundo inteiro não se acaba, mas diminuir ao máximo possível. Isso é importante para o nosso País.

O dinheiro da corrupção é o dinheiro que falta para a escola, é o dinheiro que falta para a saúde, é o dinheiro que falta para a infraestrutura. Esse estancamento - eu não sei se a palavra está correta - é o que nós precisamos fazer com que aconteça em todos os níveis, federal, estadual e municipal também. E o seu projeto vem contribuir muito para isso.

Muito obrigado e meus cumprimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito obrigado.

Parabéns, Senador.

Passo a palavra ao nobre Senador e meu amigo, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, ontem, mais de seis milhões de brasileiros saíram do conforto de suas casas, num domingo, para lutar por um País melhor.

As pessoas poderiam ter ficado no conforto de suas casas. Quem mora numa cidade litorânea poderia ir à praia, quem não mora poderia curtir o domingo ali com a família. Porém, seis milhões de pessoas decidiram ir às ruas protestar contra um governo, contra a corrupção, contra a impunidade.

Eu estive na manifestação de ontem, assim como estive nas do ano passado, e acredito que a população nas ruas é o grande caminho para que consigamos transformar este País.

As pessoas foram não só pela indignação, justa, diante de tantos casos de corrupção. Mas a população foi também pelos seus sonhos, por sonhar com um País diferente, País este que, governo atrás de governo, vê escândalos de corrupção e vê a política sendo cada vez mais degradada.

Vi também ontem o crescente processo de criminalização da atividade política; as pessoas muito revoltadas com os políticos, não comigo, eu fui muito bem tratado durante toda a manifestação, mas com a classe política em si. Isso é muito ruim.

Os exemplos que estão aí justificam essa crítica aos políticos e à política, mas nós precisamos recuperar o valor da política, até porque não existe jeito de a política não existir. Então, não podemos negar a política, mas temos que afirmá-la nas boas práticas políticas, protestar contra o que está errado, punir quem agir errado, seja quem for e que cargo ocupe.

E eu quero falar aqui do País que eu sonho. O País que eu sonho é um País que faça uma reforma do Estado, que institua a meritocracia no serviço público, que institua um sistema de metas e resultados, que crie bonificação por desempenho, em que o Estado sirva ao contribuinte, porque hoje o Estado serve aos agentes políticos e à construção e perpetuação de máquinas políticas.

Serve às máquinas dos partidos políticos; serve a interesses; e serve às corporações; mas não serve ao cidadão, ao contribuinte na devolução de serviços públicos de qualidade. Nós precisamos recuperar o Estado para o cidadão, para o contribuinte, porque é esse que, com seus impostos, paga a existência do Estado; é esse que sustenta o Estado.

Penso também, Sr. Presidente, que nós temos um Estado que tem que concentrar os seus recursos no que a população mais precisa: educação, saúde e segurança. É nisto que o Governo tem que concentrar seus recursos: na educação, na saúde e na segurança.

Sonho com um País que faça uma reforma política para que o poder econômico não cumpra o papel que cumpre hoje nas campanhas. Nós estamos em um Congresso que está completamente divorciado da opinião pública nacional, que não discute as reformas que a população gostaria de ver sendo discutidas: a reforma política, a reforma tributária.

Eu apresentei nesta Casa, na minha primeira semana como Senador, sete PECs sobre a reforma política: que proíbe a reeleição para cargos executivos; que limita a uma reeleição, no máximo, para cargos legislativos; que institui um sistema de revogabilidade de mandatos, em que, se a pessoa for candidata a um cargo e não cumprir determinado compromisso, perde o mandato; a instituição do voto facultativo, do voto distrital; a possibilidade de candidaturas avulsas, sem filiação partidária; a proibição de que alguém se eleja para um cargo no Legislativo e depois, sem consultar o eleitor, vá ocupar um cargo no Executivo: vá ser ministro, vá ser Secretário de Estado.

Dentre outras propostas, apresentei aqui o PLS nº 38, de 2015, que cria a disciplina Cidadania nas Escolas, para que as escolas ensinem, além de matemática, português – que é importante –, a criança a ser cidadã, ensinem noções de Direito Constitucional, de Direito do Consumidor, de educação fiscal e financeira.

Apresentei aqui também o PLS nº 247, de 2015, que obriga os governos a publicarem na internet seus gastos pormenorizados e por valor unitário, para que a população possa acompanhar como o Governo está gastando seu dinheiro. “Ah, o Governo está comprando isso, ainda está comprando em quantidade e por um valor maior do que eu compro na esquina!”

Este ano apresentei a PEC nº 8, de 2016 que dá rito de medida provisória aos projetos de iniciativa popular. Está aí o projeto de iniciativa popular do Ministério Público com dez medidas contra a corrupção. Vai chegar ao Congresso e pode ficar dormitando em gavetas. Apresentei para que, se não for votado em 45 dias, tranque a pauta. Não pode um projeto oriundo da Presidência da República ter mais importância no processo legislativo do que um projeto que tem assinatura de um milhão e meio de brasileiros. Apresentei também o PLS nº 74, de 2016 que torna a lavagem de dinheiro crime inafiançável.

Eu sonho com uma reforma política, eu sonho também com a redução da carga tributária neste País. O conceito de que é preciso aumentar impostos para pagar os gastos públicos? Não é por aí. O Governo tem que ter mais critério na hora de gastar cada centavo do dinheiro do contribuinte, tem que reduzir os seus gastos, tem que reduzir o tamanho da sua máquina. Não pode a França ter 4.800 cargos comissionados, os Estados Unidos inteiro 8 mil cargos comissionados e o Brasil ter 23.941 cargos comissionados, fora os terceirizados. Não dá!

O Governo deveria era fazer o oposto, era reduzir a carga tributária para incentivar o desenvolvimento econômico do País, incentivar a geração de emprego, incentivar a geração de renda. Nós temos uma carga tributária no Brasil de 36% do PIB, a maior dentre os países do mundo emergente, a maior dos BRICS, maior que a da Rússia, da Índia, da China, da África do Sul.

Não é possível que esses países todos consigam dar conta das suas responsabilidades com uma carga tributária inferior à do Brasil. O Brasil já tem uma carga tributária de 36% do PIB e ainda querem aumentar! Por isso é que sou contra a recriação da CPMF, o meu voto aqui será contrário, assim como votei, como Deputado Federal, contra a recriação da CPMF na época com o nome de CSS.

Eu sonho também com um País onde as instituições funcionem, o Ministério Público, a Polícia Federal e tenham o seu papel defendido pelo Congresso Nacional, assim como defendi aqui desta tribuna, porque se tem

Se há algumas instituições funcionando neste País nos últimos tempos, com tantas notícias desalentadoras, é o Ministério Público e a Polícia Federal.

Então, eu sonho com uma reforma política, sonho com a redução da carga tributária, sonho com uma reforma do Estado e sonho com instituições que funcionem – e, aí, tenho que falar do Congresso Nacional, que hoje não está com ouvidos atentos ao que a opinião pública está dizendo nas ruas.

A discussão aqui parece que é em outro mundo, que não é o mundo real das pessoas. Até na hora de fazer as emendas ao Orçamento, que, às vezes, muitos colocam – democraticamente, porque é democrático – em coisas não tão importantes para população.

As minhas estão lá para a compra de remédios para os hospitais públicos, compra de equipamentos para os hospitais públicos do Distrito Federal, construção de escolas de tempo integral, aquisição de viaturas para polícia do Distrito Federal e aquisição de viaturas de resgate e salvamento para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, onde a população precisa.

Hoje as emendas têm caráter impositivo. Portanto, o governo é obrigado a executar. Isto é uma coisa que um Parlamentar pode e deve fazer: alocar recursos para o que é mais prioritário para a população.

Espero que o Brasil de daqui a dez anos seja um Brasil muito melhor do que este em que vivemos hoje. Mas isso passa também pelos agentes públicos terem mais responsabilidade nos seus atos. Corrupção existe em todos os países do mundo, o que não pode haver é impunidade: uma pessoa cometer um ato ilícito e não haver uma punibilidade sobre ela no ponto futuro.

Todos têm que ter direito de defesa. Mas, no final, que os inocentes sejam realmente inocentados e que aqueles que tiverem responsabilidade sejam efetivamente punidos. Este País é um país onde se fazem recursos o tempo todo, e demora muito para que as pessoas paguem pelos seus atos – e a Justiça que tarda não é justiça.

Não quero ver nenhum inocente na cadeia, porque não há nada pior do que uma injustiça. E quero que o processo legal de defesa seja respeitado. Mas todos aqueles que tiverem responsabilidade em desvio de dinheiro público têm que ser punidos, sim. Esse escândalo que o País está vendo é um escândalo em que um único e simples gerente da Petrobras devolveu aos cofres públicos R\$182 milhões.

Isso não é brincadeira. Isso é o dinheiro do contribuinte.

Quero parabenizar a população por ter ido às ruas ontem, por lutar e se levantar contra atos de corrupção. Mas dizer que nós temos que construir também o futuro, discutir ideias para o futuro e não sair às ruas apenas contra algo mas também a favor de algo; a favor do País; a favor de uma reforma tributária que simplifique o nosso modelo, que reduza a carga tributária; a favor de uma reforma política que torne o sistema político menos injusto; a favor de uma reforma do Estado, que devolva o Estado para o contribuinte, para que possa prestar serviços públicos a este, porque essa é a razão de o Estado existir. Nós não podemos apenas protestar contra. Nós temos que protestar também a favor: a favor de reformas, a favor de mudanças e a favor de um País mais justo.

Mas, ontem, tivemos seis milhões de pessoas nas ruas, num domingo, para lutar por um País melhor, e isso, sem dúvida nenhuma, é algo positivo e deveria servir de alerta para o Governo e também para o próprio Congresso Nacional, que precisa se olhar no espelho, ver as suas responsabilidades e cumpri-las.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Convido para ocupar a tribuna o Senador Paulo Paim e aproveito este momento para homenagear esse grande Senador do Rio Grande do Sul, cujo aniversário será amanhã, dia 15 de março. Trata-se de um Senador que tem dedicado seu trabalho em benefício dos trabalhadores brasileiros. É um homem estudioso e conhecedor profundo de todas as questões relacionadas ao trabalho e às condições sociais do povo brasileiro.

Portanto, esta Presidência tem a satisfação e o prazer de dar os parabéns, em nome do Senado Federal, a este grande brasileiro, a este grande Senador do Rio Grande do Sul: Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, muito obrigado pelas suas considerações em relação ao dia de amanhã, 15 de março, dia em que faço aniversário, somando mais um ano a esta nossa vida.

Eu lhe digo, Sr. Presidente, que é com alegria que, no dia de amanhã, poderei relatar que, neste ano, de 15 de março do ano passado até o dia de hoje – hoje, falo sobre isso, e amanhã será o dia 15 –, tive a satisfação de visitar os 27 Estados brasileiros. Comecei a fazê-lo praticamente à véspera do meu aniversário no ano passado e terminei as visitas nessa quinta-feira e sexta-feira, em Palmas, Tocantins, e em Goiânia, Goiás. Foram 27 encontros, sempre na Assembleia Legislativa, sempre com a casa lotada, para discutir o direito dos trabalhadores, a previdência, a terceirização, a questão do negociado sobre o legislado, o trabalho escravo, a democracia e a dita reforma trabalhista.

Agradeço muito, inclusive, à TV Senado, que, de uma forma ou de outra, procurou me acompanhar em cada evento.

Agradeço aos Presidentes de todas as Assembleias Legislativas do País, que me receberam com muito carinho. Botaram o plenário à disposição, deslocaram viaturas da Assembleia ou do próprio Governador, como foi o caso do Acre e de outros, para me recepcionar no aeroporto e me levar, com muita diplomacia, para fazer o debate sobre os temas a que me propus.

Eu me lembro de que, no dia em que aprovamos essa intenção – isso se deu mais ou menos nesta data, no ano passado –, eu disse que iria aos 27 Estados, a não ser que o velhinho lá de cima me levasse antes. Mas eu iria de cadeira de rodas ou de maca. E, casualmente, fiquei na maca mesmo, porque tive de operar a vesícula, depois de uma visita que fiz ao Maranhão. Do Maranhão, voltei para cá e, em seguida, fui para o hospital, mas voltei a fazer a jornada.

Encerramos o ciclo de visitas a todos os Estados. Ouvimos mais de 500 pessoas. Participaram mais de 20 mil pessoas desses debates sobre os temas que aqui listei.

Quero agradecer também aos Deputados Estaduais, aos Deputados Federais, aos Senadores, aos três Senadores de todos os Estados, porque, mesmo nos Estados onde os Senadores não puderam estar presentes, eles fizeram questão de justificar e de dizer que estavam acompanhando o debate dos temas e que torciam para que meu relatório seguisse a linha da construção de um grande entendimento.

Sr. Presidente, com este pequeno registro, quero agradecer à caravana que me acompanhou: todas as centrais, as confederações, as entidades da Magistratura, enfim, todas as entidades do Judiciário, representantes do Executivo e, naturalmente, meus companheiros da Comissão de Direitos Humanos, inclusive a assessoria.

Agradeço à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, que filmou toda essa caravana pelos 27 Estados e que a está transformando em um filme e em um livro.

Agradeço a todas as centrais e a todas as entidades.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que é claro que, em outra oportunidade, quando apresentar o relatório de cada um dos temas – sou Relator do projeto de combate ao trabalho escravo e também do projeto da terceirização –, vou detalhar o que ouvi em cada Estado, pois acredito na possibilidade de construirmos um grande entendimento.

Quero ainda, Sr. Presidente, aproveitar para registrar, neste momento, um documento que lembra os 120 anos da presença dos padres Capuchinhos no Rio Grande do Sul. O dia 17 de janeiro de 2016 marcou a abertura dos festejos dos 120 anos da presença ali desses homens que dedicaram sua vida a fazer o bem sem olhar a quem. Ao longo do ano, todas as paróquias que possuem Capuchinhos realizarão celebrações que retomam a história e a importância dessa presença tão marcante para o desenvolvimento do bem comum no nosso Estado.

O lema “120 anos: gratidão, paixão e esperança!” convida todos a olhar o passado da província com gratidão, convida os freis a viver o presente da província com paixão e a abraçar o futuro da província com esperança.

A divulgação deste fato histórico será levada ao ar através de programas de rádio transmitidos na Rede Sul de Rádio – são 12 emissoras comandadas pelos capuchinhos – e no centenário do jornal *Correio Riograndense*, que prepara uma série de reportagens especiais sobre o tema. O objetivo é resgatar a história da presença dos freis em várias regiões; celebrar os 120 anos nas festas das paróquias e em eventos próprios dos freis; promover a animação vocacional; incentivar a criatividade e partilhar com as demais fraternidades.

Passados 120 anos da presença desses lutadores sociais no Rio Grande do Sul, a ação dos padres Capuchinhos, hoje, abrange missões populares; ações sociais, com dezenas de projetos; pastoral paroquial e hospitalar; animação vocacional; escolas de formação; escola superior de teologia; museu; meios de comunicação, como jornais, rádios em rede, *sites* e plataformas mobile; gráficas; centros de eventos e pousadas voltadas ao turismo e à saúde, sempre com a marca da alegria franciscana, com a responsabilidade do social, da simplicidade, da disponibilidade para atender as carências da sociedade, testemunhando, assim, o carisma do fundador Francisco de Assis. Vi lá o tratamento também que dão para os idosos.

O entusiasmo missionário já levou os Capuchinhos gaúchos a atuarem em Portugal, em vários países da África, na Nicarágua, na República Dominicana, na França, no Haiti, no Brasil Central (Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Goiás), no interior de São Paulo, em Mato Grosso e em Rondônia.

Fundada em 1942, a Província Sagrado Coração de Jesus - Capuchinhos do Rio Grande do Sul é considerada a primeira província do Hemisfério Sul e da América Latina e, hoje, está entre as cinco maiores do mundo. Atualmente, tem 251 membros, sendo 181 freis no Rio Grande e em Santa Catarina; 49, na Custódia Provincial Brasil Oeste – Mato Grosso e Rondônia; e 21, na Delegação Provincial do Haiti.

A Ordem dos Capuchinhos nasceu na Itália e está presente em 108 países. No Brasil, estão organizados em dez províncias e em duas custódias, totalizando 1,1 mil frades. Na América Latina e no Caribe, contam com 30 províncias, com cinco custódias e com duas delegações.

No dia 4 de março, Sr. Presidente, fui convidado para almoçar com os Capuchinhos, em Caxias do Sul, minha cidade natal. Foi um encontro em homenagem aos 120 anos dessa congregação. Foi um momento especial. Ali alimentamos a alma e o coração. Foi muito bom estar com eles justamente num período de tanto conflito e de tanta discordância, numa conjuntura tão difícil no nosso País, atravessando situação de desemprego nunca vista, taxa de juros, recessão, PIB negativo. Enfim, foi um momento para mim de muita, muita satisfação. Naquele lugar sagrado, tive a alegria de, junto com eles, em oração, elevar o espírito mais próximo de Deus.

Que esta data se repita por toda a eternidade! Os Capuchinhos são homens e mulheres, repito, que fazem o bem sem olhar a quem.

Sr. Presidente, quero fazer mais um registro. Eu gostaria de cumprimentar a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira, de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, pelo excelente trabalho desenvolvido, em especial o projeto do Centro de Referência em Tecnologia Assistiva para Educação Profissional, que atende, principalmente, pessoas com deficiência, para as quais damos todo o nosso apoio. O projeto contempla o objetivo geral de implantar cursos inclusivos e mistos de educação profissional e tecnológica, com vistas à inserção qualificada dos egressos do mundo do trabalho, bem como o de promover o desenvolvimento de pesquisas na área da tecnologia assistiva. Dessa forma, irá oferecer acessibilidade universal aos alunos com deficiência, já estando, portanto, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei federal de nossa autoria, de 6 de julho de 2015.

Parabéns a todos que participam desse projeto!

Minha saudação especial ao Diretor Executivo da Fundação Liberato, Leo Weber, e ao Coordenador de Planejamento e Avaliação, André Viegas. É belíssimo o trabalho de vocês.

Muitos e muitos empresários dizem: “Tudo bem, Paim! Essa é a política de quotas no emprego para pessoas com deficiência, que são 45 milhões no nosso País.” Mas eles dizem que as pessoas com deficiência não estão preparadas. Pois bem, aceitando esse desafio, a Fundação Liberato resolveu dar cursos para as pessoas com deficiência se prepararem para o mercado de trabalho.

Parabéns, parabéns mesmo à Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul!

Sr. Presidente, quero ainda fazer um rápido registro sobre a minha estada na Festa da Uva de Caxias do Sul. Tive a alegria de ser jurado. Registro o carinho com que todos me trataram naquela Festa, que é uma festa internacional. Foi a 31ª edição da Festa Nacional da Uva. Entre tantas atividades, Sr. Presidente, fui convidado para o lançamento da cartilha *A Maesa é nossa*. Por que fui convidado, além de jurado, para escolher a rainha e as princesas? Porque trabalhei muitos anos na Maesa, que pertencia ao grupo metalúrgico Abramo Eberle. A Maesa, hoje, está totalmente fechada por um movimento forte.

Liderado pelo Vereador Jaison Barbosa, que presidiu a comissão, o grupo debateu, durante meses, formas de ocupação positivas da área.

Enfim, o Governo do Estado fez a transferência da área da Maesa para a cidade de Caxias. Assim, o Governador Tarso Genro, sem nenhum ônus para a cidade, transferiu todo o prédio, para que Caxias do Sul a administrasse. A União das Associações de Bairros e o Poder Legislativo caxiense tiveram uma atuação decisiva nesse processo. Hoje, falta apenas um trâmite cartorial para consolidar o tombamento da Maesa, Fábrica 2 do Eberle, e a Prefeitura de Caxias do Sul já elaborou e entregou ao Governo do Estado o plano de ocupação da antiga metalúrgica, na qual trabalhei por mais de 15 anos. A área total da antiga empresa, onde, depois do Senai, trabalhei, ultrapassa 53 mil metros quadrados.

Na proposta de ocupação, existem muitas e muitas ideias, como a viabilização do funcionamento do mercado público, a instalação de secretarias municipais e do Museu da Indústria Metalúrgica, entre outras atividades de cunho cultural.

Muitas dessas sugestões nasceram em audiências participativas da Comissão Especial da Câmara de Caxias, que dialogou com a comunidade.

Destaco esse evento do tombamento da Maesa, pois eu, assim como milhares e milhares de trabalhadores, passei anos da minha vida no chão batido daquela fábrica, já que lá trabalhei na fundição.

A Metalúrgica Abramo Eberle é parte da história pujante do setor metal mecânico dos bons tempos, ou seja, a Maesa ainda é do povo. Como diz o *slogan* da campanha, “a Maesa é nossa”.

Eu trabalhei na fundição da Eberle, Maesa, e lá, no evento de Caxias, falei que, quando estou aqui, na tribuna, como neste momento – podem crer, Sr^{as} e Srs. Senadores –, eu procuro sempre lembrar dos trabalhadores no seu local de trabalho, seja no campo ou na cidade, para que eu nunca perca e esqueça de onde vim e o que eu estou fazendo aqui, fiel às minhas origens e às causas que nós temos que defender hoje e eternamente.

Que a nossa Maesa seja um patrimônio que lembre a história de vida de milhões e milhões de brasileiros que lutam dia e noite para ter um lugar ao sol.

Podem crer que, quando eu esquentava a minha viandazinha em cima daqueles bolos quentes de ferro derretido, aquilo para mim – e olhava para outros que não tinham sequer a vianda – era um momento de alegria. Saibam que, às vezes, eu estragava, mas, quando estragava, confesso, eu comia pelas beiradas. Quem usa marmitta de alumínio sabe como é isso.

Os tempos passaram. Eu estou há 30 anos no Parlamento, mas lembro isso para nunca esquecer de onde eu vim, o que eu estou fazendo aqui e a responsabilidade que eu tenho com os trabalhadores e as trabalhadoras de qualquer parte do nosso País.

Por isso, quando completei essa cruzada nacional pelos 27 Estados, muitas pessoas me perguntavam, como lá, em Rondônia, por exemplo, onde estive; como lá, no Amapá; como lá, em Goiás, agora recentemente; como no Rio ou em São Paulo; em Santa Catarina; em Minas: “O que você está fazendo aqui? Você não é Senador por aqui.” “Eu estou lá e voltarei, se for necessário, para defender causas do povo brasileiro”, que beneficiam toda a nossa gente, não importa o Estado.

Por fim, Sr. Presidente, só quero fazer mais esse registro sobre o projeto de nossa autoria, da Associação dos Funcionários do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Quero fazer voz aqui ao pleito da Associação dos Funcionários do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que solicita urgentemente ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio aprovação de projeto de reestruturação das carreiras do Instituto e adequação do número de servidores, com a finalidade de dar condições de funcionamento e cumprimento da missão pública do Inpi, reduzindo os atrasos dos processos de marcas e patentes, que muito prejudicam o País. Acarreta também insegurança jurídica.

Atualmente, mais de 500 mil processos administrativos envolvendo marcas aguardam uma conclusão, ao passo que mais de 190 mil pedidos de patentes não tiveram sequer o exame iniciado, acarretando um prazo médio de concessão superior a dez anos – na maioria dos países, é no máximo três anos –, muito acima da média mundial, sobretudo dos BRICs, competidores diretos do Brasil na atração de investimentos.

No sistema de patentes, entende-se por *back log* o total de pedidos de patentes depositados e que não recebe uma decisão final em um tempo razoável.

A associação dos funcionários do Inpi me passou o seguinte exemplo: nas áreas farmacêutica e agroquímica, Sr. Presidente, calcula-se que estas poderiam levar a uma redução do déficit público em cerca de R\$15 bilhões por ano.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso impactaria positivamente na geração de emprego e de renda e na maior difusão e fluência do conhecimento tecnológico, além de permitir o aumento nos investimentos.

O fomento à inovação e proteção à Propriedade Intelectual (PI), neste caso, obtido através do fortalecimento do Inpi, são alicerces fundamentais para o desenvolvimento social e econômico das nações mais desenvolvidas e da economia estável, sendo reconhecidos como fatores críticos nesse processo de desenvolvimento e na sua inserção comercial.

Sr. Presidente, no final do ano passado, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal aprovou, em caráter terminativo – aquilo que eu falava no início –, projeto de minha autoria que vai exatamente ao encontro desse grave problema do desenvolvimento nacional.

Na semana passada, expus esse assunto em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, onde digo: “É um problema crônico, um dos gargalos que empacam o desenvolvimento nacional e a cultura de inovação tecnológica e deixa desiludidos aqueles que querem investir, gerar emprego e riqueza em nosso país, é a burocracia para liberação de marcas e patentes.”

O relatório da Thompson Reuters constatou que o Brasil é um canteiro fértil da inovação, mas lida com um problema crônico: a lentidão do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi).

Quero cumprimentar todos os profissionais da área. Eles estão com falta de verba, falta de gente e falta de equipamentos.

Somente em 2012, havia mais de 150 mil solicitações acumuladas, não sendo incomum que a aprovação de algumas demorasse até dez anos. Essa situação vem, inclusive, constituindo entraves aos investimentos estrangeiros, uma vez que tal lentidão prejudica o retorno financeiro dos projetos por perda de receitas e ainda contamina a segurança da propriedade industrial, garantida, em última instância, somente pela concessão da patente.

Enquanto isso, nos países ricos ou em desenvolvimento, a situação é bem diferente. Em Taiwan, por exemplo, o prazo em geral é de 36 meses para a concessão das famosas patentes, sendo da ordem de um ano apenas no caso das relativas ao *design* ou à marca. Os Estados Unidos, o Reino Unido, o Japão e o Chile, entre muitos outros, demandam cerca de três anos – repito: nós, em torno de dez anos – para a concessão do registro final da patente e da marca, havendo um sistema abreviado neste último país, que pode ajudar a reduzir ainda mais. Em alguns casos predefinidos, o prazo de concessão é ainda menor.

Por isso, apresentei o PLS 316, em 2013. De acordo com essa proposta, o exame e a concessão do pedido de marcas e patentes têm que ser concluídos em um prazo máximo de 180 dias.

O projeto foi aprovado aqui, no Senado, ainda no ano passado. Atualmente, encontra-se na Comissão de Desenvolvimento da Câmara dos Deputados, sob nº 3.406, de 2015.

A iniciativa é um claro sinal ao Governo da necessidade de avanço nessa legislação no campo das políticas públicas e, é claro, na disponibilização de mais recursos ao bom desempenho dos órgãos públicos para a economia de inovação tecnológica, entre os quais se destacam o Inpi.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, terminando, quero só dizer que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a qual tenho a honra de presidir, vai realizar, no dia 12 de maio, uma audiência pública sobre o tema, com o título: “Os impactos da propriedade industrial no Brasil: desenvolvimento, inovação, soberania, emprego e renda”, com a participação do Inpi, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério do Planejamento, da Fundação Oswaldo Cruz, da Abifina (Associação Brasileira de Indústrias de Química Fina e Biotecnológica), da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), da CNI e do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Era isso, Sr. Presidente. Considere na íntegra, por favor, o meu pronunciamento. Eu acelerei a leitura porque eu queria ficar nos 20 minutos, mas V. Ex^a foi tolerante, e eu sei que eu usei quase 30.

Muito obrigado, mais uma vez, Senador, pela grandeza de V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui os 120 anos da presença dos capuchinhos no Rio Grande do Sul.

Dia 17 de janeiro de 2016 marcou a abertura dos festejos dos 120 anos da presença Capuchinha no Rio Grande do Sul.

Ao longo do ano, todas as paróquias que possuem capuchinhos realizarão celebrações que retomam a história e a importância desta presença para o desenvolvimento da Região.

O lema 120 anos: gratidão, paixão e esperança! convida os freis a olhar o passado da província com gratidão; viver o presente da província com paixão; abraçar o futuro da província com esperança.

A divulgação deste fato histórico será levada ao ar através de programas de rádio transmitidos na Rede Sul de Rádio (12 emissoras comandadas pelos Capuchinhos) e no centenário Jornal Correio Rio-grandense, que prepara uma série de reportagens especiais para circular em janeiro com entrevistas de vários freis e lideranças.

O objetivo é resgatar a história da presença dos freis em várias Regiões; celebrar os 120 anos nas festas das paróquias; em eventos próprios dos freis; promover a animação vocacional; incentivar a criatividade e partilhar com as demais fraternidades.

Passados 120 anos de presença no RS, a ação dos Capuchinhos, hoje, abrange missões populares, ações sociais (com mais de 20 projetos), pastoral paroquial e hospitalar, animação vocacional e escolas formativas, escola superior de teologia, museu, meios de comunicação (jornais, rádios em redes, sites e plataformas mobile), gráficas, centro de eventos e pousadas voltadas ao turismo e saúde sempre com a

marca da alegria franciscana, da simplicidade e disponibilidade para atender as carências da sociedade, testemunhando o carisma do fundador Francisco de Assis.

O entusiasmo missionário já levou os Capuchinhos gaúchos a atuar em Portugal, em vários países da África, na Nicarágua, na República Dominicana, França, Haiti, Brasil Central (Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Goiás), interior de São Paulo, Mato Grosso e Rondônia.

Fundada em 1942, a Província Sagrado Coração de Jesus - Capuchinhos do Rio Grande do Sul, é considerada a primeira província do hemisfério Sul e da América Latina e, hoje, está entre as cinco maiores do mundo.

Atualmente, com 251 membros, sendo 181 freis no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; 49 na Custódia Provincial Brasil Oeste - Mato Grosso e Rondônia e 21 na Delegação Provincial do Haiti.

A Ordem dos Capuchinhos nasceu na Itália e está presente em 108 países.

No Brasil, estão organizados em 10 províncias e duas custódias, totalizando 1.100 frades. Na América Latina e Caribe contam com 30 províncias, cinco custódias e duas delegações.

Sr. Presidente, no dia 4 de março, eu almocei com os capuchinhos, em Caxias do Sul, minha cidade natal, foi um encontro em homenagem aos 120 anos dessa congregação.

Foi um momento especial, alimentamos a alma e o coração. Foi muito bom estar lá com eles, justamente, num período de conflito nacional que o país atravessa.

Lá, naquele lugar sagrado, elevamos o espírito mais próximo de Deus.

Que esta data se repita por toda a eternidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é com muita alegria e emoção que subo a esta tribuna a fim de relatar um dos eventos que participei no dia 4 de março, quando estive visitando Caxias do Sul, que é minha cidade natal.

Na data estava ocorrendo a 31ª edição da Festa Nacional da Uva e na oportunidade entre tantas atividades destaco uma em especial, que foi o lançamento da cartilha: “A Maesa é Nossa!”

Elaborado pela Comissão Temporária da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, o material conta o processo histórico de luta de diversas entidades da cidade pelo tombamento da antiga Metalúrgica Abramo Eberle, a “Maesa”.

Liderado pelo vereador Jaison Barbosa, presidente da comissão, o grupo debateu durante meses, muitas formas de ocupação da área.

A transferência da área da Maesa para a cidade de Caxias, pelo governo do Estado do RS, na gestão do companheiro Tarso Genro, sem ônus para os cofres do município, ocorreu em dezembro de 2014 e resultou de todo o envolvimento comunitário da cidade.

A União das Associações de Bairros (UAB) e o poder legislativo caxiense tiveram atuação decisiva nesse processo.

Hoje, falta apenas um trâmite cartorial para consolidar o tombamento da Maesa e prefeitura de Caxias do Sul já elaborou e entregou ao Governo do RS, o plano de ocupação da antiga metalúrgica.

A área total da antiga empresa é de mais quase 53 mil metros quadrados.

Na proposta de ocupação, existem muitas ideias, como viabilizar o funcionamento de um mercado público, a instalação de secretarias municipais, um museu da indústria metalúrgica, entre outras atividades de cunho cultural.

Muitas dessas sugestões nasceram em reuniões e audiências públicas da comissão especial da Câmara de Caxias que dialogou com a comunidade.

Prezados colegas, destaco esse evento de tombamento da Maesa, pois eu, assim como milhares de trabalhadores, passei anos de minha vida no chão batido daquela importante fábrica, em um trabalho pesado e aguerido e junto às caldeiras.

A metalúrgica Abramo Eberle é parte da história do pujante setor metal mecânico da minha Caxias do Sul, ou seja, a “Maesa é do Povo!”, ou como diz o slogan da campanha publicitária: “A Maesa é Nossa!”

Eu trabalhava na Fundição do Eberle, e lá no evento em Caxias do Sul, falei que quando eu estou aqui na tribuna do Senado eu procuro lembrar dos trabalhadores, das trabalhadoras no seu local de produção, seja no campo ou na cidade para que eu nunca perca de onde eu vim, das minhas origens e as causas que nós temos que defender eternamente.

Que a nossa Maesa seja um patrimônio que lembre a história de vida de milhões e milhões de brasileiros que lutam dia e noite para ter um lugar ao sol.

Viva os trabalhadores!

Viva a Maesa que é um patrimônio da Humanidade!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de parabenizar a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul pelo excelente trabalho desenvolvido, em especial, o projeto do Centro de Referência em Tecnologia Assistiva Para a Educação Profissional, que nós estamos dando total apoio.

O projeto contempla o objetivo geral de implantar cursos inclusivos e mistos de educação profissional e tecnológica, com vistas à inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho, bem como promover o desenvolvimento de pesquisas na área da tecnologia assistiva.

Desta forma, irá oferecer acessibilidade universal aos alunos com deficiências, já estando, portanto, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei federal 13.146, de 6 de julho de 2015.

Parabéns a todos e todas que participam desse projeto. Minha saudação especial ao Diretor Executivo da Fundação Liberato, Leo Weber, e ao Coordenador de Planejamento e Avaliação, André Viegas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer voz aqui ao pleito da Associação dos Funcionários do Instituto Nacional da Propriedade Industrial que solicita urgentemente ao Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio Exterior a aprovação de projeto de reestruturação das carreiras do instituto e adequação do número de servidores, com a finalidade de dar condições de funcionamento e cumprimento da missão pública do INPI, reduzindo os atrasos dos processos de marcas e patentes, que muito prejudica o país em termos de inovação, no desenvolvimento econômico e na geração de empregos e riquezas decorrentes da Propriedade Intelectual.

Acarreta também insegurança jurídica, imprevisibilidade nas relações econômicas, impossibilidade de licenciamento de direitos e cobrança de royalties, e fuga de investimentos.

Atualmente, mais de 500 mil processos administrativos envolvendo marcas aguardam uma conclusão, ao passo que mais de 190 mil pedidos de patentes não tiveram sequer o exame iniciado, acarretando um prazo médio de concessão superior a dez anos, muito acima da média mundial, sobretudo dos BRICs – competidores diretos do Brasil na atração de investimentos.

No sistema de patentes, entende-se por “back log” o total de pedidos de patentes depositados e que não recebe uma decisão final em um tempo razoável.

A associação dos funcionários do INPI me passou o seguinte exemplo:

Nas áreas farmacêutica e agroquímica, calcula-se que estas poderiam levar uma redução do déficit público em cerca de 15 bilhões de reais por ano impactando positivamente na geração de empregos e na maior difusão e fluência do conhecimento tecnológico, além de permitir o aumento nos investimentos.

O fomento à inovação e proteção à Propriedade Intelectual (PI), neste caso, obtido através do fortalecimento do INPI, são alicerces do desenvolvimento social e econômico das nações mais desenvolvidas e de economia estável, sendo reconhecidos como fatores críticos neste processo de desenvolvimento e na sua inserção comercial.

Sr. Presidente, no final do ano passado, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, aprovou em caráter terminativo, projeto de minha autoria, que vai ao encontro desse grave problema do desenvolvimento nacional.

Na semana passada expus este assunto em artigo publicado no Jornal do Comércio, de Porto Alegre, e que passo a ler aqui: Um problema crônico.

Um dos gargalos que empaca o desenvolvimento nacional e a cultura de inovação tecnológica e deixa desiludidos aqueles que querem investir, gerar empregos e riqueza em nosso País, é a burocracia para a liberação de marcas e patentes.

O relatório da Thomson Reuters constatou que o Brasil é um canteiro fértil da inovação, mas lida com um problema crônico: a lentidão do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Somente em 2012, havia mais de 150 mil solicitações acumuladas, não sendo incomum que a aprovação de algumas tomasse oito, ou até mesmo 10 anos.

Essa situação vem, inclusive, constituindo entrave aos investimentos estrangeiros, uma vez que tal lentidão prejudica o retorno financeiro dos projetos por perda de receitas, e ainda contamina a segurança da propriedade industrial, garantida em última instância somente pela concessão da patente.

Enquanto isso, nos países ricos ou em desenvolvimento, a situação é bem diferente.

Em Taiwan, o prazo é, em geral, de 36 meses para a concessão de patentes industriais, sendo da ordem de um ano, apenas, no caso as relativas a design ou a marca.

Os Estados Unidos, o Reino Unido, o Japão, o Chile, entre muitos outros, demandam cerca de três anos para a concessão do registro final da patente e marcas, havendo um sistema abreviado nesse último país que pode ajudar a reduzir ainda mais, em alguns casos pré-definidos, o prazo de concessão.

Resolvemos apresentar uma proposta audaciosa: o PLS 316/2013. De acordo com ela, o exame e a concessão do pedido de marcas e patentes devem ser concluídos, nos casos gerais, em um prazo máximo de 180 dias.

O projeto foi aprovado no Senado no final de 2015. Atualmente aguarda indicação de relator na Comissão de Desenvolvimento da Câmara dos Deputados (PL 3406/2015).

A iniciativa é um claro sinal ao governo da necessidade de avanços na legislação vigente, nas políticas públicas e, é claro, na disponibilização de mais recursos ao bom desempenho dos órgãos críticos para a economia da inovação tecnológica, entre os quais se destaca o INPI.

Senhoras e Senhores, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, na qual eu tenho a honra de presidir, vai realizar no dia 12 de maio, uma audiência pública sob o tema “Os impactos da propriedade industrial no Brasil: desenvolvimento, inovação, soberania, emprego e renda.”

Serão convidados: o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), a AFINPI (Associação dos Funcionários do INPI), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério do Planejamento, a Fundação Oswaldo Cruz, a ABIFINA (Associação Brasileira de Indústrias de Química Fina e Biotecnologia), a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) e o Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Paulo Paim, o seu pronunciamento, por ser muito técnico, muito consistente, com muito conteúdo, tenha certeza de que será anexado aos *Anais* da Casa e na íntegra.

Parabéns, Senador!

Convido para ocupar a tribuna o Senador Wellington Fagundes, Senador pelo Estado de Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como último orador inscrito, quero aqui agradecer a tolerância de V. Exª por estar aqui até esta hora.

Com certeza, quero aqui registrar, Sr. Presidente, como todos aqui o fizeram, o dia de ontem, toda aquela manifestação. Por isso, quero aqui ler o meu pronunciamento.

Ocupo esta tribuna, no dia de hoje, para tratar de dois assuntos. Primeiro, evidentemente, quero fazer aqui as minhas considerações sobre o movimento desse domingo, que ocorreu em todo o Brasil. De forma categórica, quero parabenizar aqueles que foram às ruas, de maneira pacífica e ordeira, assinalar o seu descontentamento. Os que protestaram verdadeiramente deram uma grande lição de amadurecimento.

O fato de não ter sido registrado qualquer incidente, o que era uma das grandes preocupações de todos nós, nos dá a certeza de que o instituto da democracia prevaleceu plenamente. Que essa manifestação pacífica de ontem, Sr. Presidente, seja um exemplo para todos os brasileiros sobre protestos e movimentos, isto é, que o povo brasileiro, seja em que número for, possa sempre levar suas reivindicações às ruas de forma livre, respeitosa, organizada e em paz.

Com a demonstração de domingo, concluo por dizer que a luta pela democratização do nosso País, iniciada a partir dos anos 1980, está definitivamente solidificada. Vale lembrar que foi uma luta que vem sendo travada quando muitos dos que estiveram nas ruas sequer ainda tinham nascido. E o recado dado pelo povo brasileiro está muito claro: precisamos agir e agir com muita rapidez, com coerência e, claro, com muita responsabilidade.

Sabemos que o que está aí colocado, que a movimentação intensa e grandiosa de ontem, foi protesto contra o Governo da Presidente Dilma, contra a corrupção, contra o PT, com pedido de *impeachment* e apoio ao juiz Sérgio Moro, que lidera a Operação Lava Jato.

Mas, na verdade, temos que ver – e esta é a nossa obrigação – que esse grau elevado de descontentamento não se restringe apenas e tão somente à Presidente, ao ex-Presidente Lula, ao Governo, enfim. Para mim, Sr. Presidente, está muito claro que esse protesto traz como grito a falta de respostas claras por parte da classe política como um todo. Disse isso aqui na semana passada. O cidadão está clamando por respostas efetivas, isto é, quer respostas para os seus anseios, para as suas reivindicações, mas também para as suas necessidades. E vale observar que essa situação incômoda revolta também aqueles que não foram às ruas protestar e preferiram ficar em casa, mas que, como todos sabemos, estão igualmente insatisfeitos, querendo um País melhor.

Honestamente, Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho por todas as correntes partidárias e políticas, como democrata que sou, defendo que haja debate sobre o *impeachment*, mas com maturidade e, acima de tudo, muita cautela e responsabilidade.

Aliás, já disse aqui, há dois, três meses: o *impeachment* é um processo democrático. Está previsto na nossa Constituição.

Já participei aqui, como Deputado Federal, do *impeachment* do ex-Presidente Collor. Inclusive tive oportunidade de elogiar, porque penso que o Presidente Collor agiu, naquele momento, mesmo no momento da sua cassação, como um democrata, porque soube respeitar a decisão do Congresso Nacional. Não causou nenhum empecilho. Voltou para a sua casa, debateu no Judiciário, depois voltou. Inclusive, é, aqui, Senador da República.

Essa é uma demonstração pura do que é a nossa democracia, do processo de amadurecimento que vivemos hoje.

Por isso, eu quero aqui me lembrar também de uma palavra do ex-Ministro da Fazenda Joaquim Levy, que dizia: “Uma das grandes vantagens que ainda restam ao Brasil é a responsabilidade contratual, ou seja, no momento em que rompermos a nossa Lei Maior, em nome apenas e tão somente de uma única saída jurídica, estaremos dizendo ao mundo que, em nosso País, as regras constitucionais são inexpressivas.”

Eu, particularmente, Sr. Presidente, não gostaria de compactuar com um ato de desserviço à democracia, de tomar atitudes que representem um retrocesso à Nação, em nome de uma saída meramente política.

Estamos aqui para dialogar. Daqui a pouco, inclusive, estarei lá no Palácio representando o meu Partido, o PR, como Líder, para discutir, em um momento em que o Governo precisa ter a humildade e buscar a sociedade, buscar os partidos políticos. Eu tenho certeza de que através do diálogo é que nós vamos encontrar a melhor saída, mesmo que tenha que ser até no *impeachment*. É claro que esse processo não é um processo rápido, como muitos querem. Isso terá uma votação na Câmara dos Deputados, terá todo um rito processual e, se chegar aqui nesta Casa, vamos analisar, com certeza, com a maturidade necessária – e não fugiremos a isso!

Muitos perguntam: “Mas, e aí, quem é a favor deveria estar lá nas ruas, presente?” Eu não fui às ruas porque entendi que aquilo ali era um espaço da população e não um espaço dos partidos políticos. Percebemos, muito claramente, que quem quis ir ali apenas para se aproveitar do momento não só foi repudiado, como vaiado – figuras eminentes do nosso Parlamento lá estiveram e foram rechaçadas. Isso é, mais do que nunca, uma demonstração de que ali nas ruas estava, acima de tudo, a população, para manifestar a sua indignação e a sua insatisfação.

Por isso é que eu, particularmente, mais uma vez, não quero compactuar com um ato de desserviço à democracia. Estamos aqui e tenho certeza de que a maior palavra e o mais importante é buscarmos, exatamente, através do amadurecimento do diálogo, o caminho para que nós possamos oferecer as saídas para a geração de emprego, e principalmente para a melhoria da qualidade de vida da população, para melhorar o serviço público, porque quem paga o imposto quer que esse serviço público seja de qualidade. Infelizmente, hoje, a maioria da população está a reclamar em todas as áreas – da saúde, da segurança, enfim.

Aqui eu já disse e afirmo: a forma como todo o mundo político age, neste momento – e aqui não cabe culpa à oposição ou ao Governo –, faz apenas com que aquele pai de família, hoje, saia de sua casa sem saber ao certo o que vai acontecer; faz com que termine o mês sem saber se vai conseguir colocar o alimento necessário dentro de casa – reflexo evidente da incerteza e da desconfiança.

É preciso mudar esse ambiente. E temos que agir rápido, voltar às reformas, tão fundamentais e compromissadas com os eleitores. Aliás, todos os candidatos à Presidência da República estiveram nas campanhas eleitorais prometendo que fariam as reformas – política, tributária, trabalhista, previdenciária –, mas infelizmente, essa sim, acho que foi a grande falha da Presidente da República. A Presidente Dilma, ao ser eleita, não precisaria nem esperar a nova posse. Na próxima semana ela já poderia ter convocado a todos nós para fazer essas reformas que ela também prometeu durante a campanha eleitoral. Por isso é que eu digo aqui que temos que agir rápido.

Estou convencido de que temos que achar as alternativas para reduzir os gastos com a máquina pública. Que consuma menos, que desonere o cidadão, especialmente aqueles que investem na produção, aqueles que acreditam no empreendedorismo.

Aliás, hoje é outro aspecto. O empresário não sabe o que fazer. Se ele tem a oportunidade, às vezes até tendo o recurso, ele não tem coragem de investir, porque não sabe o que será o dia de amanhã. É por isso que eu quero aqui repetir: não se trata de ser a favor ou ser contra o *impeachment*, de estar a favor ou contra o Governo. Esse maniqueísmo é um caminho para destruir uma Nação.

Autorrotular-se apenas para entrar na onda ou sair da onda que se estabeleceu no País é oportunismo. Quero aqui repetir: isso é oportunismo. E de oportunismo o cidadão está cheio. O cidadão quer soluções. Tan-

to é que a própria população, em algumas entrevistas que tivemos oportunidade de ouvir, não sabe qual é o partido, qual é o caminho, qual é a liderança que pode levar esse País para o melhor rumo.

Por isso, o debate do *impeachment*, se acontecer – e deve acontecer – é democrático, e nós temos que fazê-lo de forma segura. Mas também deve acontecer no tempo que precisa acontecer. Até lá, temos a responsabilidade e a obrigação de trabalhar diariamente para construir o Brasil que todos os brasileiros querem: com controle inflacionário, com mais trabalho, com geração de riquezas e também de oportunidades.

Essa é a minha posição, e por isso quero aqui deixar muito bem claro: nunca fui contra o impeachment. Tanto é que já votei aqui e quero repetir: é um processo democrático. Se tiver de chegar aqui, ao Senado da República, vamos fazê-lo com o maior amadurecimento. Mas não vamos, aqui, simplesmente, pelo oba-oba de uma oposição que, às vezes, não definiu ainda que, no processo democrático, é o eleitor que tem hegemonia, continuar essa disputa e apenas fazer com que o Brasil seja “quanto pior melhor”.

Sr. Presidente, mais uma vez quero parabenizar o cidadão que foi às ruas de forma pacífica e ordeira, com muita responsabilidade. Sabemos que outros eventos acontecerão. Que seja respeitada a opinião diferente, em nome do fortalecimento democrático.

Sr. Presidente, quero aqui também, ainda, aproveitar a oportunidade e a tolerância. Não poderia deixar de falar sobre o dia de hoje, que é o Dia Nacional dos Animais. Como médico veterinário de formação e legislador, desde 1990 – e lá se vão seis mandatos como Deputado Federal e agora como Senador –, não poderia deixar de tratar do Projeto de Lei nº 677, que apresentei aqui no ano passado. Esse projeto, Sr. Presidente, institui o Estatuto dos Animais, com alterações na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. Essa proposta tem por objetivo, dentro da moderna concepção internacional, garantir a vida e o bem-estar dos animais, evitando a dor, o sofrimento e os danos desnecessários. É uma questão que há anos vem sendo discutida e tratada pela sociedade.

O projeto que apresentei, em verdade, insere-se na tentativa de colocar padrões mínimos de trato que serão requeridos pela comunidade e pelo mercado internacional, ao tempo em que protege os animais de sofrimentos desnecessários. Com isso, queremos iniciar o debate em um patamar de quem conhece a importância e o valor, para o Brasil, da produção animal, para a vida do homem no campo e também na cidade.

Precisamos receber contribuições, em forma de emendas, para suprimir, acrescentar ou aperfeiçoar os dispositivos originalmente propostos. Portanto, não é um projeto pronto e acabado. Quero fazer dessa proposta uma construção do coletivo. Ao público que nos acompanha pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado, quero dizer que as sugestões de melhorias podem ser enviadas para o meu gabinete, cujo e-mail está logo abaixo, nos caracteres, que eu gostaria de pedir à TV Senado: wellington.fagundes@senador.leg.br.

É importante dizer que o debate sobre o Estatuto dos Animais que propusemos é atual e importante para a sociedade brasileira como um todo e para a agricultura nacional em particular, sendo imperioso que avancemos na discussão de uma legislação que responda aos anseios da população e do mercado, ao tempo em que atenda aos interesses e às possibilidades da produção nacional.

Agora mesmo, Sr. Presidente, que estamos com uma questão que incomoda tanto à população – o *Aedes aegypti*, o zika vírus e todas essas possibilidades de doenças, principalmente das zoonoses –, mais do que nunca é importante que nós avancemos nesse estatuto para que, por meio também da ciência e da tecnologia, possamos avançar em alternativas como a das vacinas – enfim, os meios preventivos – até usando os animais, mas de forma cientificamente e humanamente corretas.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero aqui agradecer a tolerância de V. Exª e tenho certeza da grandeza do Brasil, tendo em vista que conseguimos, como já disse aqui anteriormente, passar por um processo de *impeachment* sem derramamento de sangue, sem um problema maior, tendo prevalecido, acima de tudo, o amadurecimento da democracia.

Neste momento de dificuldade, novamente, como já disse em outras oportunidades, depois de 24 anos em que aqui estou, é a primeira vez em que temos duas crises acumuladas: uma crise política e uma crise econômica ao mesmo tempo. Durante esses 24 anos, nunca tivemos duas crises acumuladas – ou era política ou era econômica. Agora, não! Por isso, a situação é muito mais grave, e não podemos dizer ainda, depois de todas as operações que aí estão, promovidas com legitimidade pelo Ministério Público, pela Justiça... É fundamental que isso seja levado a fundo. A população quer isso. Tenho certeza de que o Brasil de ontem não será o mesmo Brasil do amanhã, porque nós seremos um País fortalecido exatamente por essa demonstração que o Brasil dá, de poder resolver os seus problemas de forma pacífica, como aconteceu nesse último movimento.

Tenho certeza de que será com pessoas experientes como V. Exª que haveremos de encontrar aqui, neste Plenário, a melhor decisão para que possamos promover e propor medidas que venham realmente trazer a solidez a essa grande Nação que é o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Parabéns, Senador Wellington Fagundes, pelo seu pronunciamento.

Quero aproveitar e pedir a V. Exª que leve as melhores congratulações ao povo do Mato Grosso, porque o Estado do Mato Grosso tem sido um dos grandes Estados que tem contribuído para o desenvolvimento econômico do País, fornecendo ao País e mostrando ao mundo uma produção agrícola moderna, avançada e baseada na pesquisa, na ciência e na tecnologia.

Parabéns, Senador, parabéns ao Estado de Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu agradeço muito, Senador Raimundo Lira.

Tenho certeza de que o gigantismo de Mato Grosso na produção será encontrado se nós fizermos investimento, e é principalmente nos investimentos que nós vamos encontrar também o caminho do desenvolvimento e da geração de riqueza deste País.

Mato Grosso, como o seu Estado, como o Brasil, eu tenho certeza de que são muito fortes, e com certeza, haveremos de superar essa turbulência que vivemos hoje, principalmente para deixar para as nossas futuras gerações um legado de política de amadurecimento, mas, principalmente, de oportunidades para essa juventude que tanto espera.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Parabéns, Senador Wellington Fagundes.

Quero registrar a presença, na tribuna de honra do Senado Federal, de três advogados da minha querida Campina Grande, no Estado da Paraíba, uma cidade que representa tão bem o trabalho no Nordeste brasileiro, e também um grande centro universitário. São os advogados Ulisses Lyra, Jefferson Arruda e André Freitas.

Quero também, desta Presidência, parabenizar o povo brasileiro pelas manifestações pacíficas, ordeiras e democráticas que aconteceram ontem em nosso País. Verificamos que as famílias estavam presentes, levando as cores verde e amarela do nosso País. Aproveito também para parabenizar o Brasil, porque mostrou, mais uma vez, que as nossas instituições democráticas estão consolidadas.

A nossa democracia é uma realidade, portanto, é um grande feito que nós todos realizamos a partir da Constituição de 1988. E o povo brasileiro está conseguindo com trabalho, com honra e com dignidade fortalecer essa democracia.

Ao encerrar esta sessão quero agradecer a atenção dos telespectadores da TV Senado e dos ouvintes da Rádio Senado.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 30 minutos.)

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS**EXPEDIENTE****Abertura de prazos**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 10, 13, 15, 18, 19, 24, 45, 47, 54, 55, 91, 93, 130, 134, 136, 140, 143, 162, 166, 196, 199, 227, 239, 241, 246, 260, 298, 299, 306, 317, 318, 320, 333, 334, 349, de 2015, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Memorando nº 9, de 2016, da CCT**).

É o seguinte o Memorando:



Senado Federal
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Memorando nº. 009/2016 – CCT

Brasília, 08 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS

Assunto: Aprovação de Projetos de Decreto Legislativo

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 10, 13, 15, 18, 19, 24, 45, 47, 54, 55, 91, 93, 130, 134, 136, 140, 143, 162, 166, 196, 199, 227, 239, 241, 246, 260, 298, 299, 306, 317, 318, 320, 333, 334 e 349 de 2015.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Senador Lasier Martins.

SENADOR LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

Abertura do prazo de cinco dias úteis para a apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 11/2016.

Aviso do Tribunal de Contas da União

Aviso nº 90/2016 (na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 375/2016, proferido nos autos do TC 010.029/2015-0, com informações parciais referentes ao Requerimento nº 378, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Discurso encaminhado à publicação, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Gostaríamos de falar-lhes, um pouco, sobre o Marco Legal da Primeira Infância, sobre a lei que instituiu as políticas públicas para a primeira infância, e a respeito de importante iniciativa que, nessa área, foi adotada em Roraima.

Contando com o empenho e a dedicação de muitos dos senadores aqui presentes, logo na primeira sessão do Senado, este ano, tive a honra de presidir os trabalhos que culminaram na aprovação do projeto de lei da Câmara nº 14, de 2015. Sancionado e publicado como a Lei nº 13.257, de 2016, esse projeto de lei deu uma série de importantes providências no tocante ao desenvolvimento infantil – assim entendido o período que vai desde a gestação até os seis anos completos de vida.

Muitos perguntam sobre o porquê desse projeto, sobre a importância de que se apoiem os primeiros anos do desenvolvimento infantil. Pois lhes dizemos isto: os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento do ser humano. E não afirmamos isso apenas como parlamentar. Também falamos na condição de pai.

Todos os estímulos que se recebem nessa fase da vida, desde a gestação até os seis anos, determinam a forma como transcorrerão as fases subsequentes, principalmente a adulta. Os estímulos, os cuidados, o afeto, a alimentação, a segurança e a educação são decisivos para o desenvolvimento do cérebro da pessoa. À falta desses estímulos, nenhuma pessoa se torna capaz de desfrutar de capacidade plena para raciocinar e para lidar com as próprias emoções. Nenhuma pessoa se torna capaz de ser, verdadeiramente, feliz.

Era preciso, portanto, que se criassem as condições para que as necessidades individuais da criança, desde a sua gestação, fossem supridas. Isso significava proporcionar um ambiente de segurança à criança. Segurança significava atendimento a necessidades afetivas – carinho, cuidado e atenção. Segurança também significava saúde – como a alimentação, o desenvolvimento psíquico e motor, o atendimento médico, a atividade física, a nutrição. Segurança, enfim, significava educação – ensinar a criança a pensar, a aprender e a viver em família e na comunidade.

Era preciso, nesse contexto, inovar, fugindo a tudo que já se havia feito, até aqui, em benefício da criança. E é isso, exatamente, o que faz a nova legislação.

Desde logo, atribui-se prioridade absoluta aos direitos da criança, assim como aos dos adolescentes e dos jovens. Em termos práticos, isso significa criar para o Estado – a administração pública – o dever de formular e executar políticas voltadas ao atendimento das necessidades da criança. A ideia é oferecer-lhe condições para que se desenvolva integralmente, desde a primeira infância.

Essas condições implicam dar prioridade à saúde, à alimentação, à nutrição, à educação infantil, à convivência familiar e comunitária, à assistência social, à cultura, às atividades lúdicas e ao lazer da criança, num esforço em que se integra o trabalho do Estado ao da família.

No âmbito do Estado, o respeito aos direitos da criança, na primeira infância, constitui objetivo a ser promovido por todos os entes da Federação – União, Estados, o Distrito Federal e Municípios –, cada um na esfera de suas competências constitucionais e legais.

Importante passo, nesse sentido, foi dado ao prever-se que a formação profissional deverá adequar seus cursos à capacitação de profissionais aptos a trabalhar com crianças desde a primeira infância. Isso significa tornar esses profissionais capazes de abordar temas específicos, a exemplo do desenvolvimento integral e da prevenção e proteção da criança contra toda forma de violência.

A sociedade participa por intermédio da família. Participa mediante sua contribuição para a formulação de políticas, integrando conselhos voltados ao planejamento, ao acompanhamento e à avaliação dessas políticas,-

executando ações em parceria com o Poder Público, assumindo responsabilidades, realizando investimentos, integrando-se às redes de proteção da criança e promovendo campanhas para a conscientização acerca da importância da primeira infância no desenvolvimento da pessoa.

Em meio a esses esforços, duas iniciativas merecem destaque.

As famílias em situação de vulnerabilidade ou de risco, assim como aquelas tidas por incapazes para proteger e educar a criança na primeira infância, serão consideradas prioridade para efeito de atendimento com base nas políticas sociais públicas. E isso também se aplica às famílias cujas crianças acometidas por riscos ou deficiências que lhes impeçam ou atrapalhem o desenvolvimento.

A outra iniciativa diz respeito ao trabalho de orientação e formação que será feito junto a gestantes e suas famílias. A ideia é informar sobre a maternidade e a paternidade responsáveis, sobre o aleitamento materno, a alimentação complementar saudável, o crescimento e desenvolvimento infantil integral, a prevenção de acidentes e a educação livre do uso de castigos físicos. Com esse trabalho, procura-se fortalecer e consolidar vínculos afetivos entre a criança e sua família, assim como estimular o melhor desenvolvimento da criança.

E há muitas outras providências e iniciativas que se promovem por meio dessa nova legislação e da consciência que se consolidou a partir de sua discussão e aprovação.

O que mais nos anima, em meio a todo esse grande esforço, é o fato de já se encontrarem em andamento, Brasil afora, muitos projetos dedicados ao desenvolvimento da criança desde a primeira infância.

Alguns desses projetos, como o da Prefeitura de Boa Vista, no Estado de Roraima, já estão em plena execução há certo tempo, sendo alguns deles, até mesmo, anteriores ao advento da Lei nº 13.257, de 2016. E esse é, exatamente, o caso de Boa Vista, Roraima.

Lá, o projeto recebeu o nome Família Que Acolhe (FQA). Trata-se de um projeto feliz, moderno, bem estruturado e muito responsável. Criou-se uma rede perfeita e bem-acabada de proteção da primeira infância – do ventre até os seis anos de idade. Em Boa Vista, o Família Que Acolhe foi elevado à categoria de lei desde 2013.

A ideia central do FQA é a integração, semelhante à forma como ocorre em âmbito federal e nacional. Mãe, filho e família são os beneficiários de serviços públicos básicos. Na área médica, recebem atenção especial para a marcação de consultas, exames e procedimentos médicos, assegurando-se a realização de acompanhamento, inclusive da própria mãe, ao longo do período que vai da gestação aos seis anos de idade da criança. Paralelamente, aperfeiçoou-se o acesso aos serviços de educação. Quando nasce, a criança já conta com sua matrícula em creche e escola, estando a vaga assegurada, tranquilamente, até os seis anos de idade. Após essa fase, inicia-se o ciclo fundamental, em relação ao qual também já se adotaram todas as providências para que a educação da criança prossiga com qualidade e, naturalmente, num ambiente de segurança e tranquilidade.

O FQA também proporciona acolhida aos pais. Foi estruturada, no âmbito do projeto, a “Universidade do Bebê”. Trata-se, na verdade, de uma “escola de pais”. Nessa escola, as gestantes, as novas mães e, de uma maneira geral, os familiares recebem orientação no tocante ao desenvolvimento psicossocial da criança, assim como participam de oficinas de musicalidade, leitura e coral. Uma vez mais, a ideia é proporcionar à criança e a quem com ela conviva todas as condições para um desenvolvimento pleno, feliz e completo.

Atualmente, o Família Que Acolhe presta atendimento a milhares de mães, seus filhos e famílias, e os números vêm crescendo. Por tratar-se de um projeto multissetorial, o FQA envolve o esforço de várias secretarias do governo municipal de Boa Vista, notadamente das secretarias de Gestão Social, de Saúde, de Educação, de Comunicação e de Finanças, além, obviamente, do trabalho de coordenação realizado pelo gabinete da Prefeita.

Acreditamos que iniciativas como a de Boa Vista, lado a providências como as previstas na Lei nº 13.257, devam receber todo o apoio da sociedade civil e de governos. É preciso assegurar aos nossos filhos o direito à vida e à felicidade. Isso significa não apenas atribuir prioridade ao tema, mas, também, destinar os recursos necessários a execução das ações que se façam necessárias. De nossa parte, faremos todo o esforço para garantir que assim seja.

Pareceres**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 169 , DE 2016**

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2015 (nº 2.857, de 2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova concessão outorgada à **Rádio Educadora de Piracicaba Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 10, de 2015 (nº 2.857, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à *Rádio Educadora de Piracicaba Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 10, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova concessão outorgada à *Rádio Educadora de Piracicaba Ltda.* para

explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Cristovam Buarque, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>G. Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. nº 10 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 10 de 20 15
Fls. sup


Senador LASIER MARTINS
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 170 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2015 (nº 707, de 2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Nordestinos de Campos do Jordão e Região para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 13, de 2015 (nº 707, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação dos Nordestinos de Campos do Jordão e Região* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Campos do Jordão, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 13, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 13, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação dos Nordestinos de Campos do Jordão e Região* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Campos do Jordão, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Cristovam Buarque, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>G. Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>V. Raupp</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. nº 13 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9
 Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016

Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática
 Fls. 105 Nº 13 de 20 15


 Senador LASIER MARTINS
 Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 171 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2015 (nº 857, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à **RBC - Rede Brasileira de Comunicação Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 15, de 2015 (nº 857, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *RBC - Rede Brasileira de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 15, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *RBC - Rede Brasileira de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Cristovam Buarque, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>G. Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. nº 15 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9


Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou



Senador LASIER MARTINS
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 15 de 20 15
Fls. 



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 172 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2015 (nº 945, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à **Amazônia Comunicações Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Holambra, Estado de São Paulo.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 18, de 2015 (nº 945, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Amazônia Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Holambra, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 18, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Amazônia Comunicações Ltda.* para explorar serviço

de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Holambra, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador LASIER MARTINS, Presidente

Senador CRISTOVAM BUARQUE, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>min.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT) <i>Telmário Mota</i>
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 18 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 18 de 2015
Fls. 109


Senador LASIER MARTINS
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 173 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2015 (nº 960/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Stúdio FM para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 19, de 2015 (nº 960, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Stúdio FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 19, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 19, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Stúdio FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador LASIER MARTINS, Presidente

Senador CRISTOVAM BUARQUE, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>minh.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>J. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>[assinatura]</i>	4. Telmário Mota (PDT) <i>[assinatura]</i>
Ivo Cassol (PP) <i>[assinatura]</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>[assinatura]</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS) <i>[assinatura]</i>	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB) <i>[assinatura]</i>	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO


COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 19 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9
 Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016



Senador LASIER MARTINS
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 174 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2015 (nº 1.150, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Aliança – ACNA para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 24, de 2015 (nº 1.150, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Nova Aliança – ACNA* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 24, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 24, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Nova Aliança – ACNA* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Cristovam Buarque, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>Minim.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT) <i>Telmário Mota</i>
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>Valdir Raupp</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 24 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGÊ VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou



Senador LASIER MARTINS
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 7, EM 08/03/2016



SENADO FEDERAL

PARECER Nº175, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2015 (nº 889, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Tropical Embaúba para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 45, de 2015 (nº 889, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Cultural de Comunicação Comunitária Tropical Embaúba* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 45, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 45, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural de Comunicação Comunitária Tropical Embaúba* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Cristovam Buarque, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>Mirim</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT) <i>Telmário Mota</i>
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 45 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou



Senador LASIER MARTINS
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N.º 7, EM 08/03/2016



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 176 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2015 (nº 1.102, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova permissão outorgada à Intersom - Emissoras de Frequência Modulada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 47, de 2015 (nº 1.102, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à *Intersom - Emissoras de Frequência Modulada Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que

seguir o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 47, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova permissão outorgada à *Intersom - Emissoras de Frequência Modulada Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Cristovam Buarque, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>minh.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>[assinatura]</i>	4. Telmário Mota (PDT) <i>[assinatura]</i>
Ivo Cassol (PP) <i>[assinatura]</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>[assinatura]</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>[assinatura]</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 47 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETEÇÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9
 Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 7, EM 08/03/2016



Senador LASIER MARTINS
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 177 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2015 (nº 1.516/2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 54, de 2015 (nº 1.516, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 54, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 54, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Rádio Comunitária Rio Volta FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador LASIER MARTINS, Presidente

Senador CRISTOVAM BUARQUE, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>V. Raupp</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. nº 54 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9
 Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou


 Senador LASIER MARTINS
 Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 178, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2015 (nº 1.521/2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 55, de 2015 (nº 1.521, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 55, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 55, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador LASIER MARTINS, Presidente

Senador CRISTOVAM BUARQUE, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>Minim.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT) <i>Telmário Mota</i>
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. Nº 55 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGÉ VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou



Senador LASIER MARTINS
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016



SENADO FEDERAL
PARECER Nº 179 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2015 (nº 1.563/2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ponto dos Volantes para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ponto dos Volantes, Estado de Minas Gerais.*

RELATOR: Senador **ZEZE PERRELLA**

RELATOR AD HOC: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 91, de 2015 (nº 1.563, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Ponto dos Volantes* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ponto dos Volantes, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 91, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 91, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Ponto dos Volantes* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ponto dos Volantes, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Valdir Raupp, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>minh.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>[assinatura]</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>[assinatura]</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>[assinatura]</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>[assinatura]</i>	2. VAGO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - *PS nº 91 de 2015*

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE – PPS/DF	<input checked="" type="checkbox"/>			1. ZEZE PERRELLA – PDT/MG			
LASIER MARTINS – PDT/RS				2. JORGE VIANA – PT/AC			
WALTER PINHEIRO – PT/BA				3. DELCÍDIO DO AMARAL – PT/MS			
ANGELA PORTELA – PT/RR				4. TELMÁRIO MOTA – PDT/RR			
IVO CASSOL – PP/RO				5. GLADSON CAMELI – PP/AC	<input checked="" type="checkbox"/>		
TITULARES – MAIORIA (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – MAIORIA (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP – PMDB/RO	<input checked="" type="checkbox"/>			1. SANDRA BRAGA – PMDB/AM			
JOÃO ALBERTO SOUZA – PMDB/MA				2. EDISON LOBÃO – PMDB/MA			
SÉRGIO PETECÃO – PSD/AC				3. (VAGO)			
OMAR AZIZ – PSD/AM				4. ROSE DE FREITAS – PMDB/ES			
HÉLIO JOSÉ – PMB/DF	<input checked="" type="checkbox"/>			5. (VAGO)			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM e PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM e PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE – DEM/AP				1. JOSÉ AGRIPINO – DEM/RN			
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB/SP	<input checked="" type="checkbox"/>			2. (VAGO)			
FLEXA RIBEIRO – PSDB/PA	<input checked="" type="checkbox"/>			3. (VAGO)			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PSB, PPS, REDE e PCdoB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PSB, PPS, REDE e PCdoB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS – PPS/MT	<input checked="" type="checkbox"/>			1. FERNANDO BEZERRA COELHO – PSB/PE			
RANDOLFE RODRIGUES – REDE/AP				2. ROBERTO ROCHA – PSB/MA			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PTB, PSC e PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PTB, PSC e PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA – PRB/RJ				1. (VAGO)			
EDUARDO AMORIM – PSC/SE	<input checked="" type="checkbox"/>			2. (VAGO)			

Quórum: TOTAL: *9*Votação: TOTAL: *8* SIM: *8* NÃO: *0* ABS: *0*ANEXO II, ALA ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº *7*, EM *08* MAR 2016

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



SENADOR LASIER MARTINS
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 180 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2015 (nº 1.007/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS — ABSFA para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ponto Chique, Estado de Minas Gerais.*

RELATOR: Senador **ZEZE PERRELLA**

RELATOR AD HOC: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 93, de 2015 (nº 1.007, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS — ABSFA* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ponto Chique, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 93, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 93, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS — ABSFA* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ponto Chique, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Valdir Raupp, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>G. Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>V. Raupp</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB) <i>M. Crivella</i>	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS nº 93 de 2015

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE – PPS/DF	X			1. ZEZE PERRELLA – PDT/MG			
LASIER MARTINS – PDT/RS				2. JORGE VIANA – PT/AC			
WALTER PINHEIRO – PT/BA				3. DELCÍDIO DO AMARAL – PT/MS			
ANGELA PORTELA – PT/RR				4. TELMARIO MOTA – PDT/RR			
IVO CASSOL – PP/RO				5. GLADSON CAMELI – PP/AC	X		
TITULARES – MAIORIA (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – MAIORIA (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP – PMDB/RO	X			1. SANDRA BRAGA – PMDB/AM			
JOÃO ALBERTO SOUZA – PMDB/MA				2. EDISON LOBÃO – PMDB/MA			
SÉRGIO PETECÃO – PSD/AC				3. (VAGO)			
OMAR AZIZ – PSD/AM				4. ROSE DE FREITAS – PMDB/ES			
HÉLIO JOSÉ – PMB/DF	X			5. (VAGO)			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM e PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM e PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE – DEM/AP				1. JOSÉ AGRIPINO – DEM/RN			
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB/SP	X			2. (VAGO)			
FLEXA RIBEIRO – PSDB/PA	X			3. (VAGO)			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PSB, PPS, REDE e PCdoB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PSB, PPS, REDE e PCdoB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS – PPS/MT	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO – PSB/PE			
RANDOLFE RODRIGUES – REDE/AP				2. ROBERTO ROCHA – PSB/MA			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PTB, PSC e PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PTB, PSC e PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA – PRB/RJ				1. (VAGO)			
EDUARDO AMORIM – PSC/SE	X			2. (VAGO)			

Quórum:

TOTAL: 9

Votação:

TOTAL: 8 SIM: 8 NÃO: 0 ABS: 0

ANEXO II, ALA ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08 MAR 2016

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



SENADOR LASIER MARTINS

Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 181 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2015 (nº 1.313, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Boa Vista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.*

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 130, de 2015 (nº 1.313, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Boa Vista* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 130, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 130, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Boa Vista* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador LASIER MARTINS, Presidente

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>Minh.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT) <i>Telmário Mota</i>
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. Nº 130 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)		X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)				
LASIER MARTINS (PDT)					2. JORGE VIANA (PT)				
WALTER PINHEIRO (PT)					3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)				
ANGELA PORTELA (PT)					4. TELMÁRIO MOTA (PDT)				
IVO CASSOL (PP)					5. GLADSON CAMELI (PP)		X		
TITULARES – Maioria (PMDB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)		X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)					2. EDISON LOBÃO (PMDB)				
SÉRGIO PETECÃO (PSD)					3. VAGO				
OMAR AZIZ (PSD)					4. ROSE DE FREITAS (PMDB)				
HÉLIO JOSÉ (PMB)		X			5. VAGO				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)					1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)		X			2. VAGO				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)		X			3. VAGO				
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)		X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)				
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)					2. ROBERTO ROCHA (PSB)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)					1. VAGO				
EDUARDO AMORIM (PSC)		X			2. VAGO				

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016



Senador LASIER MARTINS
Presidente

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PDS Nº 130 de 2015
Fls. 1005



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 182 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2015 (nº 1.365, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pejuçara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pejuçara, Estado do Rio Grande do Sul.*

RELATOR: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 134, de 2015 (nº 1.365, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Pejuçara* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pejuçara, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de

proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 134, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 134, de 2015 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Pejuçara* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pejuçara, Estado do Rio

Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Hélio José, Vice-Presidente

Senador Lasier Martins, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>[assinatura]</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>[assinatura]</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>[assinatura]</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>[assinatura]</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>[assinatura]</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. Nº 134 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)	X			2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

Senador HÉLIO JOSÉ
Vice-Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 134 de 2015
Fls. 140



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 183 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2015 (nº 1.479, de 2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Itapuca para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Itapuca, Estado do Rio Grande do Sul.*

RELATOR: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 136, de 2015 (nº 1.479, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Itapuca* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Itapuca, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 136, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

o PDS nº 136, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Itapuca* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Itapuca, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Hélio José, Vice-Presidente

Senador Lasier Martins, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>Minh.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT) <i>Telmário Mota</i>
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 136 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)	X			2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9
 Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou

Senador HÉLIO JOSÉ
 Vice-Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N.º 7, EM 08/03/2016



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 184, de 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2015 (nº 1.529, de 2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica Comunitária Stilus FM para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.*

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 140, de 2015 (nº 1.529, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Radiofônica Comunitária Stilus FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 140, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 140, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Radiofônica Comunitária Stilus FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>Mimim</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>Gladson Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 140 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou


Senador LASIER MARTINS
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N.º 7, EM 08/03/2016

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 140 de 2015
Fls. 140



SENADO FEDERAL

PARECER Nº185, DE

2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2015 (nº 1.604, de 2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Minuano de Sarandi para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.*

RELATOR: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 143, de 2015 (nº 1.604, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Minuano de Sarandi* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 143, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 143, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Minuano de Sarandi* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de

Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Hélio José, Vice-Presidente

Senador Lasier Martins, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>G. Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>V. Raupp</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

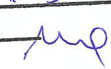
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. nº 143 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)	X			2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9
 Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016

Senador HÉLIO JOSÉ
 Vice-Presidente

Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática
 PDS Nº 143 de 2015
 Fls. 



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 186, DE 2016

DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2015 (nº 1.483, de 2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à **Rádio Adonai FM Estéreo** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.*

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**
RELATOR AD HOC: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 162, de 2015 (nº 1.483, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Rádio Adonai FM Estéreo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 162, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 162, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Rádio Adonai FM Estéreo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Flexa Ribeiro, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>G. Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>V. Raupp</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. nº 162 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)					1. ZEZE PERRELLA (PDT)				
LASIER MARTINS (PDT)		X			2. JORGE VIANA (PT)				
WALTER PINHEIRO (PT)					3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)				
ANGELA PORTELA (PT)					4. TELMÁRIO MOTA (PDT)				
IVO CASSOL (PP)					5. GLADSON CAMELI (PP)		X		
TITULARES – Maioria (PMDB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)		X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)					2. EDISON LOBÃO (PMDB)				
SÉRGIO PETECÃO (PSD)					3. VAGO				
OMAR AZIZ (PSD)					4. ROSE DE FREITAS (PMDB)				
HÉLIO JOSÉ (PMB)		X			5. VAGO				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)					1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)		X			2. VAGO				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)		X			3. VAGO				
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)		X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)				
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)					2. ROBERTO ROCHA (PSB)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)					1. VAGO				
EDUARDO AMORIM (PSC)		X			2. VAGO				

Quórum: 9


Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou



Senador LASIER MARTINS
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 162 de 2015
Fls. 



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 187, DE 2016

DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2015 (nº 2.180, de 2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização ao Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.*

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**
RELATOR AD HOC: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 166, de 2015 (nº 2.180, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao *Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia*, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 166, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 166, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização ao *Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia*, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador LASIER MARTINS, Presidente

Senador FLEXA RIBEIRO, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>G. Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>V. Raupp</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. nº 166 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGÊ VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou



Senador LASIER MARTINS
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 188, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2015 (nº 1.566, de 2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Guarujá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.*

RELATOR: Senador **HÉLIO JOSÉ**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 196, de 2015 (nº 1.566, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Guarujá* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 196, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 196, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Guarujá* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Hélio José, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>minh.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>Gladson Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 196 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 196 de 2015
Fls. 196


Senador LASIER MARTINS
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 189, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2015 (nº 1.576, de 2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Cocal do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina.*

RELATOR: Senador **EDUARDO AMORIM**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 199, de 2015 (nº 1.576, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Comunitária de Cocal do Sul* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 199, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 199, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Comunitária de Cocal do Sul* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Eduardo Amorim, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>minh.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT) <i>Telmário Mota</i>
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 199 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N.º 7, EM 08/03/2016



Senador LASIER MARTINS
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 190, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2015 (nº 1.586, de 2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Padroeira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná.*

RELATOR: Senador **DAVI ALCOLUMBRE**

RELATOR AD HOC: Senador **EDUARDO AMORIM**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 227, de 2015 (nº 1.586, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Padroeira* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 227, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 227, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Padroeira* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador LASIER MARTINS, Presidente

Senador EDUARDO AMORIM, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. nº 227 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9
 Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou


 Senador LASIER MARTINS
 Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016

Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática
 PDS Nº 227 de 2015
 Fls. sup



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 191, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2015 (nº 1.331, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vale do Ipojuca para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.*

RELATOR: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
RELATOR AD HOC: Senador **EDUARDO AMORIM**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 239, de 2015 (nº 1.331, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Vale do Ipojuca* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 239, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 239, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Vale do Ipojuca* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Eduardo Amorim, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. nº 239 de 2015


TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016



Senador LASIER MARTINS
Presidente

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
805 Nº 239 de 2015
Fls. _____



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 192, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2015 (nº 1.386/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à **RÁDIO ALIANÇA IGARAPAVA LTDA. - ME** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo.*

RELATOR: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

RELATOR AD HOC: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 241, de 2015 (nº 1.386, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à **RÁDIO ALIANÇA IGARAPAVA LTDA. - ME** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 241, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *RÁDIO ALIANÇA IGARAPAVA LTDA.* - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Valdir Raupp, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>Minim.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>Gladson Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 241 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9
 Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016


 Senador LASIER MARTINS
 Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 193, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2015 (nº 1.574, de 2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Manituba de Quixeramobim para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.*

RELATOR: Senador **HÉLIO JOSÉ**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 246, de 2015 (nº 1.574, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Manituba de Quixeramobim* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 246, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 246, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Manituba de Quixeramobim* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Hélio José, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS: n.º 246 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9


Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou



Senador LASIER MARTINS
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N.º 7, EM 08/03/2016

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 246 de 2015
Fls. 



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 194, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2015 (nº 682, de 2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização ao **Grupo Broto D'Água** para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Boquira, Estado da Bahia.*

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**
RELATOR AD HOC: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 260, de 2015 (nº 682, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao *Grupo Broto D'Água* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Boquira, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que

seguir o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou

princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 260, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 260, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização ao *Grupo Broto D'Água* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Boquira, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Valdir Raupp, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>G. Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL -

PS nº 260 de 2015

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE – PPS/DF		X			1. ZEZE PERRELLA – PDT/MG			
LASIER MARTINS – PDT/RS					2. JORGE VIANA – PT/AC			
WALTER PINHEIRO – PT/BA					3. DELCÍDIO DO AMARAL – PT/MS			
ANGELA PORTELA – PT/RR					4. TELMÁRIO MOTA – PDT/RR			
IVO CASSOL – PP/RO					5. GLADSON CAMELI – PP/AC	X		
TITULARES – MAIORIA (PMDB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – MAIORIA (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP – PMDB/RO		X			1. SANDRA BRAGA – PMDB/AM			
JOÃO ALBERTO SOUZA – PMDB/MA					2. EDISON LOBÃO – PMDB/MA			
SERGIO PETECÃO – PSD/AC					3. (VAGO)			
OMAR AZIZ – PSD/AM					4. ROSE DE FREITAS – PMDB/ES			
HELIO JOSÉ – PMB/DF		X			5. (VAGO)			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM e PV)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM e PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE – DEM/AP					1. JOSÉ AGRIPINO – DEM/RN			
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB/SP		X			2. (VAGO)			
FLEXA RIBEIRO – PSDB/PA		X			3. (VAGO)			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PSB, PPS, REDE e PCdoB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PSB, PPS, REDE e PCdoB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS – PPS/MT		X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO – PSB/PE			
RANDOLFE RODRIGUES – REDE/AP					2. ROBERTO ROCHA – PSB/MA			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PTB, PSC e PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PTB, PSC e PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA – PRB/RJ					1. (VAGO)			
EDUARDO AMORIM – PSC/SE		X			2. (VAGO)			

Quórum: TOTAL: 9

Votação: TOTAL: 9 SIM: 9 NÃO: 0 ABS: 0

ANEXO II, ALA ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08 MAR 2016

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



SENADOR LASIER MARTINS
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 195, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2015 (nº 423/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.*

RELATORA: Senadora **SANDRA BRAGA**

RELATOR AD HOC: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 298, de 2015 (nº 423, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *NATUREZA FM LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 298, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *NATUREZA FM LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Flexa Ribeiro, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>G. Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>V. Raupp</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 298 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N.º 7, EM 08/03/2016



Senador LASIER MARTINS
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 196 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2015 (nº 848, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Alternativa Paraisopolense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais.*

RELATOR: Senador **SÉRGIO PETECÃO**
RELATOR AD HOC: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 299, de 2015 (nº 848, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Alternativa Paraisopolense de Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 299, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 299, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Alternativa Paraisopolense de Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador **LASIER MARTINS**, Presidente

Senador **VALDIR RAUPP**, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 299 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9


Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 7, EM 08/03/2016



Senador LASIER MARTINS
Presidente

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
PDS N° 299 de 2015
Fls. 



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 197, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2015 (nº 1.534/2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Bairro do Jeremias para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.*

RELATOR: Senador **ROBERTO ROCHA**

RELATOR AD HOC: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 306, de 2015 (nº 1.534, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Cultural do Bairro do Jeremias* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 306, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 306, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural do Bairro do Jeremias* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Flexa Ribeiro, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>[assinatura]</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>[assinatura]</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>[assinatura]</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>[assinatura]</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>[assinatura]</i>
Majoria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>[assinatura]</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS) <i>[assinatura]</i>	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB) <i>[assinatura]</i>	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

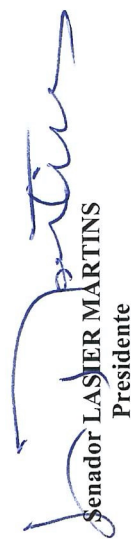
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. Nº 306 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou



Senador LASIER MARTINS
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 198 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2015 (nº 958, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Conquista D'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Conquista D'Oeste, Estado do Mato Grosso.*

RELATOR: Senador **JOSÉ MEDEIROS**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 317, de 2015 (nº 958, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural de Conquista D'Oeste* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Conquista D'Oeste, Estado do Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e

Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 317, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 317, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural de Conquista D'Oeste* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Conquista D'Oeste, Estado do Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador José Medeiros, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>G. Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. nº 317 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9
 Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016


 Senador LASIER MARTINS
 Presidente

Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática
 PDS Nº 317 de 2015
 Fls. 



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 199, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2015 (nº 972, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Religiosa e Artística, Gazeta FM, de Formiga para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.*

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 318, de 2015 (nº 972, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Religiosa e Artística, Gazeta FM, de Formiga* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 318, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 318, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Religiosa e Artística, Gazeta FM, de Formiga* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Valdir Raupp, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP) <i>G. Cameli</i>
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS: nº 318 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGÊ VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9
 Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016


 Senador LASIER MARTINS
 Presidente

Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática
 PDS Nº 318 de 2015
 Fls. mp



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 200 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2015 (nº 1.406, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à **Rádio Pranchita FM Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pranchita, Estado do Paraná.*

RELATOR: Senador **OMAR AZIZ**

RELATOR AD HOC: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 320, de 2015 (nº 1.406, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Pranchita FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pranchita, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 320, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Pranchita FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pranchita, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador LASIER MARTINS, Presidente

Senador FLEXA RIBEIRO, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>[assinatura]</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>[assinatura]</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>[assinatura]</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>[assinatura]</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) <i>[assinatura]</i>	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>[assinatura]</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 320 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016



Senador LASIER MARTINS
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 201, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2015 (nº 1.637, de 2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Urumajó de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.*

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 333, de 2015 (nº 1.637, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Urumajó de Radiodifusão Comunitária* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 333, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 333, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Urumajó de Radiodifusão Comunitária* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Flexa Ribeiro, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 333 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 7, EM 08/03/2016



Senador DASIER MARTINS
Presidente



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 202, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2015 (nº 1.653, de 2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Serviço de Radiodifusão Comunitária Nascente para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo.*

RELATORA: Senadora **SANDRA BRAGA**

RELATOR AD HOC: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 334, de 2015 (nº 1.653, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NASCENTE* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 334, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 334, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NASCENTE* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Flexa Ribeiro, Relator Ad Hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>M. Buarque</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>A. Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP) <i>I. Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>E. Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. n.º 334 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)		X						1. ZEZE PERRELLA (PDT)							
LASIER MARTINS (PDT)								2. JORGE VIANA (PT)							
WALTER PINHEIRO (PT)								3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)							
ANGELA PORTELA (PT)								4. TELMÁRIO MOTA (PDT)							
IVO CASSOL (PP)								5. GLADSON CAMELI (PP)		X					
TITULARES – Maioria (PMDB)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTE – Maioria (PMDB)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
VALDIR RAUPP (PMDB)		X						1. SANDRA BRAGA (PMDB)							
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)								2. EDISON LOBÃO (PMDB)							
SÉRGIO PETECÃO (PSD)								3. VAGO							
OMAR AZIZ (PSD)								4. ROSE DE FREITAS (PMDB)							
HÉLIO JOSÉ (PMB)		X						5. VAGO							
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)								1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)							
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)		X						2. VAGO							
FLEXA RIBEIRO (PSDB)		X						3. VAGO							
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
JOSÉ MEDEIROS (PPS)		X						1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)							
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)								2. ROBERTO ROCHA (PSB)							
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
MARCELO CRIVELLA (PRB)								1. VAGO							
EDUARDO AMORIM (PSC)		X						2. VAGO							

Quórum: 9
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
* Presidente não votou


Senador LASIER MARTINS
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 7, EM 08/03/2016



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 203 , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2015 (nº 1.629/2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova permissão outorgada à **Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 349, de 2015 (nº 1.629, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à *Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 349, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova permissão

outorgada à *Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 08/03/2016

Senador LASIER MARTINS, Presidente

Senador VALDIR RAUPP, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 08 de março de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Cristovam Buarque (PPS) <i>minh.</i>	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT) <i>L. Martins</i>	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>	4. Telmário Mota (PDT) <i>Telmário Mota</i>
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PDS. nº 349 de 2015

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE (PPS)	X			1. ZEZE PERRELLA (PDT)			
LASIER MARTINS (PDT)				2. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)				3. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				4. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
IVO CASSOL (PP)				5. GLADSON CAMELI (PP)	X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			1. SANDRA BRAGA (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				2. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				3. VAGO			
OMAR AZIZ (PSD)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PMB)	X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)	X			1. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			2. VAGO			

Quórum: 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou



Senador LASIER MARTINS
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 08/03/2016

Projeto de Resolução

SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 11, DE 2016

Acrescenta o § 4º ao art. 108 do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer o prazo máximo de trinta minutos, além do horário agendado, para início de reunião de comissão.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 108 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do § 4º, com a seguinte redação:

“Art. 108.
.....

§ 4º Não havendo número regimental para o início da reunião, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de trinta minutos, contado a partir do horário agendado, a complementação do quórum; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a reunião não se realizará.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste projeto de resolução é suprir a omissão do Regimento do Senado Federal (RISF) no sentido de estabelecer o prazo máximo de trinta minutos para que a reunião da Comissão possa se iniciar, observada a presença mínima de um quinto de sua composição, conforme previsto no *caput* do seu art. 108.

2

Atualmente, há neste Senado Federal treze comissões permanentes e mais a Comissão Diretora (art. 72 do RISF), podendo cada Senador integrar até três comissões como titular e três como suplente (§ 2º o art. 77 do RISF). O art. 107 do RISF estabelece o dia e horário das comissões permanentes, devendo-se observar que as comissões não podem estar reunidas durante a realização da Ordem do Dia do Plenário.

Diante do fato de que não estão previstas reuniões ordinárias das comissões permanentes às segundas e sextas-feiras, é comum a realização de mais de uma reunião em um mesmo dia da semana. Na terça-feira, por exemplo, estão previstas cinco reuniões de diferentes comissões. É frequente, assim, acontecer da reunião de uma comissão prolongar-se, em razão do atraso de seu início, invadindo o horário de funcionamento de outra.

Nossa proposição pretende, assim, otimizar a agenda de cada Senador quanto à sua participação nas reuniões das comissões, de modo a evitar que atraso no início dos trabalhos de uma comissão repercuta na reunião de outra por falta de quórum ou tenha a sua deliberação de pauta prejudicada.

Face ao exposto, contamos com o apoio de nossos Pares para o aperfeiçoamento do Regimento Interno do Senado Federal no que se refere à reunião das Comissões.

Sala das Sessões,

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - 93/70](#)
[artigo 108](#)

(Ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas)

Requerimentos**SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 184, DE 2016**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos a empresária Lilian Guedes, por ter vencido a eleição para assumir a presidência da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Amazonas (Abrasel-AM).

Requeiro, ainda, seja encaminhado o presente voto ao endereço sito à Rua Coronel Afonso de Carvalho, nº 5-A, Conjunto Celetra Amazon – Casa do Turismo, Bairro de Adrianópolis, Manaus-AM. CEP 69057-320.

JUSTIFICAÇÃO

Foi realizada em Manaus, no dia 09 de março do corrente ano, a eleição para o Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Amazonas (Abrasel-AM), tendo sido eleita presidente da Associação a empresária Lilian Guedes.

A chapa vencedora foi a “Experiência e Inovação”, encabeçada pela presidente eleita, Lilian Guedes, que apresentou como proposta a desburocratização e simplificação das normas do setor alimentício no estado. Merece especial destaque a ideia lançada de expansão da quantidade de estabelecimentos que tenham o selo do *Programa Alimento Seguro* (PAS), atraindo, assim, um maior número de clientes que levam em consideração a segurança alimentar.

Lilian Guedes é uma mulher de vasto conhecimento acadêmico, tendo se formado em engenharia elétrica e direito. Ademais, não tem o que se questionar acerca dos seus 23 anos de experiência à frente do seu restaurante. A empresária é bem-sucedida e tem larga experiência no campo de alimentos, bares e restaurantes, tendo em vista que,

2

além de atuar no setor como empreendedora, Lilian já ocupou a vice-presidência da Abrasel-AM e tem acompanhado a Associação desde sua fundação, há 16 anos.

Portanto, em virtude de tudo isso, ou seja, de sua eleição para assumir a presidência da Abrasel-AM, bem como de todo seu talento para o empreendedorismo, é que parabenizo a empresária Lilian Guedes, por meio deste Voto de Congratulações e Aplauso. É certo que um belo trabalho se inicia à frente dessa respeitada Associação.

Sala das Sessões, de março de 2016.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 185, DE 2016

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao artista amazonense Moacir Andrade, por seus 80 anos dedicados às artes.

Requeiro, ainda, seja encaminhado o referido voto ao endereço sito à Rua Alexandre Amorim, nº 253, Bairro de Aparecida, Manaus-AM. CEP 69010-300.

JUSTIFICAÇÃO

Neste mês de março de 2016, um grande expoente das artes plásticas amazonense, Moacir Andrade, completa 80 anos de inteira dedicação ao seu ofício.

Moacir Andrade nasceu na capital amazonense, no dia 17 de março de 1927. Autodidata, desde muito menino, o artista demonstrou ser portador de grande talento, capaz de expressar as belezas amazônicas e muitas outras através de suas telas.

O habilidoso pintor teve parte de sua vida estudantil no Grupo Escolar Ribeiro da Cunha e, depois, concluiu outra parte no Ginásio Amazonense Pedro II. A essa época ele já despertava profunda admiração de muitas autoridades manauaras com o seu dom. O artista também estudou desenho na Escola Técnica de Manaus e se graduou em Museologia pelo Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Em sua vida artística, Moacir encontrou grande incentivo na figura de sua madrinha Sra. Clotildes. Pinheiro, que era pianista.

A primeira exposição individual das obras de Moacir Andrade ocorreu em 1941, no Liceu Industrial, em Manaus. Suas obras foram expostas pela primeira vez fora do estado do Amazonas no Hotel Nacional de Brasília, em 1958.

2

Moacir também teve uma carreira como docente, tendo lecionado Educação Artística na Universidade do Amazonas, Escola Técnica Federal e no Colégio Militar de Manaus. O artista também criou vários cursos gratuitos na cidade e no interior.

Estima-se que o artista tenha pintado mais de 50 mil telas ao longo de sua carreira, muitas dessas espalhadas por todo o globo. Moacir, também, já teve suas obras expostas em dezenas de países.

Portanto, em virtude de tudo isso, ou seja, da força que seu nome exerce na propagação da cultura Amazonense e pelo deleite proporcionado àqueles que admiram as belas artes, é que parabenizo o artista Moacir Andrade, pelos seus 80 anos dedicados às artes plásticas, por meio deste Voto de Congratulações e Aplauso. Que muitos frutos continuem a ser extraídos dessa fonte de talento!

Sala das Sessões, de março de 2016.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 186, DE 2016

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Procuradora-Geral de Justiça do estado da Bahia, bem como seja encaminhado o referido voto à Procuradoria-geral de Justiça da Bahia, Ediene Lousado - Ministério Público do Estado da Bahia, 5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP 41.745-004.

JUSTIFICAÇÃO

Aconteceu, na última sexta, dia 12 de março, a posse da primeira mulher a chefiar o Ministério Público do estado da Bahia, a procuradora-Geral da Justiça, Ediene Santos Lousado.

Ediene Lousado, 48 anos, ingressou na instituição em 1993, atuou em Promotorias de Justiça de alguns municípios daquele estado. Foi promovida para Salvador em 2009, onde atuou na Vara de Tóxicos. Coordenou a Promotoria de Justiça Regional de Barreiras, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e ocupava o cargo de Secretária-Geral do Ministério Público estadual.

Muito me emociona a posse da procuradora Ediene Lousado, pois grande é nosso esforço para garantir que mais mulheres assumam cargos predominantemente masculinos. São 400 anos de história, 400 anos, e somente agora temos uma mulher na direção do órgão que zela pela defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade e pela fiel observância da Constituição.

2

Ediene Lousado é um exemplo a ser seguido e copiado para que mais mulheres e homens acreditem no talento, habilidade e capacidade que as mulheres têm para assumir cargos não somente de chefia, mas de direção e também políticos.

Sala das Sessões, 14 de março de 2016.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(Encaminhe-se)

Término de prazos

Encerrou-se no dia 11 de março o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2013.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se no dia 11 de março o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 344, de 2013; 253, de 2014; e 8, 30, 572 e 644, de 2015.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado nºs 344, de 2013; 253, de 2014; e 30, 572 e 644, de 2015, vão à Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015, rejeitado, vai ao Arquivo.

CONGRESSO NACIONAL**Término de prazo**

Encerrou-se em 12 de março do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 687, de 2015, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2015, e sancionada a Lei nº 13.196, de 1º de dezembro de 2015 (DOU 02/12/15). Não foi apresentado projeto de decreto legislativo.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Por se tratar de matéria vetada, o processado retornará à Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para aguardar deliberação do Veto apostado à matéria.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Bloco-PMB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 18

PMDB-17 / PMB-1

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PMB / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco de Apoio ao Governo - 17

PT-13 / PDT-4

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 11

PSB-7 / PPS-2 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lidice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 9

PP-6 / PSD-3

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco da Maioria.	18
Bloco de Apoio ao Governo.	17
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	11
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PMB-DF)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (Bloco-PMDB-SP)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 17</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (37,49,68,76)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,33) Lindbergh Farias (35,71,75) Telmário Mota (4,31,42,52,70) Gleisi Hoffmann (69,74) Regina Sousa (41) </p> <p>Líder do PT - 13 Paulo Rocha (37,49,68,76)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (35,71,75) Gleisi Hoffmann (69,74) Fátima Bezerra (34,73) Donizeti Nogueira (72)</p> <p>Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz (3,33)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,31,42,52,70)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PMB) - 18</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB (61) </p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PMB - 1 Hélio José (50,59)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (39,63)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (38) Antonio Anastasia (46) </p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (12,58)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (10)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39,63)</p> <p>Líder do PV - 1</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 11</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (15,27)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (13,19,28) Vanessa Grazziotin (22,24) </p> <p>Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (64)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (67) Roberto Rocha (45,66)</p> <p>Líder do PPS - 2 José Medeiros (13,19,28)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (22,24)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (25,29)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 9</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (17,54)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (11,16,44,53,57) Otto Alencar (60) </p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (11,16,44,53,57)</p> <p>Líder do PSD - 3 Omar Aziz (17,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (18)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,6)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (7) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,9) </p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,6)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (51,56)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (55)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,9)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (21,26,62,65)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (50,59) Paulo Rocha (37,49,68,76) Wellington Fagundes (51,56) Telmário Mota (4,31,42,52,70)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
38. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n-2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n-2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n - GABRIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABRIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. Em 28.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
60. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
61. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
62. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
63. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
64. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
65. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).

66. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
67. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
68. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
69. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
75. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
76. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

Prazo final: 11/05/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

** Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ^(5,13)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

** Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

***** Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

***** Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

***** Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

***** Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 28/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

*****. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁴⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹²⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽²⁵⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. VAGO ^(10,16,24)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(2,18,20)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾
VAGO ⁽³²⁾	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽³¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. VAGO ^(7,13)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).
- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).
- 2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).
- 3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).
- 4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).
- 6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).
- 7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).
- 8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,23)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(6,13,17,23)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)	1.
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 01/03/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO
Representante da sociedade civil organizada	VAGO
Pesquisador com produção científica relevante	VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTN-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA ⁽¹⁰⁾
Gleisi Hoffmann - PT/PR ⁽¹⁰⁾	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO ⁽⁸⁾
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁸⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Pedro Fernandes - PTB/MA ⁽¹³⁾	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL ⁽¹¹⁾
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. Valtênir Pereira - PMDB/MT ^(1,12)
José Nunes - PSD/BA ⁽⁹⁾	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Pedro Fernandes, em substituição ao Deputado Ricardo Teobaldo, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2016, da Liderança do Bloco do PMDB.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

CONSELHOS E ÓRGÃOS**Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul****COMPOSIÇÃO****Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)**Designação:** 07/04/2015**SENADO FEDERAL**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI ⁽¹⁴⁾
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI ⁽¹⁵⁾	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA ^(15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS ^(3,13)
Danlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS ^(1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS ⁽¹⁷⁾
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**Eleição Geral:** 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

